ANTÓNIO DIAS SIMÕES

visto por um familiar

Sentimental, sonhador, amante de tudo quanto de belo existe na natureza.

Preso sempre — em quantas horas lhe restavam do seu trabalho diário — aos seus livros, aos seus escritos, aos seus desenhos, coisas essas que tanto amava.

Na música, quer ouvindo-a, quer executando-a, perdia horas e horas, sem dar pelo passar do tempo... Amável para toda a gente, atendendo, com a sua maneira afável a ricos e pobres, incansável em minorar os males dos menos protegidos da sorte.

Conversador, espirituoso, encantando toda a gente que com ele privasse.

«Espírito gentil», conforme disse ou escreveu um dia o Snr. Dr. Zagalo dos Santos.

Organizador de tudo quanto se referia a arte: música, tuna, teatro, orfeão, que das suas mãos nasceu.

Pai amantíssimo, filho que adorava a sua mãe e a quem votou sempre um afecto sem igual, prejudicando até, a subida para uma colocação melhor, não querendo abandonar, por um momento que fôsse, aquela que lhe deu o ser.

Trabalhou sempre, acaloradamente, para os Bombeiros, a Santa Casa da Misericórdia, a Beneficência Escolar, organizando as mais belas récitas de então.

Atencioso, fino de maneiras, amigo do seu ami-

biblRIA

go, franco, leal e bom, afinal modesto em excesso. Talvez fosse esse o seu maior defeito.

Crente, firme nas suas convicções. Mesmo na Igreja, debaixo de sua ordem se realizaram festas maravilhosas a Nossa Senhora do Rosário tomando nelas parte cantores profissionais e músicos exímios.

Vivendo sempre numa esfera muito lá no alto, desprendia-se desta vida terrena por vezes tão triste e ingrata! No dia da sua morte pediu a minha mãe que abrisse as janelas para uma vez mais, uma última vez contemplar o sol. Numa visão extraordinária, viu um cisne branco deslizando...

Claramente mostrou, no seu derradeiro momento, como era a sua alma.

Cristalina, sentimental, e que o seu espírito sonhador, era amante de quanto a natureza tem de belo.

Nesse sonho tão lindo, fechou os olhos para sempre.

Ovar, 22 - IX - 970

Maria Amélia Dias Simões

biblRIA

ANTÓNIO DIAS SIMÕES

por Zagalo dos Santos

Foi um dos filhos de Ovar melhor dotados para deixar de si, na lembrança dos seus conterrâneos, um rasto imperecível. Poeta, dramaturgo, historiador, calígrafo, miniaturista, tudo isso foi e de tudo poderia legar mais documentos de raro valor se, a cada um dos ramos de actividade mental, tivesse associado estudo sério, cuidados de acabamento. Foi um perdulário do talento com que o destino o mimoseou, mas um bairrista entusiasta, espontâneo, desprendido de qualquer interesse material como ninguém. Deveram-lhe os seus contemporâneos horas muito agradáveis, proporcionadas pelos seus trabalhos dramáticos, e Ovar, para as suas instituições de beneficência, encontrou-o sempre na primeira fila, à primeira voz para servir. A Misericórdia, os Bombeiros, a Associação de Socorros Mútuos, o Orfeão, numa palavra, tudo e todos quantos lhe bateram à porta para ajudar uma boa iniciativa, quando se lhes não antecipava, sempre o encontraram de braços abertos, sorridente, prestável, apagando-se em modéstia.

Quanto fez, pagou-lho a consciência com a satisfação do dever cumprido; mas Ovar é que ainda o não fez, pelo menos condignamente. É certo que, pelo Carnaval de 1909, uma Comissão de Amigos lhe ofereceu em uma festa íntima uma pena de oiro; que, por iniciativa de um jornal local e por subscrição pública, outra pena lhe foi dada, e que alguns

DIGITAL

admiradores, depois da sua morte, conseguiram da Câmara a permissão de baptizarem a rua em que nasceu, viveu e escreveu com o nome de Rua Dias Simões. *Mas o seu funeral, na antevéspera do Natal de 1922, foi uma triste manifestação de desinteresse. Teve defeitos como toda a gente, irreverências, hesitações, mas tudo isso o seu talento, que deu às mãos cheias como um pródigo, ofuscou e bem.*

Filho de Manuel Pereira Dias, recebedor do concelho de Ovar, e de D. Ana Barbosa Dias Simões, nasceu a 29 de Setembro de 1870. Em Maio de oitenta e dois fez, em Aveiro, seu exame de instrução primária, sendo depois aluno interno do Colégio de Nossa Senhora da Glória, em Cedofeita, no Porto, habilitando-se para algumas disciplinas, dominando o francês e o inglês. Foi, primeiramente, empregado de escritório numa importante Tipografia da Cidade Invicta, entrando seguidamente para o serviço do Estado, como aspirante de Fazenda. Veio de um dos bairros do Porto para a sua terra em Setembro de 1906.

Escreveu gazetilhas para os jornais locais, começando pela Folha de Ovar, *e na* Pátria *publicou, em folhetins, a sua única obra de investigação histórica —* Biografias. *Para o teatro escreveu inúmeros monólogos, comédias e farsas, sendo o seu principal trabalho* O Amor e a Natureza, *poema em quatro actos em verso, que publicou e em Ovar foi muito aplaudido. Faleceu no bairro de S. José, com 52 anos, apenas, em 22 de Dezembro de 1922.*

Como a grande maioria dos seus trabalhos não passaram dos cadernos originais em que foram es-

critos, elaboramos custosamente a relação que segue:

— Paulo e Virgínia, *Comédia-drama em 1 acto. Seu primeiro trabalho, onde se estreou Luz Veloso, na noite de 10-11-1892.*

— O Doutor — *monólogo recitado na noite de 27-3-92.*

— O Ensaio Geral de El-Rei Manhoso — *disparate cómico-lírico em 1 acto, representado em 12-6-98. Música de Alves Cerqueira.*

— A Primavera — *um acto em verso endecassílabo, representado em 31-3-1907.*

— Os Espínhos de Marília — *peça de Carnaval, um acto; Domingo, 1-3-908.*

— O Enterro de Marília — *Comédia em 1 acto — 3-3-908.*

— Afinal vai ópera — *Um acto — Representado em terça-feira de Entrudo de 909 (23-2).*

— O Eterno problema — *Um acto — 11-7-909.*

— Uma crise Ministerial — *1-8-909.*

— Paraíso das Crianças — *Opereta — 1-8-910.*

— Papagaio — *Cançoneta — 6-2-1910.*

— Strugle for Life — *Um acto em verso — 6-2-910.*

— Enterro da Folia — *Episódio carnavalesco — 6-2-910.*

— Reumatismo Agudo — *23-10-910.*

— O Comêta — *27-3-910.*

— À Beira-Mar — *Opereta de costumes da classe piscatória do Furadouro, com música de Alves Cerqueira — 31-7-910.*

— Triste Noivado — *Comédia em um acto — 31-7-910.*

BIBRIA

— O Amor e a Natureza — *Drama em verso, quatro actos, posto à venda na primeira quinzena de 1910. Foi representado em 27-11-910, em benefício da Misericórdia de Ovar.*

— Divórcio — *Comédia em verso — 1-1-911.*

— Amigos — *Drama em 3 actos — 3-4-911 e 30-11-918.*

— A l m ô n d e g a s — *Comédia em um acto — 29-4-1911 e 30-11-1918.*

— Diálogo — *Versos — 30-7-911.*

— Napoleão petiz — *Comédia em um acto — 30-7-1911.*

— As Tias de Paio Pires — *Comédia — 25-7-912.*

— Flores de Inocência — *Diálogo em verso com coros — 25-7-912.*

— Olhos na Sombra — *Tradução — 1-1-916.*

— Socialismo e Paciência — *Um acto — 1-1-916.*

— Nada — *um acto em verso — 21-4-918 — Publicado pela Tipografia Pátria em 1942.*

— Serenata de Frei Julião.

— A Noite de Natal — *Um acto — 1-1-919.*

— Lição ao Mestre — *Um acto. Música coordenada pelo autor. Opereta em um acto e seis números de música — 20-4-919.*

Festa Escolar — *Publicação em benefício da Beneficência Escolar de Ovar — Porto, Imprensa Civilização — 1908. Aí se encontram monólogos e a comédia em acto Triste Noivado.*

— Ovar — Biografias. *Imprensa Pátria, 1917.*

— Vozes da Alma, *Primeiro livro de versos com o retrato do autor.*

biblRIA

Aos meus conterrâneos

«Cometendo uma empresa cuja importância, grande ou pequena, deixarei que outros avaliem, talvez seria o melhor abster-me de quaisquer reflexões preliminares. São, por via de regra, os prólogos destinados a captar a benevolência do público; mas, numa obra histórica, nem o autor deve pedi-la nem o leitor concedê-la. Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. Onde o autor errou involuntàriamente é condenável o livro; onde pretendeu iludir os que o lêm, a condenação deve caír sobre o livro e conjuntamente sobre o autor. Nenhumas considerações humanas podem alterar esta regra, e por isso, longe de pedir indulgência, pedirei aos homens competentes a severidade para com este escrito.»

A. Herculano — Advertência da primeira edição da «História de Portugal.»

bibRIA

A maior honra a que eu poderia, sem dúvida, aspirar, dando à luz da publicidade este meu livro, seria a de poder fazer minhas as palavras do maior dos historiadores portugueses, que aí ficam transcritas. A importância da empresa a que me abalancei é bem pequena, por demais o reconheço, mas espero que a sinceridade no meu propósito supra a pequenez do óbolo que deponho no altar da terra que me foi berço.

Uma obra histórica, seja qual for o fim a que se destine, a categoria a que pertença, deve ser, já pela imparcialidade da crítica, já pela clareza dos seus dizeres, um livro fidedigno, escrito sem esse entusiasmo louco e febricitante, que no seu delirado furor nos arrasta muitas vezes às mais crueis injustiças e quase sempre às mais palpáveis incoerências.

O historiador deve ser austero, grave, incorrupto como Tito Lívio, para descrever o passado com todas as suas virtudes e todos os seus vícios, friamente, sem comentários, ou como Tácito, para encarar os factos sob os seus diferentes aspectos, e deles deduzir as suas ideias, formular as suas hipóteses, tirar as suas conclusões, sem nunca se afastar do caminho da rectidão e da justiça, preferindo sempre a brevidade clara à prolixidade confusa.

Mas eu não pretendo, com esta minha ligeira apreciação sobre a História, enfileirar no número dos historiadores já consagrados, pois bem reconheço a minha incompetência e os meus insignificantes méritos, cuja mesquinha importância é desnecessário confessar. O despretencioso trabalho que ora apresento ao público, muito especialmente aos meus conterrâneos, é apenas um subsídio para a história da Vila de Ovar, que ainda não se organizou, devido (porque não dizê-lo?) ao condenável desleixo de muitos dos seus filhos, que bem poderiam ter lançado mãos a essa obra, cujo valor não se discute. Se não for o legado que nos deixou o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho nas suas «*Memórias e datas para a história da Vila de Ovar*», onde, à parte algumas àsperas retaliações ditadas pelo facciosis-

mo político, há documentos de incontestado valor, pois só êle teve a coragem de investigar antiguidades, estudar monumentos e rebuscar arquivos, muito pouco ou quase nada existiria para que a história de Ovar se tornasse um facto consumado.

Pois bem! Apesar de reconhecer a minha incompetência, mas impulsionado pelo ardente desejo de prestar um bom serviço ao meu torrão natal, eu alimentei as melhores esperanças de poder oferecer aos meus conterrâneos esse trabalho, tão completo quanto possível, e para isso labutei durante longo tempo, consultando documentos, verificando datas, coleccionando obras, colhendo informações e procurando sempre averiguar a verdade para lealmente a expor em público, sem facciosismos ou retaliações, sem vaidades nem desfalecimentos.

Esse meu desejo, porém, devido a circunstâncias imprevistas, que não vem para aqui reproduzir, não o pude eu realizar até à hora presente, o que deveras me penaliza, pois bem quisera ter cumprido um dever, que julgo sagrado, para com a minha terra natal, aonde se guardam as cinzas dos que me foram mais caros, e sobretudo porque entendo que a história de qualquer localidade, e portanto do seu povo, por mais insignificante que seja, representa um valioso documento para a história geral duma nação.

Mas porque eu já tinha completas as biografias (em parte bio-bibliografias) de alguns dos filhos de Ovar que mais se notabilizaram durante os três últimos séculos, e ainda porque se me tornou duvidosa, para já, publicação de um trabalho tão com-

pleto quanto eu desejava, resolvi publicar este opúsculo que, como já disse, é apenas um subsídio para a história da minha terra, que todavia, suponho ainda poder mais tarde organizar.

Ofereço-o aos meus conterrâneos, repetindo-lhes a frase de D. Francisco Manuel de Melo nas suas *Cartas familiares:* «vós o vêde, vós o castigai».

Não desejo, com o que deixo dito, e pode ser tomado à conta de prólogo, pedir a benevolência incondicional dos meus leitores, mas tão sòmente justificar a publicação do presente opúsculo, que, oxalá, seja incentivo para maiores empreendimentos.

Os prólogos, no dizer de Inocêncio Francisco da Silva, ao prefaciar o seu Dicionário Bibliográfico Português «inventaram-se nos livros, não menos para satisfazer o amor próprio dos autores, que para invocar a indulgência do público; e mais de uma vez têm servido para roborar a coragem vacilante do escritor que, desacompanhado de títulos que o recomendem, ousa expor-se desafrontadamente em praça ao juízo dos que o lêm, arrostando as censuras e os reparos, não já dos entendidos, mas de tantos, que incompetentemente se presumem habilitados para pronunciar voto decisivo, e no sentir de cada um irrevogável, sobre o mérito das produções literárias, que o acaso lhes fez caír nas mãos».

Assim é. Não se trata, portanto de um prólogo; trata-se simplesmente de uma explicação preambular aos meus conterrâneos, a quem dedico este humílimo trabalho.

E, relembrando ainda as palavras de Alexandre Herculano, já citadas, deixo ao livre arbítrio da

crítica sincera e imparcial a apreciação da minha obra; não peço benevolência para os erros que haja cometido por falta de investigação ou estudo, mas sim para qualquer falta perdoável a que todos estão sujeitos e que fàcilmente poderá ser corrigida por quem se abalance a trabalho de maior fôlego.

E porque citei uma passagem do prólogo de Inocêncio, concluirei, como êle, com o dito de Valério Máximo quando invocava a benevolência dos romanos:

«Não é merecedor de repreensão o cegador, a quem em uma grande messe caíram da foice algumas espigas».

Ovar, 6 de Fevereiro de1917

António Dias Simões

bibRIA

bibRIA

ÍNDICE

	Pág.
Fr. Faustino da Madre de Deus	17
Fr. Gabriel da Anunciação	20
Fr. Bernardino José do Espírito Santo	22
Fr. Francisco de Ovar Oliveira Gomes	45
Bernardo António Zagalo (Marechal de Campo)	52
António da Costa e Silva (Visconde de Ovar)	66
Dr. António Pereira Zagalo	73
Dr. António Bernardino de Carvalho	100
Dr. João Frederico Teixeira de Pinho	118
Licínio Fausto Cardoso de Carvalho	133
D. Branca Edwiges Cardoso de Carvalho P. de Sousa	144
Lourenço Maria de Oliveira Vaz	150
Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa	169
João de Oliveira Ramos	211
Dr. Francisco Baptista d'Almeida Pereira Zagalo	220

***

D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente	242
D. Ana Angélica Pereira Valente	244
Fr. João Ferraz de Abreu	245
Fr. António de S. Jerónimo Ferreira	247
Dr. Francisco de Oliveira Pinto	248
Padre Manuel Eliano Gomes Ferrer	251

biblRIA

bibRIA

ÍNDICE

	Pág.
Fr. Faustino da Madre de Deus	17
Fr. Gabriel da Anunciação	20
Fr. Bernardino José do Espírito Santo	22
Fr. Francisco de Ovar Oliveira Gomes	45
Bernardo António Zagalo (Marechal de Campo)	52
António da Costa e Silva (Visconde de Ovar)	66
Dr. António Pereira Zagalo	73
Dr. António Bernardino de Carvalho	100
Dr. João Frederico Teixeira de Pinho	118
Licínio Fausto Cardoso de Carvalho	133
D. Branca Edwiges Cardoso de Carvalho P. de Sousa	144
Lourenço Maria de Oliveira Vaz	150
Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa	169
João de Oliveira Ramos	211
Dr. Francisco Baptista d'Almeida Pereira Zagalo	220

***

D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente	242
D. Ana Angélica Pereira Valente	244
Fr. João Ferraz de Abreu	245
Fr. António de S. Jerónimo Ferreira	247
Dr. Francisco de Oliveira Pinto	248
Padre Manuel Eliano Gomes Ferrer	251

biblRIA

bibRIA

Frei Faustino da Madre de Deus

Nasceu na Vila de Ovar e era filho de André Afonso e Guiomar Gonçalves, sendo o seu verdadeiro nome Faustino da Silva.

Recebeu o hábito seráfico no convento de S. Francisco de Bragança a 8 de Fevereiro de 1613.

Não pudémos averiguar a data do seu nascimento e falecimento, nem tão pouco o conseguiram os notáveis bibliófilos Inocêncio Francisco da Silva e o abade Diogo Barbosa Machado, aquêle no seu dicionário bibliográfico, Tomo II, Pág. 254, e este na sua «Biblioteca Lusitana», Tom. II Pág. 2. Fàcilmente, porém, se depreende da data acima referida — a da sua profissão no convento de Bragança —, que devia ter nascido pelos fins do século XV.

Frei Faustino foi um literato de grande merecimento que pode com justiça, equiparar-se aos melhores do seu tempo, quer pela vernaculidade da sua linguagem, quer pelos primores do seu estilo, sempre elegante e finamente burilado. Publicou um livro que foi impresso na cidade de Coimbra no ano de 1656, na oficina de Manuel Dias, impressor da Universidade, e cujo título é o seguinte: *Primeira parte do Florilégio Espiritual colhido da doutrina dos Santos Padres e de vários Doutores e Mestres de espírito, aplicado à perfeição da vida Religiosa sobre*

o Psalmo Beati immaculati in via etc. segundo a exposição do Doutor Seráfico São Boaventura sobre o mesmo Psalmo». É um grosso volume — 4.° de XX — com 555 páginas, fora as do índice, que são 8, por numerar, e bem assim as 18, de entrada, que contêm as licenças, a dedicatória, o prólogo e o índice dos autores citados.

Toda a obra se divide em 8 fascículos que contêm 138 capítulos denominados «Flores» tratando Frei Faustino, em cada um deles, com notável proficiência e elevação de espírito, de outros tantos assuntos, cujo fim é um incitamento à perfeição da vida religiosa.

Do valor dessa obra que, ainda hoje, é digna de ler-se pela excelência da sua linguagem e pelo rendilhado da frase, que revelam no seu autor, quase sempre, um esmerado estilista, falam mais alto do que nós aqueles a quem foi dado apreciá-la antes de ver a luz da publicidade. Assim, opinando sobre o «Florilégio», diz Frei Luís da Madre de Deus:

> «... Vejo nêle os assuntos do Seráfico Doutor São Boaventura e os discursos do autor, mas tão bem urdido o estilo, que se São Boaventura lera o volume, quiçá, em tanta uniformidade de doutrina, não fizera diferença de autores. Estão os motivos derramando incendidos afectos de devoção, e os artigos excitando fervorosos desejos de reformação: galhardas são as flores para se compor um ramalhete de Mirra, em glória do Esposo, em lucro das almas, em edificação da religião, pelo que o julgo mui digno de se imprimir».

Frei Francisco de Jesus, lente jubilado daquele tempo, tece os mais rasgados elogios à referida obra, da qual, entre outras referências muito lisongeiras para o seu autor, diz:

> «... Segundo o meu parecer é uma das obras mais excelentes, que até agora têm saído à luz, em razão da doutrina espiritual, erudição da purificação das consciências, conversão e elevação das almas a Deus...».

O abade Diogo Barbosa Machado na «Biblioteca Lusitana» já citada, referindo-se a Frei Faustino diz que êle «foi muito erudito nas letras sagradas e profanas e dos grandes oradores evangélicos do seu tempo».

E além destas elogiosas apreciações, muitas outras se registaram em favor do livro de Frei Faustino da Madre de Deus, cuja publicação deveria ter causado um verdadeiro sucesso no meio literário da época.

Do «Florilégio», obra dedicada ao seráfico Padre S. Francisco e à Bemaventurada Madre Santa Clara, apenas foi publicado um volume. Fazemos esta aclaração, porque o título do livro — «*Primeira parte do florilégio Espiritual*» — pode, naturalmente, fazer supor que se houvesse publicado mais algum volume. Nem se publicou, nem consta que Frei Faustino o escrevesse.

Este ilustre filho de Ovar ocupou no ano de 1624 o lugar de Guardião do Convento de Santa Cruz da Ilha da Madeira, quando sua Custódia era sujeita à Província de Portugal; depois foi confessor das Religiosas do Mosteiro de Vale de Pereiras, junto de Ponte de Lima, no ano de 1630, do Mosteiro de

Monchique, nos subúrbios da cidade do Porto em 1645 e de Santa Clara de Coimbra em 1654» *e em todos estes ministérios Religiosos mostrou a sua grande prudência e virtude*».

Vid. Frei Fernando da Soledade, Hist. Seráf. da Prov. de Portug. Parte III Lº I, Cap. 21; Frei Joan à D. Antón. Bib. Francisc. Tomo I, Pág. 342, Col I; Nicol. Anton. Bib. Hespan. Pág. 277, Col. I.

Frei Gabriel da Anunciação

Era natural da Vila de Ovar e nasceu em 1681, não se podendo até hoje apurar a data do seu falecimento. Presume-se contudo, que ainda vivia nos primeiros anos do terceiro quartel do XVIII século.

Como a maior parte dos espíritos doutos daquela época, eivada pelas tendências monásticas, abraçou o sacerdócio e vestiu o hábito de franciscano em 1706, contando 25 anos de idade à data da sua profissão.

Apreciado músico e profundo conhecedor do cerimonial eclesiástico da época, destacou-se entre a sua numerosa classe, sobretudo com a publicação de uma «*Arte de Cantochão resumida para o uso dos Religiosos Franciscanos Observantes da Santa Província de Portugal*» obra que, segundo parece, lhe grangeou a fama de notável compositor.

Para mais completa elucidação da biografia, aliás um pouco obscura, de Frei Gabriel da Anunciação, passamos a transcrever na íntegra o que a seu respeito diz o abade Diogo Barbosa Machado, na sua «Biblioteca Lusitana», Tomo II, Pág. 309:

«Frei Gabriel da Anunciação. Nasceu na Vila de Ovar da Comarca da Feira em o Bispado do Porto, sendo filho de André Francisco de Aguiar e Isabel de Carvalho. Depois de receber na pátria os rudimentos de Gramática, Retórica e os Preceitos da Música em cuja Arte, como escreveu Platão, se compreendem todas as ciências, foi admitido ao Seráfico hábito no Real Convento S. Francisco da Cidade a 6 de Setembro de 1706 quando contava 25 anos de idade. Estudou as ciências severas no Convento de Leiria em que saíu muito instruído, porém querendo a Religião aproveitar-se do grande talento que tinha para regentar o Coro assim pela voz, como pela ciência Música de que é dotado o nomeou Vigário do Coro do Convento de S. Francisco de Coimbra, do Porto e ultimamente do de Lisboa onde se admira a sua contínua assistência às horas diurnas, e nocturnas do Ofício Divino, e a perfeição com que observa as Cerimónias Eclesiásticas em que é sumamente perito, para cujo fim escreveu, e publicou — Arte do Cantochão resumida para uso dos Religiosos Franciscanos Observantes da Santa Província de Portugal. Lisboa, na Oficina da Música, 1735, 4°»

«Com indefesso trabalho e contínua aplicação reformou toda a Livraria dos livros pertencentes ao coro que hor-

biblRIA

-rorosamente consumiu o incêndio que devastou o Templo, e Coro de Lisboa a 10 de Junho de 1707.»

Eis tudo quanto pudémos saber a respeito deste ilustre filho de Ovar, que, diga-se de passagem, deixou de ser citado pelo Dr. João Frederico Teixeira de Pinho nas suas «Memórias e Datas», quando menciona os nomes dos nossos mais notáveis antepassados que conseguiram salientar-se na ciência, nas artes ou na literatura.

Nunca nos foi possível encontrar a obra publicada por Frei Gabriel da Anunciação, apesar dos esforços que para esse fim empregámos, o que também aconteceu ao notável bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva que à mesma dificuldade se refere no seu «Dicionário Bibliográfico Português», Tomo III, Pág. 104

bibRIA

Fr. Bernardino José do Espírito Santo

Franciscano da Congregação da Terceira Ordem, viveu nos princípios do século XIX e era natural da Vila de Ovar (Dic.° Bibl.° de Inocêncio Francisco da Silva, Tomo I, Pág. 364 e 365). É o mesmo que o Doutor João Frederico Teixeira de Pinho cita na parte publicada das suas «*Memórias e datas*» a pág. 78, com o nome de Frei Bernardino Ferreira. Entre os seus conterrâneos também era conhecido pela alcunha de «*Frade da Aninhas*» e residia na antiga rua dos Campos, hoje denominada rua Dr. Manuel Arala.

Escreveu uma «*Ode sáfica dedicada ao Ex.mo*

e Rev.º Snr. D. Frei Manuel do Cenáculo Villasboas, por ocasião da sua elevação à cadeira Arquiepiscopal de Évora», trabalho que foi impresso em Lisboa no ano de 1802 na oficina de Simão Tadeu Ferreira — 4.º de 7 páginas — e um poema cujo título e subtítulo são os seguintes: «*As saudades de Belmiro, Pastor do Graça, e a descrição poética do primeiro comboio do Brasil em verso lírico*» — 8.º de 194 páginas fora uma no fim, por numerar, que contém a protestação do autor e as erratas — impresso em 1804 na referida oficina.

Para nós, filhos de Ovar, as «*Saudades de Belmiro*» são a única produção literária de Frei Bernardino que nos desperta algum interesse, porquanto a Ovar por vezes se refere e, além disso, como diz Inocêncio no seu já citado Dic.º Bibl.º, pode ter alguma utilidade como documento histórico.

Não obstante, logo no subtítulo do poema se nos depara uma inexatidão histórica, bem digna de nota, quando o seu autor, descrevendo a viagem que empreendeu à Baía, declara que faz a «descrição poética do primeiro comboio ao Brasil». Essa declaração é destituída de fundamento, porquanto os comboios marítimos do Brasil principiaram a organizar-se em virtude de um édito régio pouco depois da Restauração. Estando Portugal em Guerra com a Espanha e com a Holanda, as esquadras de uma e de outra faziam incessantemente mão baixa sobre as nossas embarcações mercantes e até sobre as que transportavam o oiro e as joias que para o Estado vinham do Brasil. Por isso foi proibido às embarcações mercantes que demandassem o Brasil isoladamente e determinado que esperassem no Tejo até perfazerem o número de oitenta a cem. Quando

biblRIA

estava prestes tal comboio, o Estado fazia-o escoltar por uma esquadra que trazia para a metrópole os *quintos* do Brasil.

Frei Bernardino, porém, não podia ter descrito *o primeiro desses comboios*, como tomando parte nele, porque sendo publicada a sua obra em 1804, época em que ainda vivia, como se presume, e asseverando Inocêncio que ele existia no princípio do século XIX, tínhamos de atribuir-lhe uma longevidade impossível.

No governo do Marquês de Pombal também não podia ser, porque foi este célebre ministro de D. José quem, por um novo édito revogou o anterior, permitindo que as embarcações mercantes, demandassem o Brasil isoladamente e portanto acabando com os comboios. Mas desfiemos o assunto. Lendo as «*Saudades de Belmiro*», notámos que uma das embarcações de guerra que escoltavam o comboio se denominava «Maria Primeira» de aí a conclusão de que esse comboio se havia realizado no reinado de D. Maria I ou posteriormente a ele. Nesse sentido encaminhámos as nossas investigações e achámos que em 1796 faziam parte da nossa armada todas as embarcações de guerra mencionadas por Frei Bernardino, como ao diante se verá das próprias transcrições que fazemos de algumas estrofes do seu poema, e que em 1793 não existiam ainda as naus «Vasco da Gama», «Princesa da Beira», e «Principe Real» verificando-se igualmente que em 1794 ainda não existia esta última, havendo já todas as outras. Daí nova conclusão de que o comboio havia partido no dia 25 de Dezembro (fixado pelo autor) de 1794 ou 1795 sendo mais provável neste último ano.

biblRIA

Por contentes nos dávamos já com este resultado das nossas investigações, quando deparámos no Volume II da 1.ª época da «História da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo parlamentar em Portugal» por Simão José da Luz Soriano, a páginas 98 o seguinte, que é a resposta mais cabal às nossas dúvidas, estando o texto em perfeita concordância com a exposição de Frei Bernardino, completando-a:

«No meio de tantos e tão pungentes dissabores que a dura situação daqueles tempos assim ocasionava ao governo português, uma coisa de muita satisfação para ele e para toda a praça de Lisboa havia então tido lugar, tal foi a de se ver entrar a salvamento no Tejo no dia 23 de Julho, ainda no ano de 1796, a esquadra portuguesa, que se esperava da Baía, e que tantos cuidados dava a todos, da qual era comandante o tenente general Bernardo Ramires Esquível. Compunha-se ela das naus «Princesa Real», em que vinha o citado tenente general; «Infante D. Pedro», comandante o chefe de divisão Manuel da Cunha Souto Maior, «Vasco da Gama», comandante o chefe de divisão Francisco de Paula Leite; «Maria I», comandante o chefe de divisão Joaquim José dos Santos Cação; e «Princesa da Beira», comandante o capitão de mar e guerra Diogo José de Paiva e Silva; das fragatas «Minerva», comandante o chefe de divisão Paulo José

biblRIA

da Silva Gama; «Princesa», comandante o capitão de mar e guerra Mateus Pereira de Campos; «Ulisses», comandante o capitão de fragata Daniel Thompson; «Tritão», comandante o capitão de fragata Tomás Stone; «Vénus», comandante o capitão de fragata Rodrigo José Pinto Pereira de Carvalho; e «Thetis», (fragata que acabava de se construir na Baía), comandante o capitão tenente António José Monteiro; dos bergantins «Serpente», comandante o capitão de fragata António da Rosa; e «Falcão», comandante o capitão tenente Manuel de Jesus Tavares. Debaixo da escolta desta nossa esquadra composta assim de cinco naus, seis fragatas e dois bergantins, vinha o comboio mercante da Baía composto de uns sessenta navios pertencentes às praças de Lisboa e Porto, trazendo importantes carregações, tanto para as pessoas reais, como para os particulares. Vieram também no referido comboio mais três naus da Índia, a saber: «Conceição», comandante o capitão de fragata José Joaquim Ribeiro; «Belém», comandante o capitão tenente José Francisco de Prené; e «Polyfemo», comandante o capitão de mar e guerra Manuel do Nascimento Costa».

Há apenas uma pequena discordância entre Soriano e Frei Bernardino, e é enquanto à primeira nau, a do comandante, que Soriano diz denominar-se

biblRIA

«Princesa Real» e Frei Bernardino «Principe Real».

Evidentemente é equívoco de Soriano como se reconhece examinando a relação das naus existentes em 1796 mencionada na «História de Portugal» de Pinheiro Chagas. Lá se encontra uma com a designação de «Principe Real» e nenhuma designada «Princesa Real».

Mas se alguma dúvida nos restasse, que não resta, de que Fr. Bernardino fez a sua viagem à Baía no comboio a que Soriano se refere, várias outras provas poderíamos aduzir em favor da nossa afirmativa. Algumas delas, que ainda citaremos, é o próprio autor do poema quem no-las fornece. Assim, a páginas 126 das «Saudades» diz ele o seguinte:

Dezasseis baixeis de Marte
Já por ordem navegavam;
E os mercantes de outra parte
Também aos outros mostravam
Que da Marinha tem arte.

biblRIA

Ora as embarcações de guerra que comboiavam os navios mercantes, eram realmente dezasseis; cinco naus, seis fragatas, dois bergantins e mais três naus que vieram da Índia, cujos nomes e bem assim dos comandantes, estão em perfeita harmonia com a descrição de Soriano.

.....

Coberta de pano e fogo
Na frente o Gama se via,
A princesa a segue, e logo
Ulisses, Vénus, onde ia,
Tompse, Rodrigo e Diogo

Os outros baixeis ficavam
Numa vista já escassa:
.....
(pág. 149)

Uma na dextra paterna
Toma o padre alegremente
E é Ramires, que governa
Toda a frota, cinge a frente
Ao som desta fala terna
.....
(pág. 167)

Ā capitania o alado
Gama se seguiu primeiro:
Aqui Paula foi coroado
Pelo Tejo, e de guerreiro
Pelo mesmo assim louvado.
.....
(pág. 168)

Quando no baixel, que tem
O nome de Ulisses forte
.....
(pág. 170)

biblRIA

E muitas mais passagens do poema nós poderíamos citar, que comprovam cabalmente o acerto do nosso reparo à inexatidão histórica cometido no subtítulo do poema de Fr. Bernardino. Seria essa inexatidão devida à ignorância do poeta, que desconhecia a anterior organização de comboios marítimos para o Brasil? Limitar-se-ia a um mero erro tipográfico que, em todo o caso, nunca foi rectificado?

Não atinamos com a resposta e cremos que ninguém responderá também a estas perguntas que deixamos formuladas.

Fosse como fosse, o certo é que o comboio a que Fr. Bernardino se refere entrou no Tejo, de regresso da Baía, no dia 23 de Julho de 1796 e *não foi o primeiro comboio do Brasil.*

Mas digamos em breves palavras o que são e o que valem as «*Saudades de Belmiro*».

O poema, que abre por um prólogo em treze estrofes, compõe-se de seis cantos e é todo vasado em quintilhas de redondilha maior às quais, diga-se de passagem muitas vezes falta a expontaneidade e a harmonia.

O assunto escolhido por Fr. Bernardino, ou seja «Belmiro», seu pseudónimo, é, em suma, a descrição de uma sua viagem à Baía, e do seu regresso a Lisboa. Essa descrição é feita, por assim dizer, passo a passo, mas, através de todo o poema, nota-se uma grande carência de originalidade e elevação de estilo; e como parte acessória daquele assunto principal, relata-nos o tonsurado poeta a história dos seus amores.

Cioso do Dante com a sua Beatriz e do Camões com a sua Natércia, quiz Belmiro num acesso de fradesco desejo que, de resto, sempre foi apanágio da vida claustral, reservar para uso próprio duas amadas do seu coração: — Tirce e Lizarda. Esta era de Ovar e vivia nas margens do «Graça» (1);

(1) Pequeno rio que atravessa a vila de Ovar de Norte a Sul.

aquela era de Évora e curtia saudades nas margens do «Freixo» (1).

Sem se poder averiguar ao certo o motivo que determinou Belmiro a empreender a sua tão longa e por vezes tormentosa viagem, sabe-se, contudo, desde que abandonou Ovar até chegar à Baía, nunca deixou de lembrar-se com a mais profunda saudade e amargura daquelas escolhidas do seu coração. E assim foi que, impelido pela dor que o alanceava, se desembarcou um dia do seu baixel ancorado em frente da Baía e passou a terra firme. Caminhando sem destino, foi dar consigo numa campina rodeada de espesso arvoredo, onde havia fontes de *argêntea linfa* e as mais estranhas e mimosas flores. Aí resolveu chorar os seus grandes males, visto que à vontade podia dar largas ao pranto que tantas e tantas vezes reprimira, mas, antes de começar a carpir a sua desventura, mandando aos ecos da floresta os seus lamentosos ais, ouviu uma voz estranha que lhe perguntou:

Quem és tu, mortal, e donde?
Que estrela aqui te encaminha?

ao que ele logo respondeu «*que andava atrás da fortuna, sempre para consigo tão mesquinha, que não se dignava atender aos seus rogos*». E olhando para o lado viu uma formosa donzela a quem se dirigiu por esta forma:

---

(1) Ribeiro insignificante que passa na freguesia do Freixo, próximo da vila de Redondo, Alentejo, a 24 quilómetros da cidade de Évora. É mais conhecido pela «Ribeira do Freixo».

Deusa (que por tal vos tenho)
Pois dos Numes ouvir é
Os tristes, eu vos empenho
No meu mal, ouvi porquê
Trago a vida em curvo lenho.

No Reino que o nome toma
De Luso, na rica Europa
Reino já fatal a Roma
E em cujo mar Febo ensopa
Repousando a loira coma.

Em fértil, risonho plano
Que está em distância igual,
Entre o Vouga e Douro ufano,
A quem borda um areal,
Que o separa do Oceano.
O terceiro murmurando
A dividem, e fazem bela;
Os dois irmãos vem buscando

Banhando campos amenos.
Juntam no princípio dela,
E tudo que é bom lhe deu
De verdes prados se arreia;

Três claros rios pequenos
Quem tudo sábio maneia.
Debaixo de um puro céu,
Jaz situada uma Aldeia

Unidos num vão marchando
Com saudoso rodeio,
Dois os seus cursos serenos
'Té que os encontra, e no meio

biblRIA

Vistosa ponte, que o cobre,
Que a Aldeia chama da Graça:
Seu nome lhe dá tão nobre
E já rico o vê quem passa
Sendo cada qual bem pobre.

Belmiro continua descrevendo à formosa Deusa as belezas do rio Graça e, para provar que era «vareiro» nado e criado, faz-lhe a seguinte declaração, que bem dispensa a competente certidão de baptismo da sua pessoa:

Em seus Campos o Céu quiz (1)
Que eu nascesse: meus Pais ternos,
Filhos do mesmo País
Já entre os braços maternos
Me ensinavam a ser feliz.

E vai contando como passou os seus tempos de rapaz, bons tempos em que

Roubava os ovos aos ninhos
Feria as aves, atava
nos cordéis os passarinhos:
No rio ao anzol pescava
Os inocentes peixinhos

Em seguida descreve a sua vida de estudante e menciona as terras por onde andou, até que houve por bem residir durante algum tempo em Évora.

(1) A questão dos «Logradouros comuns e Baldios» foi admifica dito no princípio deste nosso trabalho. Essa rua tem actualmente o nome de Dr. Manuel Arala.

Na cidade, a que deu fama
Sertório, nobre Romano,
E que Geraldo por trama
Tomou ao vil Mauritano
Errante pelo Xarrama;

Habitei ..... (1)

E é nesta altura que Belmiro, loucamente apaixonado, passa a descrever à Deusa, que pacientemente o escuta, as belezas, ainda as mais recônditas da sua Tirce, como já lhe descrevera as de Lizarda ao falar do rio Graça. O bom do frade, nesta passagem do seu poema, mostra como era fogoso em questões de amor...

.....

Pouco a pouco se aclararam
Os meus olhos e a par deles
Os do meu Bem cintilaram;
Vi seus cabelos e aqueles
Encantos, que me roubaram
.....

Mas escutemos ainda o que Belmiro continua dizendo à Deusa, sempre duma paciência a toda a prova:

---

(1) Impossível nos foi averiguar o motivo por que Fr. Bernardino residiu em Évora, e durante que tempo, não obstante os esforços que empregámos para conseguir qualquer informação a tal respeito.

bibRIA

Deixei, Deusa, finalmente
Sujeita à morte Lizarda;
E parti, qual inocente
Vítima, que o pé retarda
Vendo a secure iminente.

Curvo barco me esperava
No cais da fresca Ribeira
Bóreas à vela lhe inchava,
E já a piscosa Torreira
Veloz correndo aproava.

Ficavam os pátrios outeiros,
E neles Lizarda bela
Já não se viam salgueiros
Só branquejava a Ruela
Por entre verdes pinheiros

O meu Graça murmurando
Curto espaço me seguiu
E aonde está desaguando
Por despedida me ouviu
Este adeus suspirando.

Adeus, Pátria, Campos, Graça,
Berço da minha ventura,
Adeus, ó fortuna escassa,
Com pouco tua glória dura!
Teu prazer quão breve passa!
.....

Fr. Bernardino ao afastar-se da sua terra natal, sentiu tamanha dor e tão profunda saudade, que chegou a desmaiar:

Quiz dizer mais, mas o pranto
A vista e voz me roubou;
.....

O desmaio foi, todavia, de pouca duração, porque logo a seguir ouvindo *uma vozeria ruidosa, que vinha a ser de pescadores, diz o frade:*

Neste rumor recobrei
Os quase extintos sentidos:
Eis que a Torreira avistei,
A Torreira, onde queridos
Passatempos já gozei.

Confessa ter muitas vezes ali passeado com a sua Lizarda que sentia prazer em molhar os pés à beira-mar. Vê-se que Fr. Bernardino tinha uma grande predilecção por estas cenas de um inegável pitoresco e nós não lhe levamos a mal o seu bom gosto.

A demora na Torreira foi breve, porque ele assim o afirma:

Deixei em breve a Torreira;
Toda a Marinha deixei;
Vi Aveiro, vi Esgueira,
E em Soza, onde aportei,
Segui terrestre carreira.

De aqui por diante vai enumerando à Deusa as várias terras por onde passou, até chegar outra vez junto de Tirce, de quem se foi despedir. Deixando Évora, veio ao Tejo embarcar-se na frota que o levara até à Baía, cuja viagem principia a

descrever minuciosamente à Deusa pacientíssima já referida. No fim porém, de tão longa e acidentada descrição, quando o bom frade repetia que vinha procurar a fortuna para ele tão ingrata, reconheceu (caso estupendo!) que aquela a quem ele falava era a própria Fortuna! E cheio de assombro, assim se lhe dirige:

Mas que vejo! Não és ela?

Ah! Perdoa, Deusa a um cego
'Té agora costumado
A não ver-te, e sem socego
Nos males, que te hei contado,
Dos olhos não fez emprego.

Agora que as tuas vestes,
Teu ar, teu riso conheço,
Por essas prendas celestes,
Rendido a teus pés te peço
Que teus favores me prestes
.....
.....

Não te peço áureos tesouros,
Que neste país encerras;
Não as palmas nem os louros
Por quem os herois nas guerras
Se transmitem aos vindouros.

Esses bens que o mundo chama
Riqueza, e essa alta glória
Que decanta a imortal fama,
Nem sequer sobe à memória
De quem por amor se inflama.

A posse do Bem amado
Sem receio de perdê-lo;
Passar a vida a seu lado,
Eis a ventura e desvelo
Dum amante afortunado.

Esta que 'té aqui não gozo
Te peço, Fortuna bela
Ou no Freixo saudoso
Ou entre os braços daquela
Ninfa do Graça vistoso.

Frei Bernardino era previdente e calculado, pedindo os tais *bens* aos pares. Se se lhe fosse embora nas garras da fatalidade o *bem efectivo*, sempre lhe ficava o *substituto*...

Não obstante tais pedidos a Fortuna pouco caso deles se dignou fazer, porque apenas se limitou a prometer ao bom do frade que «*um dia no Freixo ou no Graça altas glórias havia de cantar*». E foi depois desta declaração que a Deusa, rindo, desapareceu num *mar de leite, que se ia quebrando nas pedras*...

Frei Bernardino encaminhou-se para o seu baixel, triste e pensativo, mas ainda esperançado na vaga promessa da Deusa, e noutro dia, que por sinal era de sombra parda, voltou a terra a espalhar saudades. Ele o diz:

Um dia que à sombra parda
Repetia com ternura
Os nomes que o peito guarda
Ouvi soar na espessura
Tirce, Lizarda, Lizarda.

Estranho sucesso foi esse para Fr. Bernardino, cujo espanto atingiu as mais extraordinárias proporções. Ouçamo-lo ainda:

Tremulante os passos guio
Ao som dos nomes suaves;
Eis que num ramo sombrio
Vejo duas lindas aves
Cantando-os ao desafio.

Perturbado, imóvel fico,
Crendo que isto ilusão fosse;
Mais atento a vista aplico,
Um e outro nome doce
Soam no torcido bico.

Logo julguei ser presente
Da fortuna as verdes aves,
Para alívio do ausente
Coração, que penas graves,
Longe das amadas sente.

bibRIA

Não nos resta a menor dúvida de que a Fortuna continuava a rir-se do frade, mandando-lhe dois papagaios, mas ele é que se dava por satisfeito com a esquisita lembrança da Deusa. Imediatamente tratou de lhes armar um engenhoso laço. Sobre odoríferos braços de murta entalhou os nomes de Tirce e de Lizarda, ocultando por debaixo as armadilhas, e depois de fazer ressoar no espaço esses nomes por três vezes, com a sua potente voz habituada ao cantochão, escondeu-se à espera do que viria a suceder. O resultado não se fez esperar por muito tempo: — os papagaios *mal escutaram aquelas vozes,* pousaram nos ramos, beijaram os lindos nomes e ficaram

presos nos laços. O contentamento do frade chegou ao delírio. É ver como ele descreve a estranha caçada às palradoras aves:

«Corro veloz, nelas pego,
E entre afáveis carícias
Minha boca às suas chego:
Chamo-lhes minhas delícias,
Do meu amor caro emprego.

Vós sereis, lhes disse mais
Compondo suas penas várias
Testemunhas de meus ais,
E fiéis depositárias
De meus amores fatais.

Vós, a quem deu Natureza,
Papagaios matizados
Branda voz, rara beleza,
Vinde ouvir graves cuidados
Em que vive esta alma presa».

BIBRIA

E logo os baptisou (como era frade bem o podia fazer), pondo a um o nome de «Freixo» e a outro o de «Graça» porquanto desde esse momento os ofertava, embora *in mente*, às suas bem amadas que não podia de forma alguma esquecer. Esta cena não será inteiramente patética, mas podemos afiançar que é de uma originalidade requintadamente pitoresca.

Tudo o que até aqui deixamos dito é o que se contém nos três primeiros cantos do poema. O canto IV descreve a partida da frota da Baía com destino a Lisboa. Durante a viagem, que umas vezes correu tormentosa por causa do mau tempo e outras abor-

recida devido às calmarias, várias peripécias se deram mais ou menos importantes, sendo a pior, sem dúvida, a enorme baixa que houve na guarnição da frota, por se ter desenvolvido entre ela o mal do escorbuto. É a esta terrível doença que Fr. Bernardino se refere, quando diz que

«Entumecimento forte
De membros, gengivas, dentes,
Se aumentava de tal sorte,
Que anunciava aos doentes
A podridão, logo a morte».

Mas vamos adiante. A frota já avistava a serra de Sintra e daí a pouco bordejava entre cabos da Roca e Espichel, sempre com ventos contrários e mar muito agitado. Assim andou três dias, até que afinal pode entrar no vasto e formoso Tejo.

Tinha, pois, Fr. Bernardino, chegado a porto e salvamento.

No canto VI do poema, narra ele a grandiosa recepção que as formosas Tágides fizeram aos bravos homens do mar que regressavam à sua Pátria, mas nós dispensamo-nos, e aos nossos leitores, de acompanhar Fr. Bernardino nas suas divagações poéticas, que são demasiado longas e de pouco interesse.

Após a ancoragem da frota, que foi um pouco acima de Belém, acorreram à margem do Tejo as famílias dos tripulantes e uma imensa multidão de curiosos. Houve cenas de grande contentamento para uns e de lágrimas pugentíssimas para outros, que viam no mar a sepultura dos seus entes mais queridos. Fr. Bernardino é que não tinha ninguém à

BIBRIA

sua espera, e olhando consternadíssimo para tudo que o rodeava, dizia:

Nesta Cena, a quem lançava
Meus tristes olhos não via
Aquelas, que eu adorava
Só no peito meu sentia
Que a saudade redobrava.

Numa via as níveas cores
Noutra os cabelos doirados,
Nesta os olhos roubadores,
Naquela os meigos agrados
Dos meus cândidos amores.

Mas numa não pude ver
Unida tanta beleza:
Que esta obra quiz fazer
P'ra modelo a Natureza
Onde esgotou seu poder

Daqui logo a fantasia
voou sobre o Tejo e Graça
.....
.....

Mas viveriam ainda as suas bem amadas Tirce e Lizarda?

.....
Se vivem, Céus, que feliz
Serei! clamava assustado
.....

Seria melhor escrever-lhes dando-lhes parte da sua chegada e narrando-lhes todos os trabalhos e

biblRIA

amarguras que só por elas sofrera. A sentidíssima carta (espécie de *circular*, porque era para as duas) termina por esta forma:

«Mas que importa, acabo assim,
Ó Tirce bela, ó Lizarda,
Que isto passasse por mim,
Se o tempo, que já não tarda,
A tanto mal vai pôr fim.

Nos vossos braços Belmiro
Vai beijar de Amor o Templo
A vós, Amantes, que admiro,
Servirei de inveja, e exemplo
Nesta ventura a que aspiro».

Mal, porém, tinha escrito e resolvido estas coisas, logo nele se operou uma extraordinária mudança, para nós absolutamente inexplicável, que o leva a romper com esta verdadeira surpresa:

Isto disse, mas... ó pena!
Ó mágua! ó desgraça! ó morte!
Que vale, o que Amor ordena
Quando o fado que é mais forte
Ao contrário nos condena.

Triste Nume de Cytera,
Esperanças, vão desejo,
Cedamos que a morte austera
Me assina longe do Tejo
Ausência mais larga, e fera.

Vendo assim frustrado o intento
De ir ver minhas Ninfas caras;
Depois de voltar ao vento
Ternos ais, queixas amaras,
Que ditou o meu tormento:

Mandei a Tirce e Lizarda
Os dois papagaios belos,
Que apanhei na murta parda,
Para cantar os desvelos
E fé, que o peito lhes guarda.

E assim foi. Depois de ter industriado as brasílias aves em tudo o que deveriam dizer às queridas do seu coração, fazendo-lhes papaguear amorosas endeixas, beijou-as e mandou-as ao seu destino.

Belmiro termina assim o seu poema:

bibRIA

«Beijando os dois papagaios,
Os mandei às minhas belas;
E fiquei entre desmaios,
Como aquele que em procelas,
assombram farpados raios.

Estes guiados de amor
Foram melhorar de sorte;
Mas eu ferido de dor
Vim entregue à dura morte
Arrostar Adamastor. (1)

---

(1) Parece concluir-se desta quintilha que Fr. Bernardino intentou nova viagem marítima, mas impossível nos foi averiguar se a realizou, quando e porque motivo. Também desconhecemos por completo a data e local da sua morte.

E aí está como, *post tot tantosque labores,* o bom do frade pôs fim a uma tão longa e ardente contenda amorosa: — mandando dois papagaios às suas bem amadas Tirce e Lizarda!

Esta originalíssima resolução de Fr. Bernardino, tomada justamente na ocasião em que as *naus dos quintos* enchiam Portugal de oiro e pedrarias, não nos permite colocar a generosidade do tonsurado poeta no mesmo plano das suas amorosas paixões.

Não nos alonguemos, porém, em mais considerações sobre as *Saudades de Belmiro,* cuja ideia e forma se poderão imparcialmente avaliar pelas simples e, por vezes, bem pouco harmoniosas estrofes que deixamos transcritas. A obra de Fr. Bernardino José do Espírito Santo carece, pois, em grande parte, de valor literário poético, mas para nós, filhos de Ovar, não deixa de ter um grande sabor local, pelo que se torna digna de registo. Como documento histórico, àparte o erro do subtítulo do poema por nós apontado e supomos que rigorosamente justificado, são as «*Saudades de Belmiro*» um livro aproveitável e de certo valor, como muito bem diz Inocêncio Francisco da Silva no seu Dicionário Bibliográfico, já citado. Não conhecemos a *Ode sáfica* que Fr. Bernardino publicou em 1802 e a que já nos referimos no princípio desta bio-bibliografia, nem tão pouco pudémos obter qualquer outro documento além do poema citado que mais nos aclarasse a personalidade do nosso *Belmiro, pastor do Graça.* Quanto deixámos dito será, todavia, o bastante para relembrar um dos mais antigos, senão o mais antigo cultor das Musas que Ovar conta no número dos seus filhos, e cuja obra chegou a ver a luz da publicidade.

biblRIA

Fr. Francisco de Ovar Oliveira Gomes

Entre os filhos de Ovar que envergaram o hábito de diversas ordens religiosas em Portugal e sobre os quais o passado ainda de todo não conseguiu lançar o negro véu do esquecimento, foi certamente Fr. Francisco de Ovar um dos que muito se distinguiu pelas altas qualidades de saber e erudição de que era dotado, pois durante a sua vida quase inteiramente consagrada ao estudo, conquistou os mais justificados foros de bom moralista, notável teólogo, professor e orador sagrado de reconhecido merecimento.

A sua biografia é baseada em documentos da mais iniludível autenticidade, que felizmente conseguimos obter, mercê dos bons cuidados de quem, prezando a memória de um seu ilustre antepassado religiosamente os conservou. E assim é que ainda hoje pode ser atestado, sem sombra de dúvida, o real valor de Fr. Francisco de Ovar.

biblRIA

Depois de ter professado na ordem religiosa dos frades menores de S. Francisco e província da Soledade, adoptou o nome de Fr. Francisco de Ovar Oliveira Gomes, por que passou a ser geralmente conhecido. Nasceu na vila de Ovar no ano de 1779, conforme seguramente concluímos dum documento do seu próprio punho, datado de 1841 em que ele declara ter, nessa data, 62 anos de idade. Esse documento é um requerimento dirigido ao Bispo Eleito e Vigário Capitular do Porto, D. Jerónimo José da Costa Rebelo, em que Fr. Francisco pede que lhe seja prorrogada uma licença para celebrar, confes-

sar e prégar, visto ser religioso secularizado e viver, a esse tempo, na terra da sua naturalidade.

Fr. Francisco de Ovar pertenceu ao convento de Santo António de Vale da Piedade, que era situado na margem esquerda do rio Douro, ao poente de Vila Nova de Gaia. (1). Muito respeitado não só pelos seus inferiores como ainda pelos seus superiores hierarquicos, Fr. Francisco a todos se impunha pela sua «exemplar conduta» e por ser «muito instruído em matérias teológicas e eclesiásticas», como unânimemente o afirmam vários atestados juntos ao requerimento acima referido. E eram tais os seus merecimentos como teólogo, que na ordem em que professou exerceu o magistério de ciências eclesiásticas, onde era padre-mestre e leitor de Teologia prática. Este mesmo honroso cargo foi por ele exercido no célebre colégio de S. Frutuoso, em Braga, onde por diversas vezes presidiu aos actos grandes que ali se realizaram. A título de curiosidade, passamos a transcrever o frontespício de duas das diversas teses propostas por Fr. Francisco de Ovar a alguns examinandos do colégio supracitado:

biblRIA

(1) Este convento, que havia sido fundado em 1569, foi totalmente devorado pelas chamas em 17 de Dezembro de 1832, por ocasião do cerco do Porto.

HAS THESES

DE

OFFICIIS

PRÆSIDE

Fr. FRANCISCO D'OVAR,

IN SACRA THEOLOGIA PRACTICA

LECTORE,

bibRIA

PALAM SUSTINEBUNT

Fr. FRANCISCUS DAS MARINHAS CARDOSO,

Fr. LUDOVICUS DE CANAS

IN HOC D. FRUCTUOSI COLLEGIO BRACARENSI,

DIE 24 HUJUS MENSIS, VESPERE.

DE ACTIBUS HUMANIS

CONCLUSIONES

QUAS

PRÆSIDE

Fr. FRANCISCO D'OVAR,

THEOLOGIÆ PROFESSORE,

PUBLICO CERTAMINI

OFFERUNT,

Fr. JOSEPHUS DA POVOA DE VARZIM,

Fr. JOSEPHUS DE CERVAENS

IN COLLEGIO D. FRUCTUOSI BRACARENSI

DIE II LABENTIS MENSIS

VESPERE

bibRIA

Esta última tese tem a data de 1816 e foi impressa em Lisboa (OLISIPONE: Typis Alcobiae, 1816).

Mas além dos seus méritos pedagógicos em ciências eclesiásticas, Fr. Francisco de Ovar alcançou no limitado meio da sua esfera o justo renome de eloquente prègador, produzindo sempre no púlpito obras de sua inteira lavra, o que mais revela o seu merecimento, porquanto é certo que muitos oradores sagrados, ofendendo o sétimo mandamento da lei do

Senhor, costumam vender aos auditórios, sem o menor escrúpulo, mercadoria que não é sua à maneira daqueles que, como disse José Estevão no seu célebre discurso do *Porto Pireu*, «mandam vir de França por atacado quintais e quintais de discursos do abade Mauri, e doutros quejandos...»

A prova do que deixamos dito, é o termos constatado, *de visu*, a existência de um avultadíssimo número de sermões manuscritos por Fr. Francisco de Ovar, reconhecendo em muitos deles uma linguagem vernácula e sóbria, por vezes mesmo elegante, e um fundo doutrinário sincero e convicto, sem aqueles ridículos exageros a que o fanatismo muitas vezes arrasta os maus propagandistas da palavra de Deus.

Cabe aqui o dizer-se que Fr. Francisco de Ovar, sendo um espírito abertamente liberal, não podia deixar de perfilhar as idéias avançadas do seu tempo, e assim foi que se tornou partidário da Constituição. Quando em 1833 quase se chegou ao rompimento entre a Santa Sé e o governo de Portugal, devido às renhidas lutas entre constitucionais e absolutistas, que levaram o próprio Papa Clemente XVI a anatematizar em plena cúria o governo português, Fr. Francisco não pode sofrer que, por tal motivo, um certo número de ministros da igreja de alta e baixa categoria, juntamente com outros ferrenhos partidários do absolutismo, considerassem o clero liberal como cismático. Pondo a sua pena ao serviço deste mesmo clero, do qual fazia parte, provava com sólidos argumentos a errada orientação dos que injustamente o combatiam e falava-lhes por esta forma sinceramente convicta e nobremente alevantada, que ainda hoje pode servir de lição a muitos *puritanos*

biblRIA

em matéria religiosa: — «Estes Homens dissidentes que se dizem possuidores de sãs doutrinas e cujos pérfidos intentos são bem conhecidos de quem os entende, imputam aos outros aquilo que lhes pertence, proclamando que são excomungados todos aqueles que não seguem a sua pretendida autoridade e por consequência que se não pode comunicar com os cismáticos e herejes».

Mas, reatemos o fio das nossas investigações biográficas.

Fr. Francisco de Ovar, muito abalado de saúde, abandonou a clausura em 1818, mercê dum breve apostólico que para esse fim lhe foi concedido, e regressou à sua casa de Ovar em 10 de Junho do mesmo ano, aonde fixou residência. (1). Ainda por outro breve do Pontifíce Leão XII, com a data de 27 de Agosto de 1824, obteve a secularização, que só foi confirmada em 18 de Fevereiro de 1825 por sentença proferida pelo Bispo do Porto D. João de Magalhães Avelar, sendo-lhe definitivamente concedidas, e por despacho do mesmo prelado de 8 de Março do referido ano, todas as licenças necessárias ao exercício de padre secular. Dedicando-se constantemente à prédica, não só em obdiência à sua natural inclinação pela tribuna sagrada, como ainda para satisfazer às reiteradas instâncias que de várias localidades, especialmente do distrito de Aveiro, lhe eram feitas por diversas pessoas e corporações religiosas que tinham na melhor conta os seus méritos de orador, pode dizer-se que Fr. Francisco de Ovar morreu

(1) A casa em que viveu Fr. Francisco ficava junto da capela de Santo António, à praça, e é hoje pertença do Snr. Miguel Ferreira Coelho.

no seu posto de fiel propagandista da pura doutrina dos Evangelhos.

A sua respeitabilidade e saber fizeram ainda que ele fosse escolhido pelo clero para presidir por diversas vezes às conferências eclesiásticas de moral que nesse tempo em Ovar se realizavam.

Muito embora não obtivessemos documento oficial que nos fixasse a data do seu falecimento, é certo que outros documentos existem de carácter particular por nós compulsados, que nos permitem afirmar que Fr. Francisco devia ter falecido em 1842, contando 63 anos de idade.

Dos numerosos trabalhos literários a que tão assiduamente se dedicou o ilustre filho de Ovar a que nos vimos referindo, sobretudo em matéria religiosa, nada chegou a publicar-se segundo presumimos. É de crer, todavia, que Fr. Francisco intentasse a publicação de um *Manual de cerimónias* oferecido ao Arcebispo de Braga, que o nomeara mestre de cerimónias da Sé Catedral daquela vetusta cidade, pois entre os muitos escritos que do seu próprio punho existem, encontra-se uma extensa dedicatória àquele mesmo Arcebispo que devia prefaciar o referido *Manual*.

Resta-nos dizer que Fr. Francisco de Ovar era um profundo conhecedor da língua latina como bem o demonstra um seu discurso inaugural que também existe em manuscrito e que por ele foi proferido no colégio de S. Frutuoso de Braga em 6 de Novembro de 1815, sobre a excelência e utilidade da teologia.

Orador sagrado, professor, moralista, teólogo, notável conhecedor da história sagrada e profana e, como que para dignamente coroar estes predicados, homem de honra e exemplar conduta, Fr. Francisco

de Ovar foi, enfim, uma individualidade de destaque, cujos merecimentos têm jus à nossa admiração; e essa aqui fica sinceramente traduzida neste devido preito de justiça à sua memória.

***

Fr. Francisco de Ovar Oliveira Gomes era filho de António de Oliveira Gomes e de sua mulher Antónia de Oliveira Pacheca também conhecidos por António de Oliveira Cigano e Antónia de Oliveira Gomes. O apelido de Cigano usado por seu pai, deu lugar a que Fr. Francisco e um seu irmão, Fr. Gabriel de Oliveira Gomes, que na sua ordem tomou o nome de Fr. Gabriel da Conceição, fossem igualmente conhecidos por Frades Ciganos, denominação esta que se tornou vulgar e que nós próprios ainda muitas vezes ouvimos a diversas pessoas de idade provecta.

bibRIA

Bernardo António Zagalo

MARECHAL DE CAMPO

Eis um ilustre filho de Ovar, cuja memória tem sido tão injustamente esquecida pelos seus conterrâneos. De facto quem há hoje aí, afora um bem pequeno número de pessoas ilustradas e desejosas de saber do passado, que conheça sequer de nome o marechal Zagalo, ou tenha ouvido falar dos seus méritos e alevantados feitos? Ninguém, triste é dizê-lo.

E todavia esse homem foi um dos nossos mais ilustres antepassados que, sabendo honrar o seu nome com a prática de nobres acções, honrou também o

seu país e legou o brilho das suas obras à terra que lhe foi berço — terra amada que êle nunca olvidou, embora andasse quase sempre dela afastado. Não, nunca a pode esquecer, ele próprio o afirma num curioso documento inédito que ao diante transcrevemos.

Infelizmente, essa dívida de gratidão não tem sido generosamente paga pelos seus conterrâneos, que até hoje o lançaram ao mais profundo olvido, não tanto pelo propósito de o esquecer, crêmo-lo bem, como pela condenável indolência de não transmitir de geração em geração o nome de um dos seus mais ilustres ascendentes que o sol da glória um dia iluminou.

Se é certo que à nobre figura do marechal Zagalo são feitas elogiosas referências em algumas passagens da nossa história pátria, não menos certo é que tais referências são inteiramente desconhecidas da grande maioria do povo de Ovar.

bibRIA

A fim de que essa falta seja tanto quanto possível reparada, empregámos todos os esforços para dar a maior latitude possível a esta biografia, cumprindo-nos entretanto declarar com toda a lealdade, que estamos convencidos da existência de mais alguns documentos referentes ao nosso biografado, além daqueles que já com muito custo pudémos conseguir. Esses documentos, porém, se realmente existem, como presumimos, poderiam sem dúvida esclarecer-nos mais circunstanciadamente àcerca da individualidade do marechal Zagalo; mas não acrescentariam talvez o bastante para tornarem maior, aos nossos olhos, esse vulto notável das campanhas napoleónicas e das renhidas lutas liberais que em Portugal se travaram contra o absolutismo migue-

lista. Ainda assim, se alguma coisa de essencial faltar ao que passamos a expor, grande benefício é que em melhor ocasião e com mais autoridade do que a nossa, falem os que sabem: *dicant Paduani.*

Bernardo António Zagalo, cujo nome completo de família era Bernardo António Pereira Zagalo, nasceu na vila de Ovar em 3 de Novembro de 1780 e era filho do bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra António José Pereira Zagalo e D. Antónia Maria de Sousa Azevedo.

A sua destemida coragem e acendrado patriotismo, começaram a revelar-se logo na sua mocidade, pois quando tinha 28 anos e se achava ainda em Coimbra cursando a Universidade, tomou a iniciativa e assumiu a direcção de uma arriscada empresa cujos resultados mereceram os mais justos louvores.

Para não alterar por qualquer forma, embora involuntàriamente, a verdade dos factos, passamos a fazer uma fiel transcrição do que sobre a referida empresa nos diz Joaquim Martins de Carvalho nos seus «*Apontamentos para a História Contemporânea*».

> «No dia 25 do mês de Junho de 1808 partiu de Coimbra em direcção à Figueira um destacamento de 40 voluntários, quase todos estudantes, comandados por Bernardo António Zagalo, sargento de artilharia e estudante da Universidade, a fim de se apoderar do forte daquela vila.
>
> O sargento Zagalo mandou o destacamento comandado por António Inácio Caiola, sargento de Peniche, pela margem esquerda do Mondego; e êle com

4 cavaleiros foi por Tentugal e Carapinheira até Montemor-o-Velho, para onde deu o ponto de reunião. Por todas as vilas por onde passaram se aclamou a repiques de sinos e entre inumeráveis vivas, o príncipe regente, e se descobriram as armas reais.

Depois de reunidos em Montemor-o-Velho continuaram a marchar de noite, e às 7 horas da manhã chegaram à Figueira, acompanhados por quase 3 000 ordenanças, armados de lanças, piques e foices.

O sargento Zagalo mandou atacar a vila por duas divisões, com ordem de se reunirem na praça. Foram presos 11 franceses que não estavam no forte, e mandadas postar sentinelas à porta do governador.

Caminharam depois para o forte com o fim de obrigar a guarnição a render-se pela fome, pois a gente que nele se achava carecia absolutamente de tudo. Vendo porém o sargento Zagalo que o povo, sem reflectir no perigo, se adiantava demais, correu à sua frente e o fez retirar. Nessa ocasião dispararam os franceses algumas espingardas e uma peça de artilharia sobre os populares; mas, tendo estes observado os seus movimentos, deitaram-se, e não ficou ferida uma única pessoa.

Como o cêrco estava formalmente lançado, e a comunicação com o cabe-

bibRIA

delo inteiramente cortada, intimou o sargento Zagalo aos franceses que se rendessem, pois sabia que não tinham mantimentos nem para aquele dia; aliás seriam passados à espada. O comandante respondeu que era um tenente engenheiro português, e que não podia render-se por causa do perigo em que ficava a sua família, que tinha em Peniche em poder dos franceses.

Em razão disto continuou o cerco, e quando se estavam para render à discrição de hora para hora, recebeu o sargento Zagalo no dia 27 ordem do governador de Coimbra, para se retirar imediatamente para esta cidade; mas, como queria acabar a empresa, propôs ao comandante que se entregasse, e que se poderia ir com a sua gente para Peniche, levando espingardas e mochilas, porém sem pólvora nem bala.

A condição foi aceite; e entrando no forte o sargento Zagalo, acompanhado do major de Buarcos e dos juizes de fora da Figueira e de Tentúgal, se descarregaram as espingardas, e os franceses se foram embarcando a fim de passar para a outra banda, caminho de Peniche.

O povo, porém, não tendo aprovado esta convenção puramente vocal, foi examinar os soldados, e ainda que as cartuxeiras se achassem vazias, contudo entre elas e as patronas se desco-

biblRIA

briram mais de 20 cartuxos a cada soldado. Consequentemente ficaram todos prisioneiros, e mais dois tenentes um de artilharia e outro de engenharia, que era o comandante.

Mandou-se arvorar no forte a bandeira portuguesa com salvas de artilharia, ficando governador o major Soares, pois que o antecedente e seu filho vieram presos para Coimbra; e de tudo se deu parte à esquadra inglesa.

Feito isto, imediatamente marcharam para Coimbra, trazendo consigo os prisioneiros, as suas armas e cinco peças de artilharia para defesa da cidade».

Simão José da Luz Soriano, na sua «História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal» — Segunda Época, Tomo I, pág. 268 a 269 — também se refere à proeza de Bernardo Zagalo, pouco mais ou menos nos termos em que o faz Joaquim Martins de Carvalho, e acrescenta que a universidade de Coimbra se transformara de berço de letras em instrumento de guerra, «tomando aquela cidade uma atitude tal que os franceses se não atreveram a aproximar-se dela».

Para comemorar este acto de bravura do sargento Bernardo Zagalo, a Comissão Administrativa da Figueira da Foz, em 1908, mandou colocar sobre a porta de entrada da fortaleza uma lápide de mármore, que ainda hoje lá se conserva, e cujos dizeres são os seguintes:

biblRIA

PADRÃO COMMEMORATIVO DO 1.º CENTENARIO DO INICIO DA LUCTA DOS POVOS D' ESTE CONCELHO CONTRA O JUGO NAPOLEONICO OS QUAES SOB O COMMANDO DO ACADEMICO BERNARDO ANTONIO ZAGALO E ASSOCIADOS AOS VOLUNTARIOS ACADEMICOS E AOS POVOS DE MONTEMOR E TENTUGAL PUZERAM CERCO A ESTE FORTE NO DIA 26 DE JUNHO OBRIGANDO-O A RENDER-SE NO DIA SEGUINTE. MANDADO FAZER PELA COMMISSÃO ADMINISTRATIVA.

FIGUEIRA DA FOZ 26-6-908. A COMMISSÃO ADMINISTRATIVA.

Bernardo António Zagalo matriculara-se na Universidade em 1800-1801, na Faculdade de Medicina, sendo o n.º 8 da classe dos alunos *obrigados*, que eram todos aqueles que frequentavam o curso preparatório da supradita Faculdade.

Devido, porém, a circunstâncias de carácter particular, a que todavia não eram estranhas as verduras da mocidade e o desiquilíbrio das finanças provocado por dispendiosas aventuras românticas, Bernardo Zagalo chegou a ver-se desprotegido por seu pai. Este facto que já o levara a deixar de frequentar as aulas em 1805-1806, obrigou-o a abandonar por completo a Universidade em 1808, justamente quando assumiu pela primeira vez as graves responsabilidades de um feito militar de alto valor, como aquele que deixamos referido.

Seguindo a carreira das armas, Bernardo Zagalo nada mais fez, de resto, do que obedecer às tendências da época, que igualmente arrastaram muitos outros académicos do seu tempo para os campos de batalha, ciosos da defesa da sua querida Pátria já

então dominada pelo jugo estranho. E assim foi que durante o período mais ardente das encarniçadas lutas feridas entre as armas portuguesas e os orgulhosos exércitos de Bonaparte, ele soube patentear todas as suas belas qualidades de brioso e valente soldado, que lhe mereceram as mais justas recompensas e honrosas condecorações.

Mas não foi só em todas as campanhas da guerra peninsular, em que sempre tomou parte, que Bernardo Zagalo conquistou os créditos de valoroso e distinto militar: mais tarde, no cerco do Porto, havia de patentear, como realmente patenteou, a par do seu heroísmo e bravura, os grandes recursos da sua inteligência sobretudo como excelente teórico.

De simples sargento de artilharia em 1808, vamos encontrá-lo já no posto de coronel na guerra civil de 1826 e de brigadeiro durante o cerco do Porto (1833), quando Saldanha assumiu o cargo de chefe do estado maior do exército de D. Pedro.

Este famoso cabo de guerra que era, por assim dizer, a alma do exército libertador, tinha uma especial predilecção por Bernardo Zagalo, cujas qualidades de militar inteligente e disciplinador muito apreciava, e por isso logo o indicou para desempenhar o cargo de quartel mestre general do estado maior. Essa nomeação, porém, não foi por diante, em virtude dos motivos, aliás deploráveis, que Soriano explica na sua «*História do Cerco do Porto*», a pág. 195, da seguinte forma.

> «A demissão de Solignac trouxe para Saldanha a sua elevação ao importante lugar de chefe do estado maior imperial, para o brigadeiro José Lúcio

Travassos Valdês a nomeação de ajudante general e a de quartel mestre general para o major Baltazar de Almeida Pimentel a quem para tal nomeação muito aproveitaram as intrigas de palácio e sobretudo a decidida influência que Cândido José Xavier alcançara no ânimo de D. Pedro, levando-o a mandar inutilizar o decreto que para este lugar de seu quartel mestre general se tinha já passado a favor do brigadeiro Bernardo António Zagalo».

As baixas intrigas, que a nosso ver muito mais o são quando partem de altas personalidades, haviam contrariado os bons desejos de Saldanha, mas este é que não desistiu do seu firme e generoso propósito, pois reconhecendo os méritos do brigadeiro Zagalo, continuou sempre a dispensar-lhe as provas da sua maior consideração e particular estima. Incumbindo-o por diversas vezes de serviço de alta responsabilidade e procurando significar-lhe a grande confiança que lhe mereciam os seus dotes de inteligência, ponderação e conhecimentos estratégicos, confiou-lhe em 1 de Fevereiro do referido ano de 1833 o comando da 1ª brigada da divisão do tenente general Stubbs.

Na batalha de 18 de Agosto do mesmo ano, que forçou as tropas de D. Miguel a levantar o cerco do Porto, assumiu Bernardo Zagalo, já então no posto de general, o comando de uma coluna composta do batalhão de caçadores 12, do regimento 18 e de um meio batalhão do primeiro regimento ligeiro da raínha, cujas forças inteligentemente dirigidas pelo seu valoroso comandante se apoderaram da ponte

biblRIA

de Avintes e obrigaram os miguelistas a abandonar todas as suas posições fortificadas.

Por este e outros notáveis feitos recebeu o general Zagalo os mais justos e merecidos louvores durante o cerco do Porto, como já os havia recebido em 1828, sendo então coronel, pelos movimentos que executara com as tropas às suas ordens entre Douro e Minho, quando se manifestou a reacção liberal contra a proclamação da realeza absoluta de D. Miguel.

Passados anos e por ocasião da inauguração da estátua de D. Pedro IV na cidade do Porto (18 de Outubro de 1865) ainda o Marechal Saldanha, escrevendo a Latino Coelho, se lembrava do seu companheiro de armas general Zagalo, a quem rendia os maiores elogios, encarecendo muito os seus serviços durante o cerco daquela cidade e afirmando *ser ele um dos oficiais em quem depositava mais confiança.*

bibRIA

E ainda o Marechal Saldanha, que sofreu gravíssima injustiça de não ter sido convidado para as festas da inauguração daquele monumento, injustiça que Latino Coelho acremente verbera, salientando a ingratidão de El-Rei e dos seus conselheiros que *negaram ao chefe de estado maior do exército libertador, um canto, sequer obscuro, no troféu erguido à sua memória»*, ainda é o Marechal Saldanha, dizíamos, quem, numa carta dirigida à imprensa para amargamente justificar a sua não comparência àquela inauguração, mais uma vez recorda o valor do general Zagalo no combate de 18 de Agosto a que já nos referimos. (1)

---

(1) Vide «História de Portugal» de Pinheiro Chagas, vol. 12 pág. 252 e seguintes.

Sem podermos determinar com precisão as datas dos acessos aos diversos postos da carreira militar de Bernardo António Zagalo, o que, de resto, não constitui uma falta que deixe obscura a sua personalidade, sabemos todavia que esse nosso valoroso e ilustre antepassado conquistou, pelos seus grandes merecimentos e notáveis feitos de armas, a elevada patente de Marechal de Campo graduado do Exército.

Em 1825 escreveu um livro com o seguinte título: *Sistema de Instrução para a Infantaria, oferecido aos novos Oficiais do Exército.* Foi impresso em Lisboa, em a Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos — 4.° de IV — 303 Pág. com 24 estampas gravadas a buril.

Escreveu também um «Regulamento completo para a infantaria», que ficou manuscrito e no qual mostra os conhecimentos teóricos e práticos que possuía nas matérias da sua profissão.

Entrando na política, foi eleito senador em 1838, e exerceu essas funções até 1840, tendo apresentado à Câmara respectiva, entre outros projectos importantes, um sobre o *Montepio Militar* e outro sobre a *Organização do Exército e Fazenda,* os quais se imprimiram no Diário da Câmara. Em 1840 publicou ainda um «Projecto de regulamento para a organização e administração do exército apresentado ao Senado em sessão de 29 de Janeiro de 1840, e impresso por ordem do mesmo senado».

Bernardo António Zagalo, além de conquistar o distinto e elevado posto de Marechal de Campo graduado, mereceu também os honrosos títulos de Oficial da Ordem da Torre e Espada, de Cavaleiro da de Avis e, entre outras condecorações, possuía a

bibRIA

medalha das cinco campanhas da guerra peninsular e do comando da batalha de Ortez.

Faleceu a 17 de Dezembro de 1841.

Resta-nos transcrever o curioso documento inédito a que nos referimos no princípio desta biografia e que é uma carta dirigida pelo Marechal Zagalo a Pedro Alexandrino Chaves (1), em 1840, quando entre a Câmara Municipal de Ovar e a de Estarreja se ventilavam questões de limites entre os dois concelhos.

Como também já dissemos esse documento demonstra não só o interesse que Bernardo António Zagalo tinha pela sua terra, como ainda a sincera afeição que dedicava aos seus patrícios. Ei-lo:

«Il.mo Sr. Pedro Alexandrino Chaves

Tenho presente a carta que V.ª S.ª fez favor de dirigir-me em data de 14 do corrente, participando-me que outra escrevera a Francisco de Oliveira Pinto com umas informações que pensa me diziam respeito, e como ele marchasse para Castelo Branco, deseja saber se eu fui entregue dela, visto que na falta daquela se dirigia a mim.

A este respeito devo dizer a V.ª S.ª que com efeito recebi a dita carta, e

(1) Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente (era este o seu nome completo de família) exerceu durante muitos anos o cargo de escrivão da Câmara Municipal de Ovar. Sendo-lhe também oferecido o lugar de escrivão de primeiro ofício do antigo julgado ordinário, não o aceitou, preferindo conservar-se sempre na escrivania da Câmara.

ao mesmo tempo as suas informações, que muito lhe agradeço; e como a mesma carta continha objectos que eu julguei não deviam ser ignorados de Pinto, logo lha remeti, fazendo-lhe as competentes recomendações a respeito do objecto da Torreira.

Este negócio parece-me que não há-de custar pouco a vencer, porque tem aqui um procurador da parte contrária, que o ministro do reino não deixará de querer obsequiar, que é o deputado por Estarreja Brandão; pois me procurou já para me dizer que o Ministro do Reino lhe mandara um bilhete, participando-lhe a pretensão da Câmara de Ovar, a qual não tinha justiça alguma, porque as praias limítrofes do concelho pertencem aos mesmos concelhos; porém eu lhe fiz ver logo que pelos mesmos princípios aquelas praias não pertencem a Estarreja, porque estão na margem oposta da ria, e no continente do concelho de Ovar. Entretanto veremos se o Ministro muda da opinião que já emitiu na Câmara, quando eu mostrei que a justiça estava da parte da vila de Ovar, no que ele se conformou. Porém o que se precisa, é estabelecer aqui um agente fiel, que não deixe o Ministro, e promova constantemente o negócio, como já mandei dizer ao Pinto; cujo Agente se deve entender comigo sobre qualquer acontecimento que apa-

biblRIA

reça, porque não posso encarregar-me disso; ficando V.ª S.ª na certeza de que promoverei da minha parte quanto possa para o bom resultado do negócio.

Nestes termos pode V.ª S.ª asseverar à Câmara de Ovar, que eu ainda que não devo a cadeira de Senador a esse circulo eleitoral, contudo nunca me esqueço que aí nasci, e que tenho todo o empenho em tudo que possa influir para a felicidade desse Município; aproveitando esta ocasião para agradecer aos dignos Membros que a compõem bem como aos meus honrados patrícios, a justiça que me fazem, quando se persuadem que eu serei capaz de sustentar a sua causa, porque certamente nela me empenho; o que V.ª S.ª terá a bondade de lhes fazer comunicar do modo, que julgar conveniente; e pelo que lhe ficará sumamente agradecido o que tem a satisfação de afirmar-se.

De V.ª S.ª

Am.º M.to af.to obrig.mo cr.º

Lisboa, 21 de Novembro de 1840

Bernardo António Zagalo

Além do que deixamos dito e que é tudo quanto pudémos colher simplesmente à custa de investigações quase que ao acaso encontradas e dispersas em várias obras que ao nosso biografado se referem, resta-nos apenas lembrar que em 1910 a Comissão

Municipal Administrativa do Concelho de Ovar, deliberando em sua sessão de 24 de Outubro do referido ano alterar a nomenclatura das ruas da vila, deu à antiga rua da Mota o nome de Marechal Zagalo, pelo facto de este ali haver nascido. Tal deliberação, aliás digna de louvor, foi a única homenagem até então tributada por Ovar à memória do seu ilustre filho Bernardo António Zagalo.

António da Costa e Silva

VISCONDE DE OVAR

Um dos deveres que mais justamente se impõe à consciência humana é certamente, o de relembrar os homens e os factos do passado, sobretudo quando uns e outros podem e devem servir de exemplo salutar, e forte incentivo, às gerações futuras.

Obedecendo, pois, ao impulso da nossa própria consciência, que nos aconselha a volver os olhos do entendimento para o livro desse Passado, em cujas páginas há lições que ainda hoje nos podem ser úteis, eis-nos aqui a cumprir o imperioso dever de recordar um homem a todos os respeitos ilustre e que, só por si, constitui o mais legítimo e justificado orgulho da terra que o viu nascer e da nação que o teve por um dos seus mais dedicados e leais servidores. Esse homem, cujo nome a História religiosamente guarda, mas que tem sido ingratamente olvidado no seu próprio torrão natal, foi um verdadeiro herói do seu tempo, ainda hoje bem digno de ser imitado por todos aqueles que se prezam de pundonorosos e sabem honrar a sua pátria.

biblRIA

Referimo-nos ao Visconde de Ovar.

Há individualidades cujo valor imediatamente se afere pelo simples relato dos seus feitos, e o Visconde de Ovar é uma delas, pois que as suas nobres e valorosas acções, que muitas vezes atingiram as proporções do verdadeiro heroísmo, dispensam bem a prolixidade dos encómios para serem justamente avaliadas.

Relatemos, pois, simplesmente os seus feitos, e isso bastará para que a sua grande e nobre figura se imponha à pública admiração.

António da Costa e Silva (era este o seu nome), nasceu na vila de Ovar em 25 de Dezembro de 1782 e foram seus pais José da Costa e Silva e D. Leonarda Pereira Ramos. (1).

Por eles destinado à carreira da advocacia, fez a sua entrada na Universidade no mês de Outubro de 1798, mas em breve reconheceu que outra era a sua vocação, resolvendo, por isso, abandonar Coimbra e seguir a carreira das armas, para o que assentou praça em 10 de Setembro de 1801 no regimento de artilharia da Corte, mais tarde denominado regimento de artilharia 1.

Entregando-se com a mais decidida boa vontade e aproveitamento ao estudo de matemática e fortificações, passava a segundo tenente em 1805 e a 1.º em Junho de 1807 postos que alcançou pelo seu saber e distinção.

---

(1) A família Costa e Silva residiu na antiga Rua dos Ferradores que desde 1910 passou a ter o nome de Visconde de Ovar. D. Leonarda Pereira Ramos era natural do concelho de Farinha Podre que foi extinto em 1855 e pertencia ao distrito administrativo de Coimbra. Actualmente é freguesia do concelho de Penacova e tem o nome de S. Pedro de Alva.

Em Dezembro de 1808, devido à primeira invasão francesa cujas tropas eram comandadas pelo general Junot, marchou para Abrantes e daí para Tomar, a reunir-se ao exército denominado «*d' entre o Tejo e Mondego*», ficando a seu cargo o comando da primeira artilharia que avançou para Figueiró dos Vinhos a juntar-se ao batalhão dos granadeiros de Estremadura, com o qual devia operar contra os franceses. Foi por esta ocasião que o tenente Costa e Silva deu uma das primeiras provas da sua bravura sufocando uma grave revolta dos seus próprios soldados e do batalhão de granadeiros, conseguindo não só que todos entrassem na ordem, mas que prestassem aos seus superiores a maior obediência.

De Figueiró dos Vinhos voltou para Tomar, onde se conservou até ao estio de 1809, administrando o depósito geral das munições de guerra para o exército sendo depois mandado para a segunda bateria de reserva que fazia parte do exército comandado pelo marechal Beresford, comandante em chefe das tropas anglo-lusas. Daí em diante começa a carreira brilhante e gloriosa do Visconde de Ovar.

Com aquele exército entrou em Espanha em Agosto de 1809, tomando parte activa em todas as operações e movimentos da guerra peninsular.

Em 1810 e com a bateria do seu comando, entrou na batalha do Buçaco e nas de Victória, Nivelle e Nive em 1813. Nas de Ortez e Toulouse em 1814 e nos combates de Helete e Aire, comandou uma bateria de montanha.

No bloqueio de Almeida em 1811, e nos sítios de Cidade Rodrigo, onde ficou ferido, e de S. Sebastião de Biscaia, foram tais os seus actos de bravura, que mereceram recomendação especial.

biblRIA

Em 9 de Novembro de 1813 sendo elogiado em ordens do dia, foi promovido a capitão graduado pelos seus servidores de campanha e a efectivo para o 2.º regimento de artilharia em Faro nos fins de 1814, após o seu regresso da França, com o exército português, em Agosto desse ano.

Em breve, porém, tinha de lá voltar, como voltou em 1815, sendo nomeado comandante de uma bateria de um exército organizado com destino à Bélgica, a fim de, conjuntamente com as tropas de outras nações da Europa, evitar a nova tentativa de Napoleão, que se evadira da ilha de Elba; mas em Maio desse mesmo ano voltou a Portugal, devido aos acontecimentos que então se desenrolaram em França.

Permanecendo no seu regimento em Faro até depois da revolução de 1820, foi por essa ocasião escolhido para ir a Lisboa, em nome de toda a força militar do Algarve, cumprimentar a Junta Suprema do Governo do Reino.

bibRIA

Em 22 de Junho de 1821 foi graduado em major e em 26 de Fevereiro de 1826 entrou na efectividade desse posto, indo servir no regimento de artilharia 4 do Porto.

Em Novembro de 1826 foi nomeado pelo general Stubs para comandar a artilharia em Amarante ameaçada pelas forças do rebelde marquês de Chaves, e não só entrou nesse combate, como no da passagem do marquês de Angeja de Mesão Frio para a Régua e no da Ponte do Prado, junto a Braga, em 1827.

Chegara, porém, o ano de 1828 e o Visconde de Ovar logo em Maio desse mesmo ano se pôs inteiramente ao lado da causa da liberdade entrando

na revolta de infantaria 6 para a proclamação da Carta Constitucional e marchando em seguida sobre Lisboa investido no comando da artilharia do exército organizado em Coimbra. Dirigiu todos os serviços na batalha de Morouços e no combate do Vouga naquele mesmo ano de 1828.

Como a revolução não vingasse começou a época de emigração para muitos militares, sendo um deles o Visconde de Ovar, que se refugiou na Galiza, passando depois à Inglaterra com outros emigrados.

Mas logo em Janeiro de 1829 embarcou em Plymouth com a expedição destinada para a Ilha Terceira e comandada por Saldanha, expedição que só decorrido algum tempo conseguiu desembarcar na referida Ilha sob as ordens do conde de Vila Flor, mais tarde Duque da Terceira.

António da Costa e Silva foi imediatamente encarregado do comando do batalhão de artilharia de Angra, que instruiu e disciplinou, entrando com ele na batalha da Ilha da Praia.

bibRIA

Na primavera de 1832 passou à Ilha de S. Miguel a fim de juntar-se com o batalhão do seu comando ao Exército Libertador, que aportou à Praia do Mindelo em 8 de Julho daquele ano. Na defesa das linhas do Porto, tomou sempre a parte mais activa e deu tais provas de coragem e valor no combate de Valongo e na batalha de Ponte Ferreira, na qual ficou ferido (22 e 23 Julho de 1833), que mereceu o grau de oficial da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

Em Agosto desse mesmo ano foi promovido a tenente coronel e em 21 de Novembro a coronel graduado.

Ainda em 1833 entrou na sortida de Monte Cras-

to, na tomada do Covelo, na grande sortida de Valongo em 18 de Agosto, e no combate da Areosa, onde ficou novamente ferido. Neste combate morreu o coronel Pacheco e foi António da Costa e Silva que o substituiu no cargo de chefe de Estado Maior da Divisão de operações do Norte, assistindo nessa qualidade (1834) ao combate de Santo Tirso, Lixa e finalmente ao combate de Grijó.

Em 25 de Julho de 1833 havia sido promovido a coronel efectivo do 1.º regimento de artilharia e foi agraciado com a comenda da ordem militar de S. Bento de Aviz em 30 de Outubro do mesmo ano. Em Novembro de 1836 foi nomeado Inspector Geral do Arsenal do Exército e em 5 de Setembro de 1837 promovido a brigadeiro graduado.

Comandou em Março de 1838 uma brigada de infantaria que operou no dia 13 desse mês contra alguns corpos da Guarda Nacional que se haviam insurreccionado, e em Junho de 1838 sendo convidado por Sá da Bandeira para governador geral de Angola, recusou tal cargo bem como a pasta de ministro que lhe foi oferecida em 1839. Em Abril de 1840 foi nomeado Comandante Geral de Artilharia, desempenhando as suas novas funções de tal forma, que mereceu as mais honrosas menções e a condecoração da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Em 30 de Julho de 1841 foi agraciado com o título de Barão de Ovar, sendo o decreto que lhe conferiu tal mercê um dos mais elogiosos que no género se conhece.

Nos anos de 1842 a 1844 foi encarregado de inspeccionar os regimentos de artilharia e de todo o material desta arma existente nos diversos pontos

bibRIA

fortificados de Portugal, e em 3 de Agosto de 1845 foi promovido a brigadeiro efectivo.

Tomou posse do comando da Primeira Divisão Militar e em 3 de Novembro de 1846, e em 20 de Janeiro de 1847, instado pela Raínha aceitou a pasta de Ministro da Guerra, cargo que pouco tempo exerceu.

Regressando ao seu antigo exercício de comandante geral de artilharia foi promovido em 6 de Julho daquele ano de 1847 ao posto de Marechal de Campo; em 25 de Julho de 1849 recebeu o título de Visconde e em 15 de Dezembro do mesmo ano, por carta régia, era nomeado Par do Reino.

Em 27 de Setembro de 1852 foi promovido a Tenente General graduado, e a efectivo a 7 de Agosto de 1855.

Faleceu em Lisboa em 8 de Julho de 1856, revestindo o seu imponente funeral que se realizou no dia imediato o carácter duma verdadeira consagração. Jaz sepultado no cemitério do Alto de S. João daquela cidade (1).

biblRIA

As honras e títulos que lhe foram conferidos pelos seus relevantes serviços à pátria, são, em resumo, os seguintes:

---

(1) Vide «Revista Militar», Tomo VIII, n.º 7 — Julho — 1852 — Lisboa — Tip. do Centro Comercial — 1856, onde vem publicado o necrologio do Visconde de Ovar acompanhado do seu retrato. No tomo IX da mesma «Revista» (n.º8, Agosto, 1856, 2.ª Edição, Lisboa, Tip. de G. M. Martins), vem inserta uma poesia por um «oficial artilheiro» com a seguinte dedicatória: — «A morte do Ilustríssimo e Ex.mo Sr. Visconde de Ovar, ministro e secretário de Estado honorário, Par do Reino, Tenente General, Comandante Geral de Artilharia, etc.»

— Primeiro barão e primeiro Visconde de Ovar, Ministro de Estado honorário, Par do Reino, Tenente General, Comandante Geral, de Artilharia Comendador nas Ordens de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Oficial da antiga e nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; condecorado com as medalhas portuguesas e inglesa de comando nas batalhas de Nivelle e Ortez e com a Cruz das seis campanhas da Guerra Peninsular.

Aí fica a traços largos a singela resenha do maior número de feitos brilhantes e heróicos que constituem a biografia do ilustre Visconde de Ovar, desse venerando e honrado militar a quem a pátria e a causa da Liberdade tanto devem.

Relembrando o seu nome e os seus gloriosos feitos compreende-se e justifica-se o orgulho que sentimos por ser filho de Ovar tão notável e benemérito cidadão que honrou da forma mais levantada e digna o seu país e o nome português.

À sua memória esta nossa humilde, mas sincera homenagem.

BIBRIA

Dr. António Pereira Zagalo

«Homem bom, médico abalizado e distinto poeta», — assim foi moralmente retratado o Dr. António Pereira Zagalo numa carta que serve de preâmbulo à edição póstuma duma das suas obras

literárias mais notáveis — o poema didáctico «Vacina». (1)

E que tudo isso ele era, que todos esses belos predicados exornavam brilhantemente a sua individualidade, bem o atestam não só a tradição que até nós pode fazer chegar a fama das excelentes e afectivas qualidades do seu nobre coração, como ainda toda a sua obra literária em que nitidamente se reflectem os mais puros e finos sentimentos dum carácter impoluto e diamantino.

Mas através dessa trilogia da bondade da ciência e do belo, e dentro do seu claro espírito profundamente liberal e cristão, era também o Dr. Zagalo, embora a pesar seu um revoltado contra o Destino que, parece, se comprazia em torturá-lo desapiedadamente; e daí o notar-se na maior parte das suas produções literárias o dolorido queixume duma alma ferida pela dor e sedenta duma felicidade que jamais conseguiu gozar. Ouçamo-lo em um dos seus sonetos, que fielmente traduz a funda melancolia que raras vezes lhe deixou aflorar aos lábios o alegre sorriso da felicidade:

Eu não pertenço à raça dos felizes
Porque assim o destino o decretara;
Um animal sou eu de espécie rara
Condenado a sofrer da vida as crises.

(1) Ao deante nos ocuparemos desse poema. A carta que lhe serve de preâmbulo tem a data de 1883 e é firmada por António Vieira Lopes, Médico Cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

O que são primavera e seus matizes
Para quem nunca os mimos seus gozara?
Entregue à discrição da sorte avara
Eu pertenço à raça dos felizes.

Nasci para servir, para mirrar-me
Neste àrido deserto da existência,
Sob impressões que deverão matar-me.

Neste abandono, resta à consciência
Que me faz crer que devo confiar-me
Nas santas intenções da Providência.

Sofria imensamente sem esboçar, sequer, um gesto de ódio e vingança: — era um mártir.

Nunca no deserto da sua amargurada existência se lhe deparara o delicioso oásis da ventura apetecida, onde pudésse repousar um pouco das suas fadigas, e por isso resignadamente se entregava nas mãos da Providência: — era um crente.

Mas porque é que ele tanto sofria, *ocultando sempre* a causa do seu sofrimento?

Vê-lo-emos.

A biografia do Dr. António Pereira Zagalo, sem revestir, certamente, o imprevisto duma novela sensacional, está, contudo, muito fora da vulgaridade e, de tão expressiva que é, rigorosamente define o caracter do biografado.

Os principais factos da sua vida, «rica de méritos e boas lições, posto que não isenta de amarguras», no dizer da carta preambular a que já nos referimos, aqui a deixamos singela mas conscenciosamente escrita, não só para exaltar as superiores qualidades de mais um ilustre filho de Ovar, como

ainda, e principalmente, para despertar na memória talvez um pouco obliterada dos nossos conterrâneos, o amor por tudo aquilo que de direito nos pertence e que ainda pode e deve constituir o nosso melhor título de nobreza — a nobreza da honra e do trabalho.

***

António Pereira Zagalo nasceu na Vila de Ovar em 6 de Janeiro de 1789 (1) e era filho de João Pereira Zagalo e sua esposa Maria Dias Ferreira, proprietários de medianos haveres e residentes na antiga Lagoa dos Campos, mais tarde Largo do mesmo nome e actualmente Largo «5 de Outubro».

João Pereira Zagalo, além de dirigir os trabalhos da sua casa, cujos rendimentos provinham especialmente da agricultura, teve sociedade em alguma ou algumas companhas de pesca na praia da Torreira (1833) — (2) e também desempenhou as

biblRIA

(1) No esboço biográfico que antecede o poema «Vaccina» já referido afirma o seu autor António Vieira Lopes que o Dr. António Pereira Zagalo nascera em 6 de Janeiro de 1791. Há, porém, um equívoco nessa data, que deve ser a de 6 de Janeiro de 1789, citada por Inocêncio Francisco da Silva no seu Diccionário Bibliográfico, e que está em perfeita harmonia com os apontamentos particulares da família do biografado.

(2) Possuímos uma carta autografada do Dr. António Pereira Zagalo, dirigida a seu irmão Padre Francisco Pereira Zagalo por intermédio do nosso avô Tomé Simões de Rezende, na qual se refere aos negócios de seu pai na Praia da Torreira, onde recebia umas rendas de companhas de pesca. O objecto principal dessa curiosíssima carta, que tem a data de 22 de Agosto de 1833, é a explicação sucinta de vários meios preventivos contra a epidemia do «cólera morbus» que então grassava em Ovar.

funções de *mestre de risco*, correspondentes de certo modo às dos actuais mestres de obras ou engenheiros, pois era muito entendido em matéria de arquitectura. Incumbia-se de levantar a planta de qualquer edifício, dirigindo em seguida a sua própria construção. Sabe-se, por tradição de família, que alguns edifícios públicos de Ovar construídos no princípio do século XIX, foram delineados e dirigidos por êle.

A parte principal do antigo edifício dos Paços do Concelho, que era a do lado do sul, aonde se achava o tribunal judicial, foi delineada e a respectiva construção dirigida em 1792 por João Pereira Zagalo que, segundo afirma o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, *era arquitecto bem mais inteligente* do que António de Pinho Fonseca, que em 1786 havia começado a construção daquele edifício público, cuja planta não soube executar.

Naturalmente preocupado com a educação e posição social de seus filhos, pensou em garantir o futuro do seu primogénito António Pereira Zagalo, mandando-o para Lisboa a fim de seguir a carreira comercial. Do testamento de João Pereira Zagalo e de sua segunda mulher Bernarda de Oliveira o qual tem a data de 1822, parece deduzir-se que o Dr. António Pereira Zagalo não era o primogénito, mas sim terceiro filho do 1.º matrimónio contraído com Maria Dias Ferreira, pois que lá vem mencionado em terceiro lugar: — «Declaro eu João Pereira Zagalo que do primeiro matrimónio com Maria Dias Ferreira tenho cinco filhos que são Manuel, que se acha religioso professo na Ordem de Santo António, Custódia, João, *António* e Maria».

Este seu filho, porém, apenas habilitado, e mal,

na instrução primária, não chegou a encetar aquela carreira; e é desde esse momento que a sua vida principia a assumir um *quid* de imprevisto, que a distingue do vulgar das existências, tornando-a mais dependente do acaso que da vontade própria.

Sem sabermos como e por intermédio de quem, foi António Zagalo internado no célebre colégio de S. Lucas, que era situado em Santa Cruz, freguesia do Castelo, na capital, sofrendo aí durante algum tempo o cruciante martírio dos desprotegidos e as dolorosas amarguras do abandono.

Um dia, porém, o director daquele colégio, condoendo-se da precária situação do estudante Zagalo, providenciou de forma a que a família deste lhe subministrasse uma pensão mensal, embora diminuta, que lhe veio melhorar um pouco a sorte adversa.

Após esta solução que já muito lhe desanuviou o espírito do profundo desânimo em que se achava mergulhado, outro acontecimento verdadeiramente providencial veio mudar a face da sua atribulada existência, deixando que êle descortinasse no até então enublado horizonte do seu futuro, um benéfico raio de luz que lhe transformou o desalento na mais consoladora e risonha esperança.

Fôra o caso que desejando o Colégio S. Lucas manifestar a El-rei D. João VI o seu reconhecimento por este haver eleito arcebispo de Goa um religioso que ao mesmo colégio pertencera, resolveu que um dos seus alunos recitasse perante aquele monarca um discurso de agradecimento prèviamente escrito para tal fim pelo célebre Fr. José Agostinho de Macedo e devidamente ensaiado pelo aluno que melhores qualidades de dicção revelasse.

biblRIA

Esse aluno...

Mas poupemo-nos ao trabalho de descrever a nosso modo o curioso acontecimento, que afinal decidiu da sorte de António Pereira Zagalo, pois foi o aluno escolhido, e deixemos que ele próprio em sua poesia inédita — «*História da minha vida*» —, nos ponha ao corrente do sucedido por uma forma assás despretenciosa e cheia da mais encantadora simplicidade. E não se leva à conta de prolixa a transcrição que vamos fazer, além de outras que ainda faremos da referida poesia, porquanto nos parece que em trabalhos da natureza do que nos propuzémos levar a efeito, não são demais as transcrições que, conservando um típico sabor digno de apreço, nos dão a ideia exacta dos factos cuja exposição se torna necessária.

A passagem dessa tão longa quanto interessante poesia, que se refere ao facto em questão, é como segue:

bibRIA

.....

Num dia, e deste dia o belo acaso
Estará para mim sempre presente ;
Num dia estando n'aula as lições minhas
Muito atento estudando, e onde estavam
Mais de cem condiscípulos cumprindo
Suas obrigações, entrou na escola
Um indivíduo bem trajado e sério,
E ao mestre dirigindo-se, entregou-lhe
Um papel, e logo que este fora lido,
Subitamente me chamou, dizendo:
Leia-me este papel; da mão do mestre,
Que me chamava, recebido, apenas
A lê-lo comecei, e com tal arte,

Que o professor contente e sem demora,
Disse ao desconhecido: este bem serve.
Esse homem diz-me: queira acompanhar-me.
Saí com ele, e logo da fazenda
Entro na casa, aonde então estava
O administrador, que do colégio,
E de outros mais colégios, pertencentes
A jovens educandos dos dois sexos,
A fiscalização bem dirigia.
Tinha junto de si o homem notável
Da época de então, varão distinto,
O José Agostinho de Macedo.
Este em mim fita logo os olhos d'águia,
Mede-me todo perspicaz, com a vista,
E diz-me que de novo o papel leia,
De que já fiz menção: era um discurso,
Que ele fizera, cheio de eloquência,
Em elogio ao Rei, ao Rei magnânimo,
Ao Senhor D. João, sexto no nome,
Em que se agradecia o haver eleito
Arcebispo de Goa um digno frade,
Que do Colégio fora de S. Lucas.
Li o nobre elogio, alguma emenda
Me fez o autor; porém de mim contente
Deu-me oito dias para decorá-lo.
Fui dispensado da frequência da aula
Naqueles dias; deu-se-me um convite
Que me animasse na exigida empresa.
Foi copiada ricamente a peça
De alta eloquência num papel soberbo,
Imperial chamado, em cujas margens
O professor condigno de desenho
Abriu formosas, delicadas tarjas.
Findou o tempo, que me foi marcado;

OBRA

Era um domingo, e todos os alunos
Com igual uniforme ataviados,
A dois de fundo, e os mestres seus na frente,
Para os jardins marcharam da Bemposta,
Onde a Real família então estava.
Tudo o que se fazia era sequência
Das instruções provindas do Palácio.
Entrámos dos jardins nas amplas ruas;
Pouco tempo esperámos, porque logo
El-Rei compareceu; junto da porta,
Que dos mesmos jardins ficava em frente,
Se assentou, e a Real família toda
Nas janelas também era presente.
Os alunos seguindo a mesma ordem,
Em que vinham, para onde El-Rei estava
Prestes se dirigiram comandados
Pelo seu director; os professores
Ocuparam seus postos respectivos.
Feita a genuflexão pelo alunos,
Segundo da etiqueta as leis, e o estilo,
Coloquei-me na frente da coluna
Dos meus colegiais, e aproximei-me
Da pessoa do Rei; às suas plantas
Ajoelhado, respeitoso e grave
Beijei-lhe a mão, que ele a beijar me deu;
Levantei-me e volvi para o meu posto.
Eu na dextra o elogio, que levava,
A recitá-lo comecei sem susto,
Com voz clara, sonora, inteligível,
Sem que me fosse uma só vez preciso,
Consultar o papel; concluída apenas
Toda a recitação, voltei eu novo
Para El-Rei; ajoelhei, e El-Rei, benigno,

biblRIA

Outra vez a beijar me deu a dextra.
Isto feito, contente e jubiloso,
Voltei ao meu lugar; depois seguiu-se
O inquérito d'El-Rei a meu respeito;
Perguntou de onde eu era, que família
Eu tinha, e o que estudava, e qual a minha
Aplicação nessa aula, que eu cursava.
Responderam por mim os indivíduos
A quem essas perguntas foram feitas,
O Director e os mestres juntamente,
Recomendou-me El-Rei a todos eles,
Com instância ordenando promovessem
O meu adiantamento literário.
No fim de tudo isto, feita logo
Nova genuflexão, mas derradeira,
Retira-se com ordem respeitosa
Toda a corporação. Para São Lucas
Volveram prontos todos os alunos.
Logo que entrados fomos no colégio,
Mudou-se inteiramente a minha sorte.
.....

bibRIA

E mudara, de facto.

António Pereira Zagalo desempenhara-se da sua missão por modo tão proficiente, que D. João VI se dignou ordenar que ele ficasse sob a sua real protecção, estabelecendo-lhe mesada bastante e recomendando-o com todo o interesse aos professores do colégio.

Pereira Zagalo, compreendendo bem o alcance do benefício que esta nova e inesperada situação lhe criara, dela inteligentemente se aproveitou, conseguindo habilitar-se em pouco tempo com os conhecimentos do latim, filosofia e grego que eram neces-

sários para cursar a faculdade de Medicina na Universidade, além das suficientes noções que independentemente adquirira da línguas francesa, inglesa e italiana.

Quando, porém, já tinha obtido do seu real protector a conveniente permissão para satisfazer o seu mais ardente desejo, qual era o de seguir para Coimbra, a fim de matricular-se na dita faculdade, um sucesso imprevisto lhe veio perturbar o principal objectivo dos seus pensamentos. Seu pai, certamente na melhor das intenções, mas talvez influenciado pelas tendências da época, pretendera dar-lhe uma orientação futura muito diferente daquela que ele jubilosamente idealizara: — quizera fazê-lo frade.

Ouçamos o que Pereira Zagalo nos diz a tal respeito:

.....

Nessas alturas da existência minha,
Duma vida de escolha habilitado
Eu me julguei para melhor destino.
Das palavras de El-Rei Dom João o sexto
Lembrei-me então; e neste presuposto
Procurei afanoso o Varão nobre,
Intendente geral de todo o reino,
O preclaro Manique, a cujo encargo
Pertencia o governo do Colégio.
Contei-lhe a minha história, que ele ouviu
Sem estranheza, pois não lhe era nova
A vontade de El-Rei. Consegui tudo
Que pretendia; toda a minha ideia
Era a Universidade, e aí formar-me
Em medicina; as ordens foram dadas
Que cumpriu o ajudante da Intendência,

biblRIA

O José Anastácio, homem que sempre
Será por mim lembrado, pois virtudes
Tinha de protector dos infelizes.

Conseguira tudo? Ainda não. Sobreviera-lhe, com efeito, mais uma contrariedade com que ele não contava e que poderia, porventura, fazer caír por terra todas as suas mais nobres e ardentes aspirações. Ele o diz:

.....

Durante que tudo isto acontecia,
Meu pai me fez saber a sua vontade,
Desejando que eu fosse frade bento,
Para o que, creio eu, ele já tinha
Dado alguns passos. Deste raio súbito,
Eu ferido, caí no abatimento;
Na triste colisão em que me achava
Fui consultar sobre tão grave assunto,
No Convento do Carmo, um meu parente,
Padre Prior da casa, e meu amigo.
Eu lhe disse o que havia neste ponto;
De pronto ele responde que despreze
De meu pai os desejos neste objecto,
Que estando o meu negócio em tais alturas
Devia concluír os meus intentos;
Que fosse para Coimbra, já que as coisas
Aplanadas estavam de tal sorte,
Que seria indecente abandoná-las.

.....

O conselho do Padre Prior do Convento do Carmo, que era, certamente, o de um homem ponderado, fizera renascer em toda a sua pujança a coragem

um pouco abalada do jovem estudante, e assim foi que Pereira Zagalo partiu imediatamente para Coimbra, aonde dentro de pouco tempo, e com distinção, fez os já mencionados exames de latim, filosofia e grego para matricular-se, como se matriculou, no 1.º ano de Matemática e Filosofia.

Passava-se isto em 1808, justamente no ano em que Portugal era invadido pelas tropas de Napoleão comandadas por Jounot e quando D. João VI *heroicamente* embarcava com toda a família real e parte da corte para o Brasil. Este último acontecimento constituiria, indubitàvelmente, mais um grave contratempo para Zagalo, se o chefe dos invasores não levasse a sua *genorisidade* até ao ponto de permitir a continuação do pagamento da mesada que lhe tinha sido autorizado pelo rei fugitivo. Jounot, praticando esse acto, e outros, de fingida caridade e devoção, que a história regista, para edificação dos ingénuos, nada mais fazia do que um ridículo tirocínio de *rei* adventício, que já gulosamente antesonhava as delícias dum trono miseràvelmente abandonado. A capitulação de Sintra, porém, iludiu os grandiosos planos de envaidecido general, que aspirava a um lugar na história de Portugal com o nome de Jounot I, e que afinal teve de retirar-se com o seu exército, sem ver realizados os seus mirabolentos sonhos de rei... comediante.

Tendo sido assinada a dita convenção em 30 de Agosto, de 1808, saíu Jounot de Portugal, com destino a França, em 14 de Setembro desse mesmo ano. Napoleão não viu com bons olhos a infelicidade do seu general, que deveras lhe contrariou os aguerridos planos de conquistador omnipotente, e ordenou a Soult que marchasse sobre Portugal a fim de vingar

biblRIA

o desastre de Jounot. Soult obedeceu, e em 7 de Março de 1809 transpunha com as suas tropas a fronteira de Trás-os-Montes, ficando assim Portugal invadido pela segunda vez por mais um general napoleónico, que também havia de ambicionar para a sua cabeça de plebeu a gloriosa coroa de Afonso Henriques e do Mestre de Aviz.

Ora foi durante o agitado período destas duas invasões que António Pereira Zagalo concorreu com a sua quota parte de valor e patriotismo para a libertação do seu país, defrontando-se corajosamente com o inimigo e pondo inteiramente de parte todos os seus interesses de ordem pessoal, entre os quais avultava o inquebrantável desejo de prosseguir com a máxima regularidade e aproveitamento os seus trabalhos escolares. Zagalo pôs acima de tudo a redenção da sua querida pátria, cujo solo era irreverentemente pisado pelos vencedores de Yena Friedeland e Austerlitz numa ânsia insofrida de conquista.

biblRIA

Tendo-se matriculado na Universidade no ano escolar 1807-1808, deixou de frequentá-la em 1808-1809, pelos motivos que deixamos expostos, e mesmo porque esse estabelecimento de ensino tinha, pela força das circunstâncias, cerrado as suas portas aos estudantes que, na sua maior parte, se haviam reunido às fileiras do exercício português.

A respeito do alistamento de Pereira Zagalo no batalhão de voluntários académicos, sabemos apenas que ele conquistou o posto de alferes de artilharia e tendo tomado parte em alguns feitos gloriosos, recebeu, em ordem do dia, os mais honrosos elogios do comandante desse mesmo batalhão. Sobretudo, distingiu-se na célebre e temerária passagem do rio Douro ordenada por Artur Welesley, que

deu o golpe mortal nos exércitos do duque da Dalmácia, postos em fuga pelas nossas tropas que os perseguiram até à fronteira espanhola, quando eles, batendo em retirada pela Galiza em direcção de Orense, aí se julgavam seguros e podiam sem dificuldade manter comunicações com as forças do marechal Ney.

Quando se deu a terceira e última invasão dos franceses comandada por Massena, duque de Rivoli, o «filho querido da vitória», mais tarde principe Essling, já não pode Zagalo tomar parte na luta, em virtude da doença que o assaltara por ocasião da retirada de Soult, como ele próprio no-lo conta:

.....

Alistam-se estudantes novamente
Em forma de Legião organizada
Das armas todas; oitocentos homens
Era o total, que juntos a milícias
E a outros corpos, deram um composto
Já respeitável; tudo comandado
Era por Trant, um general valente.
A esta expedição, que sobre o Porto
Se dirigiu, também eu pertencia.
Sem demora os franceses retirados
Sobre a Galiza, a tropa portuguesa
Os seguiu algum tempo, e os estudantes
Marchando para Almeida, enfim voltaram,
À sua praça, que era então Coimbra,
Recolhi-me doente aos pátrios lares
Aonde me tratei; convalescente
Eu já me achava, quando a voz da guerra
A invasão de Massena anunciava.
Pela terceira vez os académicos

bibRIA

Se alistaram por ordem do Governo;
Mas poucos concorreram; os motivos
Cada um os sabia; eu tinha causa
Para não alistar-me: era a moléstia,
Que de todo vencida não estava.
.....

Definitivamente expulsos os francese, reabriu a Universidade, e logo Pereira Zagalo, que viera restabelecer-se em Ovar no seio ne sua família, regressou a Coimbra, aonde novamente encetou com o maior afinco e entusiasmo, os seus estudos, continuando a receber a pensão mensal dos cofres do Estado por intermédio e sob a protecção do Marquês de Minas, membro da Regência. E assim foi que tendo feito o primeiro ano de Medicina em 1812-1813, concluíu a formatura em 1816-1817, havendo também frequentado a faculdade de Matemática até ao terceiro ano e recebido o grau de bacharel em Filosofia, com a glória de ter sido premiado em todos estes cursos.

biblRIA

Estavam, pois, realizados o seus desejos, safeitas as suas aspirações e a felicidade ia finalmente sorrir-lhe através da vida, proporcionando-lhe um futuro tranquilo, desafogado e feliz.

Feliz? Ainda não. «*Res humanae fleuxae ac mobiles*».

Logo após a sua formatura Zagalo casou-se, e o certo é que esse passo foi o mais arriscado da sua vida, para não dizermos o mais desastrado. Ele próprio no-lo confessa, ainda que procurando, duma forma um pouco vaga, ocultar tanto quanto possível a sua desventura:

Em lugar de volver à pátria minha,
Aonde há muitos anos me esperavam,
Ingrato desprezei o benefício
Que se me facultava dando um passo,
Ou bem, ou mal pensado, que ainda hoje
Não sei bem como foi isso possível.
A memória se varra por um pouco
Sobre um sucesso em que reflicto ainda.
.....

Esse passo que dei, atribuir-se,
Deve à minha palavra: a probidade
Me dirigiu em tão subido assunto.
Que indemnizar não tinha coisa alguma,
Porque nada devia; o meu destino,
Talvez em negras páginas marcado,
Assim o decretou; era forçoso
Obedecer à lei que ele me impunha,
Casei-me; esta mudança em minha vida
Alterou tudo, relações humanas,
Relações que eu devia à natureza,
O modo de existir do pensamento,
Tudo o que constitui a essência do homem.
.....

Pereira Zagalo contraíra matrimónio com uma senhora que, segundo consta, era filha do então Secretário da Universidade, e próxima parente de Costa Cabral e outras famílias de distinção. (1) Já depois de casado, e a expensas de seu sogro, realizou

(1) D. Maria Cândida do Couto — era este o nome, ainda que incompleto, da esposa de António Pereira Zagalo, que além de parentesco com a família Costa Cabral, também tinha ligação com diversas famílias de Anadia e com a de Couto Monteiro, que foi ministro de justiça.

em 1818 o acto de licenciado e foi Doutor, mas sem defender teses, que haviam sido dispensadas por motivo da aclamação de D. João VI. (1)

Calculando que só num futuro distante poderia obter uma cadeira de lente na Universidade, e reconhecendo que precisava agenciar por si próprio os necessários recursos para satisfazer dignamente aos encargos de família, embora não fosse indigna a dependência em que se encontrava, porquanto ele mesmo confessa a generosidade de seu sogro, resolveu fixar residência na cidade de Lamego.

Resolveu... não, não foi bem assim. A sua primeira ideia tinha sido a de exercer clínica em Ovar e viver junto de sua família. Sua esposa, porém, acostumada à *grande roda* e ao fausto das cidades, achou deficiente o *meio* de Ovar, para dar largas à sua ostentação, que era diametralmente oposta aos costumes simples e despretenciosos de seu marido, e procurou demovê-lo do firme propósito em que estava de permanecer na sua terra natal.

Pereira Zagalo, não obstante o seu temperamento fàcilmente excitável e nervoso, que mais concorria para o martirizar, sacrificou à voluntariosa vaidade de sua esposa toda a bondade do seu generoso coração, recalcando no íntimo a profunda amargura que lhe acarretava tal sacrifício. Daí, a sua resolução *forçada* de fixar residência em Lamego. Foi isto em 1819.

---

(1) Consta, por tradição, que António Pereira Zagalo fora, durante algum tempo, médico de D. João VI, e bem assim que pouco depois da sua formatura, recebera convite para lente da Universidade, que rejeitou. Não temos, contudo, dados precisos que nos permitam afirmar com segurança e veracidade desses factos, que apenas registamos em obediência à tradição.

Uma vez instalado naquela cidade, que havia de ser, como realmente foi, a sua nova pátria adoptiva, logo se revelaram aos lamacenses não só as belas qualidades de carácter e finos dotes de inteligência do Dr. Zagalo, como também dos seus elevados méritos de distinto facultativo, cuja fama depressa se espalhou por diversas e distantes terras da vasta região Duriense.

Em Lamego assumiu o partido da Câmara Municipal e da Misericórdia. O hospital civil dessa vetusta cidade, devido aos bons esforços do Dr. Zagalo, chegou, no seu tempo, a merecer um alto conceito. Graças às acertadas e sábias medidas profilácticas de que enèrgicamente lançou mão para combater o *cólera morbus* que assolou aquela cidade em 1855, sustaram-se o mais ràpidamente possível os terríveis efeitos de tão devastador flagelo.

Com a sua autoridade e prestígio, acabou o Dr. Zagalo com o hospício dos expostos, ou antiga *roda,* por entender que tal instituição era desmoralizadora e fomentava a prostituição, substituindo esse processo de exercer a caridade pública pelos subsídios de lactação às mães desválidas.

Afigura-se-nos, porém, que o serviço público de mais realce que o sábio médico prestou aos pobres do concelho de Lamego, e que notàvelmente melhorou o estado sanitário da região, foi o estabelecimento da vacina obrigatória contra a varíola, com o carácter de regime coercitivo, dando assim um profundo golpe na rotina e na insistente relutância das mães que, na sua ignorância, julgavam defender os seus filhos de um grande perigo, não consentindo que eles fossem vacinados.

O Dr. António Pereira Zagalo foi sempre um

lutador incansável, cujo procedimento também sempre foi o de um homem que tinha a nítida compreensão dos seus deveres. E todavia, no meio dos seus arduos labores quotidianos e das suas preocupações constantes que plenamente justificavam os seus legítimos e avultados interesses adquiridos por um trabalho honrado e consciencioso, quantas amarguras ele sofreu, quantos desgostos impiedosamente o feriram no mais íntimo da sua alma! Vejamos como ele próprio o afirma:

.....

Aqui neste país dei-me ao trabalho,
Ao Clínico serviço assás penoso
Para quem bem cumprir os seus deveres.
Recompensadas vi minhas fadigas;
Porém, mil dificuldades arrostando
Venci dificuldades quase incríveis!
Que sóis ardentes, que trovões medonhos,
Que torrentes de chuva, quantas neves,
De fortes ventos que tufões temíveis
Não suportei nesta custosa vida!
Até veio a política embusteira
Empecer-me a existência mal sofrida;
Imensos cidadãos comigo envoltos,
Vítimas tristes da nefanda intriga
Em vil masmorra foram arrojados.
Um ano estive preso; vida em ferros
Nunca foi vida; é sórdida existência
Que vale o inferno, ou é pior do que ele.

.....

Pereira Zagalo pagava assim o seu tributo às ideias liberais de que era um ardente e apaixonado prosélito. Esteve encarcerado no castelo de Lamego devido a injustas e violentas perseguições políticas,

BIBLIOTECA OVAR

sendo-lhe contudo permitido saír da prisão algumas noites cautelosamente custodeado, para visitar os doentes atacados pela epidemia que então grassava na cidade.

Para os miguelistas, sem embargo de o considerarem um sábio, era um *malhado,* um revolucionário, um *maçon,* algumas velhas fidalgas de Lamego consideravam-no ateu, e segredavam nos seus aristocráticos conluios que ele não se lhes sentava nas poltronas porque *era judeu e tinha rabo...* (sic). (1)

E como não havia de ser assim, se os mentores desse alfobre de velhas e pergaminhosas beatas não podiam levar a bem nem perdoar ao Dr. Zagalo as ideias liberais que professava e de que era sincero propagandista?

Um simples, mas curioso caso para amostra: — Certo dia, no Paço Episcopal de Lamego, o prelado convocou para uma reunião as pessoas conspícuas da cidade, a fim de versarem assuntos religiosos e de provado fanatismo. Gastou-se retórica em barda, e vieram à baila citações cheias de latinidades e de coisas dogmáticas, dizendo-se que os luminares da Igreja eram os bispos e que as suas *cabeças* deviam considerar-se fontes de verdadeira sabedoria.

O Dr. Pereira Zagalo, que havia sido convidado para discretear e emitir a sua opinião sobre tão me-

dibRIA

(1) Esta passagem, longe de ser considerada uma afirmativa graciosa, é informação autêntica do Ex.mo Sr. Dr. Bernardino Zagalo, neto paterno do Dr. António Pereira Zagalo, residente na vila da Régua, que no-la forneceu por intermédio do Ex.mo Senhor Dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, quando juiz na comarca da Régua, em carta que lhe escreveu e que tem a data de 23 de Abril de 1917.

lindroso e transcendente assunto, declarou aberta e francamente que, a seu juízo, as *cabeças* dos bispos só serviam para com elas se jogar o *jogo da bola.*

Houve tumulto rijo, porquanto no terreiro fronteiriço ao Paço, hoje largo do Rossio, existia um jogo da bola onde usualmente foleavam rufiões, gente de baixa esfera e até de ruim nomeada.

Ora, em vista de tais *crimes hediondos* de lesa fanatismo, como não haveria ele de ser maçon e judeu... com a sobrecarga do rabo?

E no entretanto, a sua consciência de homem crente, mas livre de extravagantes preconceitos, ditava-lhe os seguintes versos que são, por assim dizer, uma profissão de fé:

Renegado não sou; de minhas crenças
Renegar não me é fácil nem possível
Quanto cri resta sempre indestrutível
Dentro em minh'alma sem haver dif'renças.

Subir da esfera às regiões imensas
Nunca tentei; a queda era infalível
Tenho por norma a ideia imprescritível,
Filha de inspirações nobre, intensas.

Apóstolo fiel da Liberdade
Segui constante esse astro luminoso,
Nunca do servilismo a indignidade.

Meu Código Civil, Religioso
Perante a lei será sempre a igualdade:
Retroceder seria indecoroso.

E nunca retrocedeu, mesmo através de todas as grandes dificuldades e pungentes amarguras que infe-

lizmente o acompanharam até à hora derradeira.

Tínhamos afirmado que o seu casamento lhe fora desastroso e, além do que já expusemos a tal respeito, ainda mais precisamos justificar essa afirmativa.

D. Maria Cândida do Couto, sem deixar de ser, como sempre foi, uma ilustre senhora de porte honestíssima e digna da maior consideração, era, contudo, duma organização demasiado impulsiva, que a tornava sobremaneira voluntariosa da satisfação dos seus vaidosos caprichos.

A monomania do luxo e das grandezas que constantemente lhe preocupava o espírito, levou-a até ao extremo de sacrificar no fantasioso altar da sua vaidade a própria economia doméstica, tão cuidadosamente respeitada por seu marido numa aturada clínica de quarenta anos. Vivendo sempre na *grande roda* e não se contentando com os bailes e recepções que repetidas vezes dava em sua própria casa, chegava a ir todos os invernos de Lamego a Lisboa, em liteira, para assistir às sumptuosas festas da capital, enquanto seu marido, fazendo os mais penosos sacrifícios, redobrava de esforços, para conseguir uma vida independente e legar aos seus o honrado fruto duma longa existência de trabalhos e canseiras.

biblRIA

Tudo, porém, foi inútil. Pereira Zagalo faleceu em Lamego, na sua casa da rua «Pereira», aos 21 de Janeiro de 1863, com 72 anos de idade, tendo deixado como bens de fortuna, no dizer textual dum seu ilustre descendente — *22 libras e uma morada de casas razoável e bem mobilada.*

Nada mais, decerto, é preciso para bem se avaliar a causa da funda melancolia que era uma das características do nosso biografado, insistentemente

revelada através de quase toda a sua obra literária.

Zagalo assemelhara-se àqueles lutadores que morriam na arena corajosamente, sem abdicar da sua dignidade ou, para melhor dizer, aos mártires que heroicamente vertiam o seu generoso sangue no meio de atrozes suplícios, sem que o menor gesto de fraqueza ou de arrependimento denunciasse a quebra das suas convicções ou o arrefecimento do seu ideal.

E é assim que a morte, para homens tais, longe de ser um *fim* doloroso e dissolvente, se transforma num princípio de paz e de eterna liberdade: — a paz desejada pela matéria que se debateu com a dor, e a liberdade que ardentemente anseia um alto espírito que vê no *além* a luz fulgurante da Justiça e Verdade...

Pereira Zagalo nunca pudera esquecer a sua querida Ovar aonde lhe decorrera feliz e descuidosa a infância e o desabrochar da mocidade, essa tão encantadora quão passageira quadra da vida que para sempre nos fica gravada na memória.

Quase no fim da sua dolorosa e acidentada peregrinação de 72 anos, era ainda para a sua amada terra que ele volvia o pensamento numa enternecida evocação de saudosos afectos:

Terra da minha pátria, oh! quantas vezes
De ti me lembro na saudade minha!
Do teu Graça, que plácido caminha
Em cujos campos pascem gordas rezes;

Da tua fonte do Casal, que em meses
De ardente estio refrescar-me vinha;
Da tua longa praia, em que se abstinha
O mar aos nautas de prestar revezes

Do templo teu, onde os fiéis oravam,
Aonde ao seu pastor assás atentos
Santíssimas palavras lhe escutavam;

De tudo me recordo; e em tais momentos,
Para ti, minha pátria, se elevavam
Meus saudosos, meus tristes pensamentos.

E na verdade só em pensamentos lhe era dado reconstituir a sua adorada terra e o seu carinhoso lar, numa doce visão de amor e saudade, porque de facto a esses queridos lugares nunca mais voltou. À sua pátria adoptiva, que também devéras o amava, apreciando-lhe as belas qualidades de homem de honra e de ciência, legou Pereira Zagalo os tristes despojos do seu cansado e definhado corpo, que foram invólucro de uma grande e generosa alma, capaz de todos os sacrifícios, e nobilíssimo exemplo da maior abnegação.

biblRIA

Os lamacences, sinceramente reconhecidos aos benefícios do Dr. António Pereira Zagalo, a quem votavam profunda admiração e estima, quiseram tributar-lhe *post mortem* uma respeitosa homenagem de gratidão e saudade, contribuindo para se lhe erigir um condigno mausoléu. Não sabemos, todavia, se esse louvável pensamento chegou a ser até hoje realizado.

Como muito bem se diz no prólogo do poema «Vaccina» a que já nos referimos, António Pereira Zagalo indubitàvelmente tem direito a esse mausoléu, e a uma inscrição lapidar idêntica àquela que compôs para a sepultura do par do reino e fidalgo lamacense Macário de Castro que é como segue:

Do Varão cujo mérito elevado
Excedeu toda a humana conjectura,
A glória não sucumbe às leis do fado,
A fama não vai nunca à sepultura.

Como na célebre lenda do *requiem* de Mozart, Pereira Zagalo escrevera a letra do seu próprio epitáfio.

* * *

Resta-nos falar da obra literária do nosso ilustre e erudito conterrâneo, que especialmente se distinguiu no cultivo aprimorado da poesia.

Além de vários e importantes trabalhos que deixou manuscritos sobre medicina e que deviam ser de alto mérito para o seu tempo, compôs grande número de poesias, das quais umas ficaram e ainda se conservam inéditas, e outras foram publicadas no antigo «Jornal de Coimbra», hoje arquivado na Biblioteca da Universidade. Estas últimas são as seguintes:

— Ode a D. Frei Joaquim de Santa Clara, em aplauso da sua eleição para Arcebispo de Évora (Tom. VII parte II, pág. 288 a 290).

— Ode aos anos do Príncipe Regente em 13 de Maio de 1814. (No mesmo Tom., pág. 291). Esta ode foi recitada na Universidade de Coimbra no referido dia e ano.

— Ode à paz. (No mesmo Tom., pág. 294).

— Soneto por ocasião da queda de Bonaparte. (No mesmo Tom., pág. 297).

— Odes (duas) por ocasião da entrada em Coimbra do Bispo Conde Reformador Reitor, regressado de França. (Vol. V, pág. 367 a 371).

bibRIA

— Ode ao Sr. António José Cabral de Melo, Provedor de Aveiro. (Tom. IX, pág. ...).

— Elogio da benção das bandeiras do Batalhão de caçadores n.º 11 (Vol. VIII, pág. 289).

— «As Catacumbas de Roma — Episódio traduzido da «Imaginação» de Delille. (No dito Vol. pág. ...).

— «Vaccina» — poema didáctico (em 772 versos) — (no número L, parte I, de pág. 97 a 115).

O Dr. António Pereira Zagalo também se notabilisou como consciencioso e elegante traductor, fazendo a versão das seguintes obras:

— «Conspiração dos Pazzis» — tragédia traduzida do italiano de Alfiéri (em verso) — Porto, Tip. Com. Portuense, 1838.

— «Tibério» — tragédia em 5 actos, de M. Chenier, traduzida em vulgar — Porto, na Tip. de S. J. Pereira, 1848.

— «A Esperança» — poema de Saint-Victor, traduzido do francês — Lamego, em Casa de Francisco Marques da Rocha, editor — 1863.

bibRIA

O poema «Vaccina» também foi publicado em volume no ano de 1873, na Tip. Central da cidade do Porto. Em tempo suscitaram-se algumas dúvidas sobre quem seria o verdadeiro autor desse poema por verificar-se que ele não vem assinado pelo Dr. Zagalo no referido «Jornal de Coimbra», e ainda porque José Pinto Rebelo de Carvalho havia composto e oferecido à Academia Real das Ciências um outro, manuscrito, versando o mesmo assunto e de nome idêntico. Essas dúvidas, porém, não têm razão de existir.

Balbi, no seu *Ensaio Estatístico,* falando do poema «Vaccina», atribui-o ao médico Zagalo; e Cas-

tilho, na nota 71.ª do seu poema sobre a exaltação de D. João VI ao trono, diz que aquele mesmo poema é obra de *Alcino Grácio* que nós sabemos ser o nome arcádico do Dr. Pereira Zagalo. (1) De resto, a inclusão de «Vaccina» no *Jornal de Coimbra* conjuntamente com as demais obras poéticas de Zagalo, e a existência desse poema nos manuscritos do mesmo autor que passaram às mãos dos seus descendentes, lançariam por terra toda e qualquer dúvida, se acaso a houvesse, que não há, sobre a autoria de tal poema.

Concluindo, fazemos votos para que um dia, possam ainda os nossos conterrâneos apreciar toda a obra poética do Dr. Zagalo, devidamente coligida em volume.

Dr. António Bernardino de Carvalho

biblRIA

Entre a plêiade mais ou menos numerosa dos filhos de Ovar cujos nomes, em obediência à justiça e à verdade, têm direito a um honroso lugar na história da sua terra, não é decerto o do Dr. António Bernardino de Carvalho aquele a quem tal direito haja de negar-se, pois indubitàvelmente lhe assiste.

Além de reconhecermos os seus merecimentos intelectuais comprovados em diversos escritos de valor, dele poderemos dizer, dum certo modo, o que do famoso orador Manuel da Silva Passos disse um dos seus biógrafos:

---

(1) Vid. Dic. Bibliogr. de Inocêncio Francisco da Silva, Tomo I, pág. 232 a 233.

«O soldado obscuro, mas valente...; o cidadão honesto e virtuoso, que jamais viu manchada a sua honra; o chefe de família, que era e ainda hoje é citado como modelo exemplaríssimo, tinha direito a que o seu nome não ficasse sepultado no ignorado túmulo da sua e minha aldeia.» (1)

Pois estas mesmas palavras se podem e devem aplicar às qualidades de carácter do homem cuja biografia passamos a esboçar.

Além dos diplomas que conquistou e dos elevados cargos que serviu, António Bernardino de Carvalho foi poeta e soldado. Estas duas nobres qualidades que são, por certo, as que mais fazem realçar a sua simpática figura de liberal ardente e de romântico apaixonado, revelam bem quanto ele se identificou com a sua época, que abrangeu o período mais preponderante da revolução liberal iniciada em 1817, e da nova escola do romantismo implantada na Alemanha por Goëthe e Schiller, na Inglaterra por Byron e Walter Scott, e seguida em Portugal por Almeida Garrett.

biblRIA

António Bernardino de Carvalho nasceu em 5 de Março de 1802 na sua casa do Lugar de S. João, junto à aldeia de Cabanões que, como se sabe, foi a precursora da vila de Ovar, e era filho do Dr. Manuel Bernardino de Carvalho e de sua mulher D. Ana Maria Pereira Valente que, por sua vez, também de Ovar eram filhos.

Orfão de pai aos sete anos, encontrou em seu tio, padre Fernando Luís de Carvalho não só o cari-

(1) «Passos Manuel» — Discursos Parlamentares» — Biblioteca Modelos de Eloquência — Porto — Livraria Portuense do sr. Manuel Malheiro — 1880.

nho dum segundo pai como a autoridade dum conscienciosо mestre. Com efeito, esse douto clérigo instruiu o seu pupilo com os necessários conhecimentos das línguas portuguesas, francesa e latina, que muito o auxiliaram nos estudos preparatórios, que completou em Coimbra.

Pretendendo formar-se na faculdade de filosofia, ainda foi aquele seu tio que o desviou desse propósito, aconselhando-lhe a formatura em direito para o que, de facto, se matriculou na Universidade em 1820.

Foi no decurso do seu segundo ano jurídico que António Bernardino de Carvalho fez a sua estreia literária com a publicação dum pequeno poema sob o título de «Filenaida». Do original que possuímos na nossa pequena mas estimada biblioteca de autores *vareiros,* para aqui fielmente trasladamos o frontespício do referido poema:

bibRIA

FILENAIDA;

POEMA EROTICO,

QUE A' SUA

FILENA

DEDICA E CONSAGRA

A. B. DE C.

Estudante do Segundo Anno Juridico.

bibRIA

COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1822.

O poema tem 80 páginas, uma dedicatória a *Filena,* um *Prólogo, três cantos, Notas ao poema pela ordem alfabética* e finaliza por 24 sonetos, que tantos são os que se encontram de páginas 57 a páginas 80.

A «Filenaida», vasada nos moldes clássicos e composta em verso endecassílabo e oitava rima, pertence ainda à velha escola, não obstante terem já chegado a Portugal as toadas românticas dos neo-cultores de uma outra literatura que no dizer de Victor Hugo, devia deitar *abaixo o velho estuque que mascarava a fachada da Arte.*

Além disso a «Filenaida» não oferece originalidade, sendo até, em parte, um plagiato das «Saudades de Belmiro», de Fr. Bernardino José do Espírito Santo, a que já nos referimos. E cabe aqui o dizer-se que o nóvel poeta nem sequer no plagiato foi feliz, porquanto reproduziu, embora por outras palavras e dando ao verso forma diferente, um pensamento sem elevação, verdadeiramente fútil.

Estando em Coimbra a frequentar o segundo ano de Direito, e sentindo amargas saudades pela ausência da sua amada, ouviu, certo dia *em que se achava recostado à sombra dum olmeiro,* estranhas vozes que pronunciavam o nome de *Filena.* Assusta-se, deseja conhecer quem lhe fala da escolhida do seu coração, e reconhece, com súbito espanto, *que dois passarinhos maviosos repetem aquele nome tão suave no lugar triste e sombrio em que se encontrava.*

E continua a exprimir-se por esta forma;

Absorto, imóvel por instantes fico,
Que isto fosse ilusão então pensava,
Mas atento outra vez a vista aplico,
E vendo, que este nome já soava

Cada vez mais no retorcido bico;
Aos justos Céus então eu exclamava,
A Diana pedia que me desse
Laços, com que este par prender pudesse.
Ouve esta sagaz Deusa o meu pedido,
Cedendo aos meus desejos dando os laços:
Depois do nome já ter embutido
De um salgueiro nos duros, verdes braços:
E deixando este nome tão querido,
Guiei meus tremulantes, débeis passos
Para donde, não sendo visto, eu visse,
E a amorosas traições eu presidisse.
Mal pois as ternas aves repararam
Neste nome famoso e adejando,
No verdejante ramo então pousaram;
E o nome encantador ali beijando
Presas nos firmes laços, Céus! ficaram!
Então aos laços corro, então tirando
Este encantador par, como presente
Dos Céus, o vou beijando docemente
Dali os mando ao Graça sussurrante
Pintar à minha amada, quanto a sorte
Era contrário ao seu querido amante;
Que sofrer era menos crua morte,
Do que triste passar dela distante,
A saudade sofrendo dura e forte,
Que eu já sentia neste apartamento
Crescer cada vez mais o meu tormento.

Vós não tendes que errar (eu lhes dizia),
Procurai a pastora mais formosa,
Que tem de todo o Graça a margem fria;
Seu rosto em mimo vence o lírio, a rosa
Pintai-lhe o meu tormento, e agonia;

biblRIA

Pintai-lhe a minha sorte rigorosa;
Que suposto eu sofrer cruéis tormentos,
Não violara os dados juramentos.

Ora tudo isto não é mais do que um verdadeiro plagiato do final do Canto III das «Saudades de Belmiro» a que já nos referimos, ainda que ligeiramente, a páginas 42 e 43 do presente volume.

António Bernardino de Carvalho foi, é certo, pouco feliz no seu primeiro ensaio poético, ao qual deu a forma camoniana, nem sempre perfeita. É, sobretudo, exageradíssimo em algumas passagens do seu poema. *Filena* era de Ovar e, só por isso, pretende o poeta imortalizar a sua terra colocando-a ao lado de Roma, Thebas, Menphis e Tróia! Referindo-se ao rio «Graça», que antes deve classificar-se como um insignificante riacho que divide a vila de Ovar, pouco mais ou menos a meio, de norte a sul, entende que ele deve passar à história como os grandes rios que Camões cantou. Isto mesmo se verifica na última estância do seu poema:

biblRIA

Porém hoje em meus versos triste cena?
Suspende, ó Musa, as cenas lastimosas
Hoje em meus versos brilha só Filena:
Se as margens desses rios tão famosos
Já descreveu Camões com sábia pena,
Desses Heróis cantando acções pasmosas;
Também do Graça as margens dilatadas
Por entre os evos vão ser celebradas

Ao lado, porém, destes exageros, aliás desculpáveis num jovem cultor das Musas que apaixonada e ardentemente cantava os seus primeiros amores, o nosso poeta versejava desta forma:

SONETO

Ao Penedo da Saudade

De alcantilada penha tosca e dura,
Cujo nome à Saudade é consagrado;
De musgo o assento tem alcatifado,
Onde eu passo das tardes a frescura:

Modula o passarinho com doçura
Em torno da consorte, enamorado,
Apascenta o Pastor seu manso gado
Adorando a Pastora com ternura.

Saudosos ais se escutam dos Pastores
Ausentes, uns chorando outros carpindo
Da sua infausta Sorte seus rigores,

Outros nos verdes troncos embutindo
Que n'alma escritos trazem, seus amores,
Passam a fresca tarde, ao sol fugindo.

bibRIA

António Bernardino de Carvalho fecha o seu primeiro livro de versos com este soneto que, se não é um modelo impecável da arte poética, revela todavia no seu autor inspiração e originalidade, a par duma frescura juvenil e graciosa.

A *Filenaida* não logrou, segundo consta, e como é natural que sucedesse, uma aceitação lisonjeira por parte dos críticos das boas letras, mas foi, por assim dizer, o grito de alarme para futuros empreendimentos literários de mais subido valor.

De resto, não são motivos para estranheza os defeitos dum livro, quando este representa a primeira

tentativa de quem se aventura, ainda inexperiente e hesitante, ao mar vastíssimo das letras. Raros são os poetas e prosadores que têm podido eximir-se a esse naturalíssimo precalço.

Deixemos no entretanto o poeta *com a mente às musas dada* e vamos ao encontro do soldado entusiasta e valoroso com *o braço às armas feito.*

António Bernardino de Carvalho, educado por seu tio nos princípios liberais, e naturalmente influenciado pelas novas ideias que então agitavam fortemente a sociedade portuguesa, principiou por tomar parte na revolução de 1822, que levou D. João VI a jurar a Constituição, e alistou-se como oficial na guarda cívica de Coimbra.

Devido, porém à contra-revolução de Maio de 1823, vulgarmente conhecida por vilafrancada, de que resultou a queda do sistema liberal, viu-se forçado a regressar a Ovar, abandonando a Universidade com receio de possíveis e violentas perseguições.

Mas porque estas felizmente se não deram, mercê da carinhosa e leal protecção que lhe dispensou o então juiz de fora de Ovar Dr. Vicente Nunes Cardoso, que depois foi seu sogro, voltou para Coimbra aonde recebeu o grau de bacharel em 1 de Junho de 1824. Completando a formatura em direito a 22 de Julho de 1825, veio exercer a advocacia na sua terra natal.

A sua permanência em Ovar foi, todavia, de curta duração em virtude de novas e gravíssimas ocorrências que vieram pôr os liberais em sobressalto. D. Miguel desembarcara em Lisboa no mês de Fevereiro de 1828, as cortes dissolviam-se em Março e a realeza absoluta era proclamada em Junho.

As vinganças e as perseguições hipocritamente

represadas no íntimo do povo ignorante e faccioso, e ainda numa grande parte do clero e da nobreza, obcecada pelo fanatismo ridículo de velhos preconceitos, trasbordaram por completo. Os liberais reagiram, mas em breve se reconheceu que não estavam convenientemente preparados para a luta. O que lhes sobejava em entusiasmo e coragem, faltava-lhes em disciplina e força.

A sua resistência no Porto (1828, Maio) foi inútil. Apenas havia a escolher entre a emigração e a morte.

Emigraram.

Ora foi justamente nesta altura que António Bernardino de Carvalho, já alistado no batalhão de voluntários de D. Pedro V, organizado em Ovar sob o comando de Pedro Alexandrino Chaves, seguiu caminho do Porto onde bivacou no Campo de Santo Ovídio com os seus companheiros de armas de Divisão Constitucional que com eles sofreram as agruras do exílio.

biblRIA

Estava pois ateado o rastilho que havia de incender uma guerra fratricida, violenta, anárquica e desorganizadora da relativa boa ordem do país, que já vinha sendo perturbada com pequenas intermitências desde 1817, data que a malograda conspiração de Gomes Freire tornou tristemente célebre.

António Bernardino seguiu, com muitos outros seus companheiros, caminho da Galiza (1828-Julho,3) e daí se dirigiu para Inglaterra a bordo da barca Aurora Sueca, que saíra do porto da Corunha em 26 de Agosto. Tendo desembarcado em Talmouth em 8 de Setembro, partiu imediatamente para Plymouth, aonde se juntou ao batalhão de Voluntários e ali se preparava para fazer parte do exército libertador,

sendo nomeado alferes desse mesmo batalhão em 3 de Outubro.

De Plymouth seguiu para Londres em 27 de Abril de 1829, aonde apenas se demorou alguns dias, passando logo à Bélgica e fixando residência na cidade de Bruges. Aí se lhe reuniu sua família, que também abandonara Portugal fugindo às constantes perseguições dos partidários do regime absolutista; e foi este o motivo que fez com que António Bernardino de Carvalho não tomasse parte na expedição de Julho de 1832 à metrópole comandada por D. Pedro, pois não lhe sofreu o ânimo deixar ao completo abandono em país estrangeiro seu velho sogro Dr. Vicente Nunes Cardoso, sua dedicada esposa D. Virgínia Adelaide Nunes Cardoso e dois filhos cuja idade ainda reclamava os maiores cuidados e carinhos de seus extremosos pais.

Tendo abandonado a Bélgica em 1831 (Janeiro, 21) não sabemos bem por que motivo, passou à França, tendo aí residido sucessivamente em Laval Rènes, Saint Servant, Saint Malô.

biblRIA

O seu exílio durou cinco longos e amargos anos, pois sempre amargurados e longos são os mais curtos anos do destêrro. Tendo abandonado Portugal em 1828, só em 1833 (Setembro, 5) regressou a Lisboa, quando o regime absoluto já tinha entrado, por assim dizer, no último período de decomposição, aguardando sòmente o golpe final de Évora Monte (Maio, 1834).

Sendo nomeado pela Perfeitura da Província do Douro secretário da Sub-Perfeitura da Feira, regressou a Ovar no referido ano de 1834, exercendo aquele cargo até à data da extinção das sub-perfeituras, que por uma nova divisão administrativa passaram à categoria de *Governos Civis*.

Em 1835 foi nomeado administrador do concelho de Ovar, desempenhando cumulativamente até 1836 as funções de juiz de direito substituto, pois rejeitara sê-lo de facto, apesar de eleito para esse cargo.

Na sua qualidade de administrador do concelho aderiu ao movimento revolucionário que se deu em Lisboa a 9 de Setembro de 1836, vulgarmente conhecido na história pátria pela *revolução de Setembro* e cujo objectivo foi a proclamação da Constituição de 1822, devidamente modificada em harmonia com as exigências da situação.

António Bernardino, sempre fiel aos seus princípios de liberal convicto, conseguiu que com ele abraçassem a causa da revolução não só todos os membros da Câmara Municipal, como ainda as pessoas de maior destaque e influência da vila de Ovar.

A sua nobreza de carácter e os seus merecimentos intelectuais chamavam-no, porém, mais alto.

Em 8 de Novembro do já referido ano de 1836 foi nomeado Procurador Régio da Comarca de Aveiro, cujas funções desempenhou durante seis meses, e desde aquela data até 1837 foi membro da Sociedade dos melhoramentos de Aveiro, que nele encontrou um dos seus mais dedicados e estrénuos defensores.

Abandonando a Procuradoria Régia, foi convidado em 23 de Abril de 1838 pelo então administrador-geral do Distrito de Aveiro José Henrique Ferreira de Carvalho e pelo secretário geral Manuel José Mendes Leite, a ocupar o lugar de oficial maior da Administração Geral. Em 6 de Junho do mesmo ano, tendo-se demitido Ferreira de Carvalho e assumido o cargo de administrador José Joaquim da Silva Pereira, foi António Bernardino de Carvalho

nomeado secretário geral do Governo do distrito, por decreto daquela data.

A sua passagem pela secretaria geral ficou assinalada por alguns importantes trabalhos da sua lavra, tais como a classificação do arquivo que se achava num estado verdadeiramente caótico, e a elaboração dum regulamento para o serviço das secretarias. Por este e outros serviços de reconhecida utilidade, mereceu honrosos elogios das instâncias superiores que ficaram consignados em diversas portarias de louvor.

Em 11 de Novembro do mencionado ano de 1838, tendo sido eleito deputado Silva Pereira, assumiu António Bernardino de Carvalho o governo do distrito, aonde se conservou até 1840, desempenhando sempre esse elevado cargo com rara proficiência e ponderação.

Durante a sua permanência em tão honroso como difícil lugar, a ele se deveram, entre outros relevantes serviços, o apaziguamento do povo de Cortegaça, então freguesia do concelho da Feira e hoje do de Ovar, que se revoltara contra o seu pároco, e o pagamento das prestações de alimento que descaroàvelmente se haviam recusado aos egressos dos conventos.

Sobretudo este último facto, revela bem a independência de carácter de um homem de firmíssimas convicções liberais que, para fazer verdadeira justiça em harmonia com os nobres ditames da sua consciência, punha de parte todo e qualquer ressentimento que poderia deixá-lo manchado com a nódoa do facciosismo a que tantos outros, embora inteligentes e de alto valor, não puderam, infelizmente, eximir-se.

Sendo exonerado, a seu pedido, em 1 de Março

de 1840, retirou para Ovar, sendo alvo da mais afectuosa despedida do povo Aveirense que, na hora da partida, lhe dispensou uma carinhosa manifestação de simpatia.

Uma vez em Ovar, a política, como é natural, prendeu-lhe a atenção. Nas eleições de 1842, após a contra-revolução promovida no Porto por Costa Cabral, mais tarde conde e marquês de Tomar, protegeu os deputados da oposição, chegando a ser solicitada a sua influência pelas comissões eleitorais de Lisboa, Porto, Aveiro e Santarém. Nas eleições de Ovar e do antigo julgado de Pereira Jusã, obteve uma vitória completa.

Em Maio de 1846, quando rebentou no Minho a revolução popular geralmente conhecida pelo nome de *Maria da Fonte,* foi nomeado pelo Visconde da Beira, Manuel Pamplona Carneiro Rangel, então governador das armas do Porto, tenente do 1.º batalhão de Voluntários de Santo Ovídio, de que era comandante o Visconde da Várzea.

biblRIA

Por decreto de 17 de Setembro, foi nomeado curador geral dos orfãos da cidade do Porto.

A quando do golpe de Estado de 6 de Outubro de 1846 que, no dizer de Pinheiro Chagas «excitou uma cólera incrível na cidade invicta», foi António Bernardino encarregado da Direcção Geral da Secretaria do Reino, da Junta do Porto, a pedido do seu vice-presidente José da Silva Passos, e a 22 do referido mês partia para Aveiro a fim de reunir e fazer marchar para o Porto todas as forças revolucionárias desse distrito.

Como justa recompensa dos relevantes serviços prestados à Junta do Porto, foi por esta agraciado em 23 de Abril de 1847 com o hábito de Nossa Senhora

da Conceição de Vila Viçosa. Em 8 de Maio era nomeado juiz da 1.ª vara da comarca do Porto e em 22 do mesmo mês recebia o título de cavaleiro de S. Tiago da Espada.

Logo, porém, que se dissolveu a Junta desistiu António Bernardino de Carvalho de todos os honrosos cargos que por ela lhe haviam sido conferidos e voltou para Ovar dedicando-se novamente à advocacia.

Não obstante a sua independência de carácter que sempre, e nobremente o levou a sacrificar a conveniência própria ao interesse comum, podendo mesmo afirmar-se que nunca solicitou para si qualquer lugar público, foi ainda nomeado juiz de Direito da comarca de S. João da Pesqueira por decreto de 17 de Setembro de 1852. Tendo a esse tempo assolado o país a epidemia do cólera, prestou naquela comarca serviços valiosíssimos e da mais extremada dedicação. Ele próprio chegou a tratar os doentes à falta de médicos, prodigalizando-lhes todos os auxílios ao seu alcance, dando isso lugar a que ele também fosse gravemente atingido pela horrível doença, que quase o teve prostrado.

Como justo galardão dos seus humanitários serviços, foi agraciado com a medalha de prata da Sociedade Universitária, que resolveu conferir-lhe essa honra em sua sessão de 20 de Abril de 1856.

Em 9 de Maio de 1857 foi transferido e colocado na comarca da Póvoa de Lanhoso, não obstante ser contrariado no seu propósito por uma mensagem da Câmara Municipal, autoridades e povo de S. João da Pesqueira, dirigida ao Governo, em que todos pediam a recondução do seu juiz, fazendo salientar nesse honroso documento não só o *zêlo* e *rectidão* de

tão distinto magistrado no exercício das suas funções, como ainda a *caridade, filantropia e abnegação que ele empregou para minorar as calamidades que o seu concelho sofrera durante a invasão do cólera.*

António Bernardino de Carvalho, embora sensibilizado com tais provas de simpatia e dedicação, pôs embargo àquela mensagem, e tomou posse da comarca da Póvoa de Lanhoso, aonde se conservou desde 29 de Maio de 1857 até 22 de Novembro de 1861, sendo nesta última data transferido para Santo Tirso.

A sua permanência nesta comarca foi, porém, de pouca duração, pois veio a falecer em 1862, em Ovar, na sua casa das Pontes da Graça, hoje rua Elias Garcia.

Deveria ter morrido tranquilamente, em paz com a sua consciência, quem tão honestamente soubera viver, cumprindo sempre os seus deveres de honrado cidadão.

bibRIA

Poeta, soldado e ainda funcionário público, nunca o Dr. António Bernardino de Carvalho atraiçoou os seus princípios, nem tão pouco se deixou cegar pela vaidade que em tantos outros transforma a virtuosa modéstia no mais irritante e enfatuado orgulho. Foi, em suma, um lídimo carácter que em todos os actos da sua vida, embora agitada e por vezes tormentosa, revelou sempre a máxima imparcialidade e justiça, e isso bastaria para a consagração de um homem, quando mesmo outros merecimentos o não distinguissem.

Digamos agora das produções literárias do nosso ilustre biografado.

Além do poema *Filenaida* a que já nos referimos, deixou António Bernardino as seguintes obras, quase

todas escritas durante o tempo do seu exílio e que se acham inéditas:

Amélia, ou *A Constância,* drama em 5 actos, Bruges 1829; *Emília,* drama em 5 actos, Bruges 1829; *O Intrigante,* ou *Triunfo da Virtude,* drama em 5 actos, Bruges 1829; *Carolina,* ou *Escola da Juventude,* Bruges 1829; *Guilherme Tell,* tragédia em 5 actos em verso, Bruges 1830; *Ibraím,* tragédia em verso, 5 actos, Bruges 1830; *Andranodero,* tragédia em 5 actos em verso, Bruges 1830; *Iraico,* tragédia em verso, 5 actos, Laval 1831; *A Vingança Frustrada,* drama heróico em verso, Bruges 1829; *Alcácia,* drama heróico em verso, 5 actos, Bruges 1830; *A Calúnia,* drama em 5 actos, Bruges 1829; *O Melancólico,* romance e o *Melancólico,* drama em 5 actos, Bruges 1829; *Tratado de Caça,* com estampas intercaladas no texto, Laval 1833; *A Linguagem das Flores,* por A. Martin, tradução portuguesa, Bruges 1830; *Memória sobre a Inglaterra,* 1829; *Apontamentos* para um romance, Porto 1833; *Análise do jogo xadrês,* por Philidor, anotado e traduzido do francês, Bruges 1830; *Emblemas tirados do reino vegetal,* Porto 1850; *O Vagabundo,* drama em 5 actos extraído do romance de Paulo de Koch «A Casa Branca», Porto 1842; *Sentenças, Máximas e Divisas colhidas de diversos autores,* Bruges 1829, 1830; *Literatura, regras particulares de cada género de literatura em prosa e verso,* Bruges 1830; *História da minha vida,* sem data.

Também foi autor dum projecto do Código Penal, que ofereceu pessoalmente a D. Pedro V em 1833 e dum projecto de lei relativo à caça, que veio a ser aproveitado pelos seus íntimos amigos Passos (Manuel e José).

O Dr. António Bernardino de Carvalho foi pro-

BIBLIOTECA

genitor duma família de literatos. Entre os seus filhos, distinguiram-se como apaixonados cultores das letras o Dr. Alfredo Elísio Cardoso de Carvalho, Licínio Fausto Cardoso de Carvalho e D. Branca Edwiges Cardoso de Carvalho.

Especialmente estes dois últimos, a quem nos referiremos mais de espaço, muito se notabilizaram pelas suas excelentes produções literárias.

Aí fica, embora em singelo escorço, a biografia do Dr. António Bernardino de Carvalho, cujos apontamentos nos foram de há muito generosamente dispensados pelo ilustre e benemérito filho de Ovar, já falecido, Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, de quem neste livro também nos ocuparemos.

A rigorosa verdade destes apontamentos é plenamente comprovada pelos que ao *Almanaque de Ovar* (1) foram amàvelmente cedidos por pessoas da própria família do nosso biografado. Cotejando-os e seguindo-os mesmo pela sua ordem na maior parte deste nosso trabalho, verificámos que entre uns e outros havia a maior concordância, que o mesmo é dizer que a verdade dos factos que deixamos expostos não foi por qualquer forma alterada.

biblRIA

---

(1) No «Almanaque de Ovar» para o ano de 1916, interessante e útil publicação que teve o seu início em 1911, vêm publicados os dados biográficos do Dr. António Bernardino de Carvalho, acompanhados do seu retrato, os quais lhe foram fornecidos pelo capitão de infantaria Ex.mo sr. Adriano Mendes Huett de Vasconcelos, casado com a Ex.ma sr.a D. Maria Alice de Carvalho Pinto de Souza Huett de Vasconcelos, neta do ilustre «vareiro» a que nos vimos referindo.

Dr. João Frederico Teixeira de Pinho

Quem percorrer o cemitério da vila de Ovar, encontrará entre os seus fúnebres moimentos uma despretenciosa e rasa sepultura, apenas cercada por uma singela grade de ferro, em cuja cabeceira se lê a seguinte inscrição:

JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO
NASCEU A 15 DE AGOSTO DE 1818
FALECEU A 11 DE JULHO DE 1870

Nada mais. É o laconismo da morte.

O abandono em que se encontra essa humilde sepultura, confrange-nos o coração e dá-nos bem a medida da indiferença dos homens perante o aniquilamento do seu semelhante.

Se não fora o emaranhado de cruzes — outros tantos símbolos de martírio e dor — que nessa triste e desoladora mansão multiplicadamente se erguem para o céu, hirtas e brancas, numa enternecedora súplica de amor ardente e inquebrantável fé, poderíamos substituir a inscrição com que topamos logo à entrada do cemitério

Parvus et magnus ibi sunt

por estoutra do celebrado Dante:

Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate

mas é certo que a esperança ainda ali não morreu... ainda ali não morrerá. O último arranco da agonia dos moribundos, é também o último doloroso grito

de esperança que vai simbolizar-se na cruz dos cemitérios, eterno lábaro de misericórdia e de perdão.

A matéria volta ao seu estado primitivo, mas o espírito ascende às altíssimas regiões da Luz e da Verdade, numa ansiosa aspiração da paz consoladora, que jamais sobre a terra encontrou.

Desviemos portanto os olhos dessa abandonada sepultura, que a acção do tempo vai carcomindo e a indiferença humana esquecendo, e procuremos reconstituir a figura moral do homem cujos tristes despojos ela encobre.

Façamos inteira justiça aos seus actos e à sua obra, numa análise imparcial e conscienciosa, e teremos assim realizado uma verdadeira exumação, não de um já corroído esqueleto que a pouco e pouco se vai transformando no eterno pó dos seres e das coisas, mas de uma individualidade ilustre, cuja memória tem direito a ser evocada e discutida.

A vida do Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, que abrangeu o relativamente curto período de 52 anos, decorreu quase sempre acidentada e cheia de tribulações e desgostos que profundamente lhe amarguraram o espírito, no dizer dum nosso ilustre conterrâneo. (1)

O seu temperamento impulsivo, embora servido por uma robusta inteligência, a sua suceptibilidade excepcional que fundamente o caracterizou, e, sobretudo, as lutas políticas em que, talvez precipitadamente, se envolveu, obedecendo a paixões demasiado

(1) «Rápida excursão à roda de Ovar» pelo Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, publicada no «Campeão das Províncias», de Aveiro, n.º 2 281, de 1 de Julho de 1874.

frenéticas, tudo isto foi causa da sua amargurada existência e, porventura, do seu aniquilamento precoce.

Organizações tais, de uma vibratilidade intensiva e raramente subjugada, estão sempre sujeitas às violentas crises que lhes abalam a compleição, por mais forte e resistente que ela se afigure, e têm como inevitável consequência o mais ou menos longo martírio dos vencidos.

Desde a hora em que João Frederico deixou de existir até aos nossos dias, têm-se emitido a seu respeito desencontradas opiniões e até arquitectado lendas e mistérios em volta do seu nome. Referindo-se a esse homem, há quem o tenha elogiado incondicionalmente, caindo por isso mesmo num condenável exagero, e quem o tenha excessivamente depreciado sem atentar no crasso êrro que pratica.

Uns e outros, porém, imprudentes e mal avisados, se deixaram arrastar pelo facciosismo político que, semelhante a uma doença hereditária, se transmite de geração em geração, ofendendo a verdade e menosprezando a justiça.

«*O bem se deue crer de todos & de ninguem o mal sem proua*» — lá diz o primeiro conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, nas suas célebres sentenças.

Assim deve ser. O maior bem, que merece justo louvor, não pode nem deve ser ofuscado pelo menor mal, que apenas fica sujeito à censura, *quando baseado em provas.*

Orientados por esse princípio que é, de resto, o que nos propuzemos adoptar tão rigorosamente quanto possível neste fatigante e, por vezes, árido trabalho de boamente encetado, procuremos colocar o

vulto de que ora nos ocupamos no plano que de direito lhe pertence.

* * *

João Frederico Teixeira de Pinho, que completara muito cedo os seus estudos preparatórios, cursou a Escola Médica do Porto, aonde se formou depois de grangear vários prémios e distinções.

Logo após a formatura foi com o Conde das Antas para a Índia, como médico militar, sendo aí também encarregado de exercer as funções do magistério.

Físico-mor da Índia e professor da Escola Médica de Goa, que então se encontrava num estado de verdadeiro abandono e miséria, fez grandes esforços para dar uma nova orientação a esse estabelecimento científico, mas baldado foi todo o seu trabalho, por se ver desajudado de todos aqueles que podiam e deviam prestar-lhe valioso auxílio.

Cansado e desgostoso por não ver coroados de bom êxito os seus louváveis esforços, abandonou o exército e, regressando a Portugal, veio exercer clínica para a vila de Ovar, terra da sua naturalidade.

Tinha apenas 22 anos de idade, quando foi colocado no partido médico de Ovar em 30 de Junho de 1840.

Na sua carreira profissional conquistou a simpatia e mesmo a admiração dos seus numerosos clientes, que nele viam um facultativo de altas qualidades de inteligência e saber, como ainda hoje é tradição que o fora.

A política, porém, esse dédalo terrível aonde tantos homens se têm perdido, esse revolto mar

semeado de escolhos aonde tantos vultos de reconhecido valor têm naufragado — a política, dizíamos nós, começou em breve a preocupar-lhe o espírito e a arrastá-lo para o campo das apaixonadas lutas.

Foi essa, certamente, a sua maior desventura. O seu génio voluntarioso, impulsivo e ardente não poderia nunca, como efectivamente não pode, adaptar-se ao meio político a que ia aventurar-se, por mais honestas e sinceras que fossem as suas intenções.

João Frederico não sofria uma contrariedade, não admitia uma réplica. Demasiado fogoso, deslembrava-se que essa qualidade na vida política, é quase sempre contraproducente. Daí as suas amarguras, infelizmente desafogadas, mais tarde, em excessos de revindicta, claramente traduzidos em acerbas palavras de mal reprimido ódio.

O célebre *vae victis* dos romanos não quadrava, enfim, ao seu temperamento de homem singularmente irritável, que ante sonhava em todos os seus empreendimentos os louros da vitória.

DIGITAL

Filiando-se no partido progressista, cujo chefe supremo era, nesse tempo o duque de Loulé, procurou servi-lo dedicadamente a fim de conseguir os indispensáveis melhoramentos de que Ovar tanto carecia.

Concorrendo com a sua influência e simpatia pessoal, porque na verdade a tinha, para a eleição do então presidente da Câmara Municipal João de Castro Corte Real, a este se uniu intimamente, formando com ele e outras individualidades, embora em número limitado, o que se chamou o primeiro partido progressista de Ovar.

Se o Dr. João Frederico, desligado de compromissos, assumisse nessa hora a chefia de tal partido,

livre e independente de peias que lhe estorvassem a acção para empreendimentos de valor, auxiliado pela sua grande inteligência e força de vontade, outro teria sido o seu destino, não obstante a sua organização excessivamente insofrida e voluntariosa.

Não aconteceu, porém, assim.

O homem forte e audaz, deixou envolver-se, prejudicar-se e até suplantar-se pela incapacidade política do maior número dos que o rodeavam e caíu. A água que podia e devia pairar acima das mais altas montanhas, rastejou nos pântanos da mediocridade política e aí se quedou exausta e vencida.

A Câmara resolvera vender a Mata Municipal e João Frederico, sabendo ou devendo saber que isso ia de encontro à vontade do povo, que olhava essa Mata como seu logradouro, não se opôs à resolução imprevidente da Câmara. Esta perdeu no conceito do público e João Frederico foi arrastado no turbilhão, despopularizando-se, simplesmente porque não previra o desastre. E não o previu, porque nessa altura, embora a curto prazo da sua entrada na política, já estava demasiadamente acorrentado à opinião dos que o cercavam, supondo, cremo-lo bem, que ainda procedia livremente, em plena satisfação da sua vontade. Este contrasenso é matéria corrente em política, quando não há o cuidado e a perspicácia de evitá-lo, obstando-se assim a que uma medida de ordem económica ou administrativa se transforme numa questão meramente pessoal.

A vida política do Dr. João Frederico foi, portanto, efémera e de poucos resultados, quando poderia ter sido duradoura e útil, se outra fosse a sua orientação.

biblRIA

Desanimado e triste, mas sempre revoltado e sem poder acostumar-se ao estado de resignação dos vencidos, recolheu-se ao seu gabinete de trabalho, do qual apenas se afastava para exercer a clínica, como médico abalizado que era e cuja fama chegava a longes terras. E foi desde então que lançou mãos com todo o afinco à obra que certamente já de há muito havia concebido mas que só dessa hora em diante passou a ser uma realidade.

Referimo-nos às «*Memórias e datas para o história da vila de Ovar*».

João Frederico já escrevera um opúsculo sobre a *inocuidade da cultura do arroz quanto à higiene,* e ainda um outro sobre uma questão levantada no ano de 1839 entre os médicos do partido e a Câmara Municipal; as *Memórias e datas,* porém, foram o seu mais notável trabalho, cuja grande utilidade ninguém pode contestar.

Apreciemo-lo pois nas suas linhas gerais, pondo de parte toda e qualquer ideia de parcialidade, que a não temos, e digamos do seu merecimento que é, na verdade, muito diferente daquele que até hoje erradamente lhe tem sido atribuído por alguns dos nossos conterrâneos.

O valor das «Memórias e datas» não consiste na cuidadosa análise das coisas e dos factos e na sua justa apreciação, com aquele ponderado estudo e espírito crítico, independente e conceituoso, que é o apanágio dos verdadeiros historiadores, nem tão pouco se recomenda pelos primores de estilo que muitas vezes fazem realçar trabalhos de tal natureza. Nada disso. O intuito e o carácter dessa obra, no que ela tem de grandemente útil, estão perfeitamente definidos no seu próprio título.

Todo o livro, até onde o seu autor o escreveu, pois o deixou incompleto, resume-se numa valiosa colecção de documentos e notícias sobre a vila de Ovar, desde as mais remotas eras — trabalho tanto mais árduo e difícil, quanto é certo que a incúria dos nossos antepassados, a tal respeito, atingiu o maior grau de um criminoso silêncio.

João Frederico, investigador erudito e perspicaz, revestindo-se da coragem necessária para as grandes empresas, sacudiu o pó dos arquivos, compulsou documentos, verificou datas, e todo esse conjunto de esforços fez brotar a única publicação que, no género, possuímos.

De facto, nem antes dele, nem depois, houve quem se dedicasse a trabalhos de investigação que representassem um valioso subsídio para a história da vila de Ovar.

A obra a que nos vimos referindo não é, todavia, impecável, adentro dos seus limites. Sê-lo-ia se em absoluto se restringisse ao próprio título sem ferir a nota pessoal. O seu autor, porém, não se pode eximir a esse grave e condenável defeito que, aqui e além, manchou as páginas do seu livro.

João Frederico, documentando e descrevendo, é um mestre; apreciando, é uma vítima do facciosismo.

Vencido como político, no seu amor próprio, deu largas ao doesto, procurando na injúria a vingança contra os seus inimigos, que só o eram na política. E este foi o seu maior, talvez o seu único erro que, infelizmente, ficou constatado no melhor trabalho que nos legou. De onde em onde, a propósito de qualquer despeito ou mera futilidade, desembesta contra algumas individualidades do seu tempo, irascível, furioso, odiento, sem poder reprimir o seu profundo

rancor que lhe obcecava o espírito, chegando mesmo a esquecer-se de que alguns homens a cuja face arremessava os seus insultos, o tinham lealmente auxiliado no seu trabalho. (1)

Não, o Dr. João Frederico não fez pròpriamente a história da sua terra, se bem que a pudera ter feito com o seu grande talento e força de vontade.

A História é aquela ciência que descrevendo os factos que se passam nas sociedades, os estuda detidamente, bem como as leis que os regem, servindo-se para isso da tradição oral, dos monumentos, dos livros e ainda de quaisquer documentos escritos.

Ora as *Memórias e datas* não são mais do que um pedestal, aliás de grande valor, para a história da vila de Ovar.

É o seu próprio autor que no-lo diz na espécie de prólogo com que abre o seu livro: — «Para os mais eruditos fica reservado o seu retoque, opulentando com as louçanias do ornato este pedestal para a sua história.»

As «Memórias e datas» dividem-se em quatro partes a saber: — «Considerações gerais» — «Primeira época» — desde a origem da vila até a sua transferência para Ovar — «Segunda época» — desde a mudança da vila de Cabanões para Ovar, até ao

---

(1) Possuímos entre a nossa colecção de livros e autógrafos dos mais notáveis filhos de Ovar, uma carta escrita e assinada pelo Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, dirigida ao P.e João de Oliveira Descalço, na qual lhe pede para se encarregar da tradução de um antigo documento, em latim. Nessa carta faz João Frederico justiça aos merecimentos do P.e Descalço, de quem se confessa amigo fiel e agradecido, para daí a pouco o incluir no número daqueles a quem violentamente fere.

presente e «Investigações subsidiárias — Condado da Feira.»

Esta última parte, onde vem transcrita a carta de doação feita pelo rei D. Fernando, o Formoso, à casa da Feira, na pessoa da D. Afonso Telo de Menezes, conde de Barcelos, ficou incompleta, sendo certo dela ainda existe o manuscrito do próprio autor.

Em qualquer das quatro partes ou capítulos já referidos, abundam as transcrições de valiosos e interessantes documentos e as notícias de muitas antiguidades de Ovar, que ficariam para sempre esquecidas, se a mão vigorosa e a grande força de vontade do Dr. João Frederico não as arrancasse das trevas do passado, dando-as à luz da publicidade.

A primeira tentativa da publicação das Memórias e datas após o falecimento do seu autor, foi feita na «Voz do Douro», semanário de literatura, ciências e recreio que se publicou na cidade do Porto, pelos anos de 1870-1871. (1)

Entre os seus distintos colaboradores figura o nosso conterrâneo Lourenço Maria de Oliveira Vaz, poeta de merecimento, a quem neste livro faremos também especial referência.

No número 8 e a página 61 do já citado semanário, principiou a publicação das «Memórias e datas para a história da vila de Ovar» por João Frederico

(1) A «Voz do Douro» era impressa no Porto, na tipografia de A. F. Vasconcelos, Rua do Moinho de Vento, 29, sendo seus proprietários e redactores José C. L. Barbosa Júnior e A. G. Pereira. Foi uma publicação muito interessante e instrutiva mas de pouca duração, pois julgamos poder afirmar, que apenas foram publicados 29 números desse semanário, cujo primeiro exemplar tem a data de 9 de Outubro de 1870. O seu formato é in-4 de 8 páginas e a numeração destas é sempre seguida.

Teixeira de Pinho, e nesse mesmo número se vê a seguinte nota da redacção:

> «Este interessante e magistralmente elaborado Opúsculo, que a morte não deixou concluir, foi por seu erudito autor legado ao nosso amigo e colega Lourenço Maria de Oliveira Vaz, para o continuar e dar à luz, se quisesse. Era ociosa, e filha da muita modéstia do ilustre finado, esta condicional; porque apenas o nosso colega percorreu com rápida leitura o manuscrito, logo no-lo remeteu para o publicarmos, o que fazemos sumamente agradecidos.
>
> Dando à luz este curioso Opúsculo, tributa o nosso ilustre colega uma saudosa homenagem ao seu talentoso e chorado autor, e rende um relevantíssimo serviço aos seus conterrâneos em particular, e em geral às letras pátrias, pois que da importante Vila de Ovar nada, ou quase nada se tem escrito até hoje.»

bibRIA

Entre as afirmativas desta nota que fielmente transcrevemos uma há que é menos verdadeira.

Lourenço Maria de Oliveira Vaz não remeteu para «Voz do Douro» o manuscrito das «Memórias e Datas» depois de o ter *apenas percorrido com rápida leitura,* pois bem sabemos que os factos se passaram doutra forma.

Alguns dias depois do falecimento do Dr. João Frederico, convocou Lourenço Vaz uma reunião de algumas pessoas ilustradas de Ovar que poderiam dar o seu parecer sobre a publicação das «Memórias

e datas». Entre essas pessoas figurava o nosso conterrâneo Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, que então frequentava o primeiro ano de medicina na Universidade de Coimbra e que, muitos anos depois de formado, quase no último quartel da sua vida, foi o próprio que nos informou do que passamos a expor. E para se avaliar da sinceridade e valor desta informação, bastará dizer que Francisco Zagalo era um sincero admirador de João Frederico, em quem sempre reconheceu altas qualidades de inteligência e saber.

Lourenço Vaz leu o manuscrito e propôs a sua publicação, convicto de que o fazia no cumprimento duma dívida de honra para com o autor do trabalho que tinha em seu poder e do qual poderia ainda ser o continuador. Os assistentes, se não todos, pelo menos a maioria, manifestaram-se contra a sua opinião, julgando inoportuna, *sòmente* por que na obra de João Frederico havia violentas censuras e amargas retaliações que, por demasiado injustas e cruéis, iriam certamente ferir individualidades e até famílias que ainda ao tempo viviam e eram merecedoras de todo o respeito.

Tudo isto, porém, não impediu que Lourenço Vaz persistisse na sua ideia sem se dar por convencido e que, passados poucos meses, tentasse a publicação do manuscrito na «Voz do Douro», que apenas inseriu em alguns dos seus poucos números (1) uma insignificante parte das *considerações gerais*.

Ora isto é muito diferente do que se afirma na nota da redacção do semanário portuense a que nos vimos referindo.

---

(1) Julgamos poder afirmar que apenas se publicaram 29 números da «Voz do Douro».

Só mais tarde, passados 11 anos (1881) se imprimiram as Memórias e datas» em Oliveira de Azeméis, (1) em forma de livro, que também ficou incompleto, pois chegou apenas a páginas 288, 3.ª, das *investigações subsidiárias* — Condado da Feira. É isto, pelo menos, o que nos indica um dos raros exemplares que possuímos.

Todos estes esclarecimentos, que à primeira vista poderão ser levados à conta de supérfluos, vêm corroborar o nosso juizo àcerca das passagens infundadamente agressivas, pois carecem de provas da obra de João Frederico que, por isso mesmo, e infelizmente, perdeu em parte o cunho de independência que é, por assim dizer, a pedra de toque de trabalhos de tal natureza.

A censura não deve confundir-se com o impropério, como a liberdade se não confunde com a licença.

Os historiadores, ou ainda aqueles que, como João Frederico, investigam do passado e coleccionam documentos e notícias para a história dum povo, têm, é certo, o direito de verberar o procedimento de quem quer que haja prejudicado o meio social aonde exerceu a sua acção, mas devem fazê-lo sòmente quando *baseados em provas concludentes* e procurando sempre alhear-se de tudo aquilo que possa representar esforço meramente pessoal. Em tais casos, a censura mais ou menos violenta, deve, enfim, ser uma resultante dos próprios factos que a determinaram e nunca uma manifestação de ordem pessoal com o intuito da represália. Ora é exactamente por este último defeito que a obra de João Frederico merece

(1) Tipografia «Comercial Oliveirense», cita no Largo Municipal de Oliveira de Azeméis.

os nossos reparos e só por isso, porque no demais constitui, como já dissemos, o único subsídio de grande, incontestável valor para a história da Vila de Ovar.

Resumindo: — as «Memórias e datas», postas de parte as retaliações pessoais que nelas se contêm, são um bom e interessantíssimo livro que todos os filhos de Ovar deveriam possuir, a fim de conhecerem, além de curiosas notícias e descrições sobre antiguidades da nossa terra, um avultado número de documentos, transcritos no todo ou em parte, que a Ovar dizem respeito, como sejam: forais, cartas régias, provisões, ordenanças, acordãos de tribunais, sentenças, inscrições, diversos autos de demarcação, rectificação e posse, extratos de crónicas, privilégios, registos, escrituras, cessões, doações, prazos e licenças, transcrições de livros e jornais, etc.

Tudo isto, que é muito, reduzido a um corpo de história, numa sequência de factos metòdicamente ligados e sujeitos a um espírito crítico elucidativo das transformações por que os mesmos foram passando através dos tempos, constituiria, por certo, um monumento imorredouro, que seria a máxima glória de quem ousasse erguê-lo bem alto e firme.

Prouvera a Deus que essa glória nos pertencesse, porque seria a única que não rejeitaríamos com justificado orgulho. No entretanto, confessando a nossa incompetência, sinceramente desejamos que tudo quanto aqui deixamos dito seja bastante incentivo para que outros corram pressurosos à conquista dessa glória, assentando nos sólidos alicerces da obra de João Frederico o grandioso edifício da «História da Vila de Ovar.»

biblRIA

O Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, conforme se vê na inscrição que existe na sua sepultura e a que já nos referimos, nasceu em 15 de Agosto de 1818 e veio a falecer em 11 de Julho de 1870, vitimado por uma angina *pectoris*.

Não deixou descendentes legítimos pois tendo casado com D. Olímpia de Carvalho, filha do Dr. Vicente Nunes Cardoso, que foi juiz de fora em Ovar, apenas houve desse matrimónio um filho, que morreu de tenra idade.

O nome do Dr. João Frederico ainda hoje de todo se não apagou de memória dos seus conterrâneos, porque nunca morrem inteiramente todos aqueles homens que, tendo a consciência do valor da sua obra, podem aplicar a si próprios o célebre pensamento de Horácio: *Non omnis moriar*.

Se João Frederico alguns defeitos teve (e quem há aí que os não tenha?) é certo que eles colocados na balança da justiça, quase não oferecem resistência ao peso dos seus altos méritos de homem culto, inteligente e erudito, cuja memória não pode nem deve ser esquecida, sem que se pratique uma grande injustiça, por todos quantos amam a sua terra, como ele a amou, legando-lhe os substanciosos frutos do seu melhor trabalho.

* * *

NOTA — João Frederico escreveu ainda um «Formulário Médico», oferecido ao Hospital de Ovar, um Regulamento do cemitério municipal, que chegou a ser posto em execução, e os estatutos de algumas associações recreativas que em Ovar se fundaram no seu tempo, mas que tiveram curta duração. Entre as produções deste género contam-se os estatutos do Teatro Ovarense (Sociedade Filodramática) que se reconstituiu em 1859. (Vide «Memórias e datas», pág. 269 e 270).

Licínio Fausto Cardoso de Carvalho

Foi um dos nossos mais notáveis literatos que se distinguiu, sobretudo, como autor dramático, e que (julgamos poder afirmar sem receio de errar) conquistaria um lugar de destaque na literatura nacional, se a morte não o assaltasse na primavera da vida.

Tendo nascido na vila de Ovar em 13 de Janeiro de 1827, faleceu na cidade do Porto em 12 de Outubro de 1854, onde exercia o lugar de engenheiro condutor das obras públicas, contando portanto apenas 28 anos incompletos.

Era filho do Dr. António Bernardino de Carvalho e de D. Virgínia Adelaide Nunes Cardoso, a quem já fizemos referência neste livro (Vid. biogr. de A. Bernardino de Carvalho, pags. 100-117).

Descendente de liberais convictos, que não se pouparam a lutas e sacrifícios pela causa da Liberdade, também Licínio de Carvalho foi soldado, servindo como oficial no corpo de «Fuzileiros da Liberdade» sob as ordens da Junta do Porto, durante as renhidas lutas civis de 1846-1847.

Não possuímos dados seguros para detidamente nos ocuparmos dos actos da vida pública deste nosso ilustre conterrâneo e, por isso, nos restringimos a apreciar a sua obra que, embora limitada, acentuadamente revela no seu autor um literato de alta envergadura. E é como tal que a sua figura avulta e se impõe à nossa admiração.

A lista das suas obras publicadas, das que ficaram inéditas ou incompletas e ainda das que tinha

em preparação para dar à luz da publicidade, é a seguinte:

Publicadas: — *Os Dois Proscritos,* drama histórico em cinco actos e seis quadros. *O Rajah de Bounsuló,* drama heróico em quatro actos, precedido dum estudo sobre a *Origem da arte dramática.*

A entrar no prélo: — *Os Hallas,* drama de costumes e sentimento.

Inéditas, que seriam publicadas em seguida aos *Hallas:* — *A Virgem de Malaca,* romance oriental. *Al-Kaçar-Kebir-Luz e Trevas,* romance histórico. *A Prepotência,* drama histórico. *O Cruzeiro da Virgem,* lenda-romance. *Kamal-Khan,* poema romance. *Passeio militar ao sul de Portugal,* cenas contemporâneas. *Crónicas do Ultramar:* — Sob este título seriam publicados diversos volumes contendo cada um diferentes histórias-romances, dos episódios mais pitorescos das nossas crónicas do ultramar, descrevendo-se com a maior fidelidade os usos e os costumes dos povos indígenas, a diversa natureza dos climas, assim na Ásia como na América, Oceania e Áfrika, segundo o local onde se teriam passado as cenas da história a tratar. (1)

Afinal, de todas estas obras que constituiriam, por certo, uma bagagem literária de súbido apreço, apenas restam publicadas aquelas que já citámos: *Os dois proscritos* e o *Rajah de Bounsuló.* E a não ser a *Virgem de Malaca,* que foi continuada e concluída por D. Branca Edwiges Cardoso de Carvalho Pinto de Sousa, irmã de Licínio de Carvalho, todos os manuscritos das demais obras que ficam mencio-

(1) Estes apontamentos foram extraídos do final da edição do «*Rajah de Bounsuló*», a que nos referimos.

nadas, se perderam, ou, caso ainda existam, não sabemos onde param.

O assunto de *Os Hallas,* drama que, segundo parece, chegou a ser concluído, (1) foi inspirado ao seu autor na vetusta capela de Nossa Senhora de Entre-Águas, que ainda existe na freguesia de Válega, segundo o afirma o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho nas suas *Memórias e datas:* «O esperançoso literato — Licínio Fausto Cardoso de Carvalho — juntamente com seu esclarecido irmão — Alfredo Elísio de Carvalho — e nós, visitámos estes lugares no mês de Setembro de 1850. Ali se inspirou do assunto para o seu drama marítimo *Os Hallas,* inédito. Passa-se neles o terceiro acto, figurando o Bispo Lobo. (2) O nosso Mery tinha na mente celebrar estes *ermos* com uma composição romântica, que a morte embargou, roubando prematuramente este filho ilustre da nossa terra».

«*Os dois proscritos*» ou o «*Jugo de Castela*», é

biblRIA

(1) Tem-se afirmado, ainda que vagamente, que o manuscrito de «Os Hallas» existiu ou ainda existe em Ovar, mas nunca nos foi possível descobri-lo, apesar dos esforços empregados nesse sentido.

(2) Foi Bispo da Guarda, eleito por D. João IV, não chegando, porém, a ser confirmado. Estabelecendo residência na freguesia de Santa Maria de Válega, dela foi Abade, e jaz sepultado na capela de Nossa Senhora de Entre-Águas da mesma freguesia. Na sua sepultura, que ainda aí existe, com o seu brazão de armas (pois consta que era filho bastardo dos condes-barões de Alvito), lê-se a seguinte inscrição: «Aqui jaz D. Diogo Lobo, Prior-mor que foi da Ordem de S. Thiago, e do Conselho de S. Majestade, e Bispo Eleito da Guarda, e Fundador e Padroeiro desta Igreja de Nossa Senhora de Entre-Águas. Faleceu aos vinte e sete de Outubro de 1654. Pela sua alma, Padre Nosso».

um drama patriótico bem urdido e correctamente desenvolvido, a dentro dos moldes da época. O assunto nele tratado é a gloriosa restauração de 1640.

Esta obra teve duas edições em Portugal e três no Brasil. As edições portuguesas têm as datas respectivamente de 1850 e 1854, sendo a primeira feita pela tipografia de J. L. de Sousa e a segunda pela de Sebastião José Pereira, ambas da cidade do Porto. (1) A de 1850, que vem com o retrato do autor e 25 estampas litografadas, contém, além de várias notas ao drama, a seguinte dedicatória: «A minha prima, a Ex.ma Sr.a D. Olímpia Nunes Cardoso Murta, dedico este meu primeiro ensaio Dramático, como um penhor de gratidão e estima» e fecha com esta nota do autor, que textualmente transcrevemos:

«Contava apenas vinte anos quando escrevi este Drama, que não passa dum verdadeiro ensaio dramático — Concebido ùnicamente para mim, nunca me passou pela imaginação que um dia ele seria dado à luz: — decerto nunca tentaria publicá-lo, se não fosse obrigado a isso pelo estímulo de algumas pessoas da minha amizade, a quem sinceramente agradeço o interesse que tomaram nesta minha *primeira* produção literária.

Se ela tiver bom acolhimento, não será então a única obra que publicarei: — dar-lhe-ei em seguida um segundo volume, contendo — «A Prepotência» e «O Rajah de Bounsuló» — dramas em que figuram grande parte das personagens deste: — o primeiro passado em Lisboa, Almada e S. Julião da Barra; e o segundo na cidade de Goa, na Índia.

---

(1) Possuímos apenas a edição portuguesa de 1850. A de 1854 é citada por Inocêncio Francisco da Silva no seu Dic. Bibliogr. Vol. V, pág. 185.

Se pelo contrário tiver a mesma sorte que costumam ter a maior parte de nossas obras nacionais, escreverei ùnicamente para mim, contentando-me em ver ler novelas francesas: — e em lugar de dizer como diria um verdadeiro muçulmano — «*Estava escrito!*» — direi — «*Era obra de um português!*»

As edições brasileiras tem as datas de 1858, 1865 e 1877. Esta última foi editada pela livraria de A. T. de Castro Dias, Rio de Janeiro, sob o título de «Os Dois Proscritos ou a Restauração de Portugal de 1640», trazendo o nome do autor alterado: *Luciano* em vez de *Licínio*. (1)

O «*Rajah de Bounsuló*», segundo volume do «Teatro» que Licínio de Carvalho se propunha continuar, foi impresso na tipografia de Sebastião José Pereira, do Porto, em 1854, e tem a seguinte dedicatória: «*A seu avô, o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Vicente Nunes Cardoso oferece o autor*».

É um trabalho já de maior fôlego, no género dramático, que ainda se liga à restauração de Portugal em 1640, mas cuja acção decorre na Índia Portuguesa, (Goa). Licínio enriqueceu esta sua obra com um admirável estudo *histórico-literário sobre a origem da arte dramática,* que precede o drama, e com preciosas notas elucidativas do texto, que revelam uma notável erudição.

Para que melhor se conheça o intuito de Licínio de Carvalho ao escrever não só esta obra, como outras que, infelizmente, não chegaram a ser publicadas, e

(1) Conhecemos apenas a edição de 1877, de que possuímos um exemplar. As de 1858 e 1865 são citadas por Inocêncio. Vid. Dic. Bibliogra. Vol. V, pág. 184 e Vol. XIII, pág. 296.

ainda para que se avalie da conta em que ele era tido no mundo das letras pelo fundador do moderno teatro português — o visconde de Almeida Garrett — não será por demais transcrever parte do prólogo do «*Rajah de Bounsuló*», que tem a data de 1854, e é como segue, respeitada a própria ortografia que o seu autor justifica em *nota* especial:

«Quando publicámos o primeiro volume das nossas obras, os DOIS PROSCRIPTOS, nam contavamos conservar-nos por tanto tempo retirado da arena literária, — Motivos sérios, porém, nos forçaram, por entam, a afastar-nos d'ela.

Além d'estes motivos, que não vem a propósito mencionar aqui, outros militaram, com nam menos força, para os mesmos fins, obrigando-nos a estacionar na carreira que havíamos encetado um pouco temporanmente.

Nam nos havia fascinado o bom acolhimento com que os DOIS PROSCRIPTOS foram recebidos pela imprensa e pelo público. — Reconhecemos desde logo, que nos era necessário muito mais estudo, e arte, para ir por diante em tam ardua carreira, como é a d'auctor dramático.

Confessaremos francamente, que as difficuldades que principiavamos a conhecer e a avaliar, nos fizeram desanimar algum tanto, movendo-nos até a encetar um outro género de litteratura, o romance, pondo de lado os dramas que tinhamos entam em plano.

Levavamos já em meio uma producçam d'esse género, quando uma manha recebemos do correio uma carta com o carimbo de Lisboa. — Abrimo-l'a, e n'ella lêmos as linhas seguintes:

biblRIA

«Lisboa 9 de Julho de 1851.

«Ill.mo Snr.

«Estou invergonhado de tantos mezes que deixei passar sem responder á sua obsequiosa carta e lhe agradecer o prazer que me deu a leitura da sua bella composição.

«Apesar dos muitos cuidados e trabalhos que hoje me apertam, como a saude me favorece mais, approveito esta primeira occasião para lhe pedir desculpa e lhe rogar encarecidamente que não fique n'este que chama o seu «primeiro ensaio», e continue a approveitar para o nosso theatro o seu esperançoso talento.

«Approveito ésta occasião de me protestar com muita estima

«De V.

«Muito attento venerador e criado

«J. B. de Almeida-Garrett.»

bibRIA

Animado e penhorado com essas poucas linhas, para nós tam valiosas, que o primeiro auctor dramatico portuguez nos dirigia, principiámos desde logo a escrever o RAJAH DE BOUNSULÓ, que breve concluimos e que hoje damos á luz.

Foi pois o estimulo do fundador do theatro nacional, que mais contribuiu para nam desanimarmos, e para continuarmos a escrever n'este genero, — Propunhamo-nos a mostrar-lhe a nossa gratidam, offerecendo-lhe uma das menos defeituosas das nossas producçoens, quando a morte, roubando-o áquelles que o admiram e choram, nos impossibilitou de satisfazer divida tam sagrada.

Inda assim, nem por isso deixaremos de consagrar á sua memória um volume das nossas obras, como tributo d'alta admiraçam.

Apesar da carta que nos dirigira o auctor do FREI LUIZ DE SOUSA, nam tencionavamos por agora dar à luz o RAJAH DE BOUNSULÓ, mas sim a VIRGEM DE MALACA, romance oriental, quando, pelos fins do anno passado, a Sociedade Academico-Dramatica se lembrou de no-lo pedir para o levar á scena.

Nam tivemos duvida alguma em acceder a tam lisongeiro rogo, e, nam obstante as difficuldades que apresentavam o scenario, os costumes, e o apparato do drama, estava ele quasi ensaiado, quando uma desintelligencia com um dos academicos representantes o impediu, por entam, de ir á scena.

Alguem attribuiu essa desintelligencia a emulaçam ou rivalidade litteraria. — Nam crêmos que tal se désse; mas se assim foi, tam baixa andou, que nam chegou até nós.

No entanto, aquelle pequeno incidente veio mostrar-nos que entre os academicos contavamos verdadeiros amigos; — ficámos tam penhorado com o interesse que todos em geral mostraram pelo RAJAH, que, levado d'um impulso de reconhecimento, lhe promettemos de escrever dentro d'oito dias, um drama adaptado aos seus caracteres.

A promessa era um pouco difficil de cumprir em tam curto espaço de tempo; inda assim, um drama original, os HALLAS, foi escripto n'uma semana, e a mór parte d'elle na presença d'alguns dos mesmos academicos que tinham motivado a sua concepçam.

Os HALLAS será brevemente dado à luz, for-

mando um outro volume do nosso theatro, n'este mesmo formato.

Ao volume que agora damos, reunimos um resumido estudo litterario sobre a ORIGEM DA ARTE DRAMATICA: — julgamos que este resumo mostrará que os costumes indianos, que apresentamos no RAJAH, nem sam um improviso, nem sequer escriptos de leve».

. . . . . .

E passando a divagar sobre os costumes da Índia que, segundo se verifica, lhe mereceram particular atenção, termina assim o seu prólogo:

«Já agora que tantas noites hemos velado a estudar a Índia, antiga e moderna, faremos della o theatro onde se passem as scenas da mór parte das nossas obras. — É um largo e amplo horisonte a explorar. — Oxalá que nos nam desfalleça o animo em tam ardua tarefa.»

biblRIA

Do que deixamos transcrito se deduz que Licínio de Carvalho, além de «Os Dois Proscritos» e do «Rajah de Bounsuló», concluíu os «Hallas» e chegou a organizar, em forma de drama, a «Virgem de Malaca».

Das restantes obras inéditas que já mencionámos, não conhecemos, infelizmente, nenhuma, nem tão pouco podemos averiguar, como já também dissémos, se acaso ainda existem algumas em manuscrito. (1) É provável que Licínio de Carvalho não pudesse executar o grandioso plano que concebera,

---

(1) Consta, segundo diz Inocêncio, que publicara alguns capítulos de um romance no «Pirata», jornal literário do Porto.

em virtude de ser surpreendido pela morte quando apenas, digamo-lo assim, tinha acordado para a vida.

Mas o trabalho literário que nos legou é o bastante para atestar inconfundìvelmente o seu grande talento.

Pondo mesmo de parte as suas obras dramáticas, podemos afirmar que um homem que, com pouco mais de vinte anos, escreve um estudo como aquele que Licínio escreveu sob a epígrafe «Origem da arte dramática — Estudo histórico-literário», tem conquistado, sem dúvida, um lugar de honra no mundo das letras. Recomendamos essa obra prima aos nossos leitores. (1)

A morte de Licínio de Carvalho foi muito sentida, especialmente no meio literário portuense. Soares de Passos dedicou-lhe uma das suas mais dolentes poesias com o seguinte título: «*Á morte do meu amigo Licínio F. C. de Carvalho*».

O melancólico vate portuense revela nesse inspirado trecho poético, que se tornou muito conhecido até nas próprias escolas, a grande amizade que dedicava a Licínio e a funda saudade que lhe deixou o seu prematuro falecimento.

Eis algumas estrofes dessa poesia:

.....

.....

Ave estrangeira que passa
Neste clima proceloso,
Com seu canto mavioso

---

(1) Este substancioso e erudito trabalho vem publicado de pag. 3 a pag. 109 da edição do «Rajah de Bounsuló» e tem a data de Maio de 1854.

Levando as turbas d'após;
Mas que chora de saudade
Por sua pátria querida,
Té que afinal abatida
Cai sem alento e sem voz.

Descansa! no frio leito
De teu eterno repouso
Não te irá o sol formoso
Cada manhã despertar;
Mas também da aurora à noite,
Não calcarás os espinhos
Que em teus agrestes caminhos
Verias da flor a par.

Lá não irão festejar-te
Ruidosos ecos do mundo,
Que dizem, no som profundo,
Qual é do génio o poder;
Mas também tuas coroas
Não regarás com teu pranto,
Nem a inveja em negro manto
Tua estrela há-de envolver.

Descansa! que digo! surge!
Ergue-te à luz, ó poeta,
E revoa aonde inquieta
Te levava a inspiração!
Sonhaste mundos brilhantes,
Sonhaste amor e poesia:
No país do eterno dia
Vai colher teu galardão!
.....
.....

Aos curiosos que mais pretendam saber dos merecimentos de Licínio de Carvalho, lembramos que poderão ler o estudo literário que a seu respeito publicou Luciano Simões de Carvalho no *Diário Mercantil* n.º 675 e seguinte (Abril, 1862).

D. Branca Edwiges Cardoso de Carvalho Pinto de Sousa

Irmã de Licínio Fausto Cardoso de Carvalho foi, como ele, uma distintíssima cultora das letras.

Nasceu na cidade do Porto (1) a 22 de Junho de 1844 e faleceu na cidade de Aveiro em 13 de Setembro de 1912.

Além de vários escritos avulsos que ficaram dispersos em diferentes periódicos, e outros inéditos, publicou as seguintes obras:

Força e Franqueza — romance traduzido do francês de Paulo Feval, publicado no «Clamor Público».

O Preço da Felicidade — romance original, editado pela livraria Cruz Coutinho.

O Fanatismo de uma grande alma — romance original, publicado no «*Jornal do Porto*».

---

(1) Não obstante ter nascido na cidade do Porto aonde acidentalmente seus pais se encontravam, não podemos deixar de incluir D. Branca de Carvalho no número dos nossos biografados. Sendo filha do nosso conterrâneo Dr. António Bernardino de Carvalho, em Ovar estabeleceu residência e constituiu família pelo seu casamento com o sr. Augusto César de Moura Pinto de Sousa (1864), engenheiro aposentado do quadro das Obras Públicas, que ainda hoje vive.

A Virgem de Malaca — romance oriental principiado a escrever por seu irmão Licínio de Carvalho, publicado no «*Diário de Notícias*» de Lisboa.

D. Branca de Carvalho pertenceu a uma família de literatos, ilustre pelas tradições liberais que honradamente soube manter e pelo talento que foi o seu mais fidalgo brazão. (1) Nascida numa época em que o gosto literário tinha atingido o maior grau de intensidade no género romântico, bem cedo começou a patentear as suas notáveis qualidades de escritora.

Aos treze anos publicou as suas primeiras produções em verso, e aos dezoito o romance «*O Preço da Felicidade*».

Tendo contraído matrimónio, compreendeu e avaliou as altas responsabilidades que a sua nova situação social lhe impunha, e todas as dificuldades venceu, manifestando as mais apreciáveis qualidades duma mulher superior como cuidadosa administradora do seu lar doméstico e inteligente educadora de seus filhos.

Apesar disso, porém, ainda podia dispor de algum tempo para dedicá-lo à literatura, publicando em muitos jornais diversos artigos literários, versões e poesias de valor.

biblRIA

(1) Seu avô materno Dr. Vicente Nunes Cardoso, que foi Juiz de fora em Ovar e que chegou a desempenhar o alto cargo de Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; seu pai Dr. António Bernardino de Carvalho; sua mãe D. Virgínia Adelaide Nunes Cardoso e seus irmãos Licínio Fausto Cardoso de Carvalho e Alfredo Elísio Cardoso de Carvalho constituiram uma pleiade de literatos de grande merecimento, o que aliás é natural, desde que se consideram provadas as modernas teorias sobre o atavismo.

Mas tarde, quando os encargos de família a deixaram naquele relativo descanso que sentem todos os pais ao verem seus filhos colocados, voltou às lides literárias, instada pelos seus numerosos amigos e admiradores.

E assim foi, que ainda em 1909 publicou o seu último livro «*O romance de um homem político*».

Em uma local do «Jornal de Notícias» do Porto (n.º 224 de 19 de Setembro de 1912) que se refere ao falecimento de D. Branca de Carvalho, afirma-se que o protagonista deste último romance é um dos homens que estava mais em evidência na política daquele tempo, sendo a alusão a essa individualidade tão clara e flagrante, que a distinta escritora D. Albertina Paraíso classificou esse mesmo romance como uma auto-biografia.

E foi esta a última obra de D. Branca de Carvalho.

bibRIA

Com grande vantagem para o leitor, julgamo-nos dispensados de entrar na apreciação do mérito de tão distinta escritora, o qual mais rigorosamente poderá ser avaliado pelo documento que vamos transcrever. É uma carta do notabilíssimo homem de letras que foi Ramalho Ortigão, dirigida a Eduardo Coelho, proprietário e redactor do «Diário de Notícias» de Lisboa. Essa carta que prefaciou o romance «*A Virgem de Malaca*» tem para nós o duplo merecimento de ser um testemunho irrefragável dos grandes merecimentos de D. Branca de Carvalho, e o de, pela sua fiel reprodução neste lugar, dar a conhecer quem nos lê um documento que, por certo, é hoje inteiramente desconhecido da grande maioria dos nossos conterrâneos.

Ei-la:

«Meu caro amigo»:

«Entre os manuscriptos de Licinio de Carvalho, escriptor portuense (1) fallecido ao alvorecer do seu esperançoso e applaudido talento, encontrou-se esboçada a primeira parte de um romance original intitulado *A Virgem de Malaca*. A sr.ª D. Branca de Carvalho, irmã do poeta finado e herdeira do seu espolio litterario, entregou-se á conclusão d'esse manuscripto, procurando com piedade fraternal fixar nas paginas que ia enchendo uma parte d'aquelle pensamento repentinamente cortado pela morte. Este trabalho era ao mesmo tempo a continuação de um livro e a evocação de uma alma — doce emprego do espirito e da saudade.

Concluida a sua obra, advertiu a sr.ª D. Branca de Carvalho que, por mais que ella tivesse querido ajustar o seu estylo ao de seu irmão, o livro elaborado pelos dois ficava extremamente imperfeito pela dissimilhança assignalada por aquelle ponto em que a penna passára dos dedos gelados de um para a mão nervosa e juvenil de outro. Em vista d'isto a sr.ª D. Branca de Carvalho reconstituiu inteiramente o romance, escrevendo-o ella de principio ao fim.

(1) Ramalho Ortigão ignorava, certamente, que Licínio de Carvalho era natural de Ovar.

De modo que, meu caro o manuscripto que te remetto para o folhetim do teu curioso e honrado periodico é, apezar da modesta classificação da auctora, o livro d'uma mulher.

Dirigindo-te esta carta não intento prefaciar o romance da sr.ª D. Branca de Carvalho, cujos méritos demandariam um estudo muito mais longo e mais especial. O que faço é simplesmente offerecer o meu braço a uma senhora que, considerada como escriptor, não precisa nem dos meus elogios, nem da minha apresentação.

Se a auctora da *Virgem de Malaca* necessitasse dos favores da critica eu seria, entre todos, o mais improprio para lh'os dispensar, em primeiro logar porque me falta a auctoridade da competencia, em segundo logar porque me falta tambem a sonora vibração do enthusiasmo.

Retirado das poeticas regiões do lyrismo para o estudo modesto das cousas mais cruamente positivas e reaes, eu entendo que, em toda a sociedade bem organisada, ao homem compete a iniciativa dos trabalhos exteriores do lar domestico, á mulher a guarda da tradicção na casa, na religião e na familia.

No tocante a livros, penso da mulher que é mais brilhante inspira-os do que escrevê-los. E os livros de que a sociedade mais precisa são exactamente esses

biblRIA

que nos sejam inspirados pela abnegação das mães perante o berço dos seus filhos, pelos risonhos sacrificios das esposas corajosas perante o trabalho e a dignidade dos seus maridos.

Acceitando a honra de te trazer o romance *A Virgem de Malaca,* que eu li com grande interesse e admiração, e de te apresentar a sr.ª D. Branca de Carvalho, sua auctora, é com grande prazer que offereço á tua estima e á dos teus leitores o elevado exemplo d'uma sr.ª egualmente distincta pelos talentos e pelas virtudes. A primeira condição para que se preze uma mulher que escreve é que d'ella se possa escrever isto.

Aperta-te fraternalmente a mão o teu amigo.

Ramalho Ortigão»

biblRIA

Que mais poderemos nós acrescentar ao que aí deixamos transcrito?

Se é certo, como dizia Democrito, que *as palavras são a sombra das obras,* bastam essas que o glorioso autor de «*As Farpas*» firmou com o seu nome, para que a obra de D. Branca de Carvalho não passe desapercebida aos cultores das boas letras.

A nossa ilustre biografada tomou parte num dos jogos florais do seu tempo realizados pela Academia Real de Toulouse, recebendo por essa ocasião as provas do mais justo apreço sendo nomeada sócia honorária da mesma Academia.

Lourenço Maria de Oliveira Vaz

Poeta de merecimento e espírito notàvelmente esclarecido, Lourenço Maria de Oliveira Vaz foi um dos raros homens da nossa terra que mais se elevou à custa do próprio esforço. Sem ter cursado escolas superiores nem tão pouco conseguido diplomas literários ou científicos, pode bem dizer-se que por si só se distinguiu, aliando ao seu talento um aturado e consciencioso estudo, especialmente em assuntos de ordem social.

Cheio de uma fé viva e ardente, como os velhos apóstolos do Cristianismo, sentiu-se irresistìvelmente impelido para o campo da luta, aonde apareceu de cabeça nobremente erguida em defesa das suas generosas ideias de pura fraternidade humana.

bibRIA

Esquecendo-se do velho aforismo latino «*homo homini lupus*», que ainda hoje infelizmente, representa a expressão da verdade, preocupou-se talvez demasiadamente com a solução de altos problemas filosóficos, numa ânsia de reformador das velhas normas sociais. Não lhe tardaram, porém, os amargos pressentimentos da improficuidade do seu generoso esforço; daí o desalento e, por vezes, a profunda nostalgia que caracterizavam as suas produções literárias.

Extremamente idealista, aspirava a tudo quanto era absolutamente perfeito e justo, procurando iludir-se a si próprio todas as vezes que o desânimo lhe assaltava o espírito, ainda e sempre numa doce visão de consoladora esperança.

Foi, enfim, um utopista que, pobre sonhador, julgou antever a possibilidade da completa regeneração humana pela absoluta e mútua compreensão das verdades sociais, traduzidas em factos de uma pureza inconcussa...

A desilusão tinha de ser fatal! E quanto mais o não seria hoje, se Lourenço Vaz ainda existira, para ver quase todos os povos da terra em sanguinolenta e ferocíssima luta, destruindo e arrazando tudo numa fúria verdadeiramente diabólica, deixando sob os campos de batalha milhões de cadáveres, e levando a toda a parte a dor, o luto e a miséria! Sim, se ele hoje acaso vivera e verificasse que os causadores de tão pavorosa desgraça, como ainda nenhuma outra a história registou, são exactamente aqueles que maior gala faziam e, tristíssima irrisão, ainda hoje fazem da mais elevada cultura intelectual, rasgaria, sem dúvida, página a página a sua obra de paz e de amor, convencido de que a fraternidade humana é uma mentira e a própria civilização um mero pretexto para a absurda justificação das maiores atrocidades e dos mais nefandos crimes.

Mas tanto não seria preciso, como não foi, para que o desventurado poeta reconhecesse ainda em vida, com dolorosa e profunda amargura, que o seu bom e generoso esforço, semelhantemente à legendária taça do rei de Thule, caíra desfeito como um sonho no grande mar da indiferença humana.

O apóstolo ia, pois, resignadamente, a caminho do martírio; e se não foi escarnecido pela ignara turba dos *fariseus* que ainda hoje menoscabam as boas intenções dos que sinceramente lutam pelo bem da humanidade, não deixou todavia de sofrer as maiores amarguras no seu Gólgota de tristeza e desa-

biblRIA

lento ao reconhecer, por fim, a quase inutilidade do seu grande e louvável esforço intelectual. Diz-se, e parece que assim foi, que o relativo insucesso do seu melhor trabalho, de que nos ocuparemos, lhe cavara a sepultura. E nem admira que assim sucedesse porque os homens de sentimento quase sempre morrem pelo coração...

Apesar disso, porém, a obra de Lourenço Vaz aí ficou entre nós para que o seu nome não possa ser ingratamente esquecido; e se ela não é, em todos os seus detalhes, um modelo irrepreensível de arte poética, merece, contudo, a atenção e simpatia de todos aqueles que preferem à beleza da forma a pureza das intenções e a sinceridade da doutrina expendida.

* * *

Lourenço Maria de Oliveira Vaz, natural da vila de Ovar, nasceu em 17 de Outubro de 1835 e era filho de José de Oliveira Vaz e de Margarida Nunes da Silva, da antiga rua Nova da Arruela, hoje rua «Ferreira Meneres».

Por carência de meios de fortuna da sua humilde mas honesta família, ficou desde criança sob a protecção de seu padrinho José António de Figueiredo, mais conhecido pela alcunha de «*Monteiro-Mor*», que exerceu por diversas vezes o cargo de administrador do concelho de Ovar. Este, reconhecendo no seu pupilo notáveis tendências para o estudo, resolveu facultar-lhe os benefícios da instrução, que principiou a ser-lhe ministrada pelo Reverendo António José de Sousa Bilhano, natural da vila de Ílhavo, então vigário Geral em Aveiro e mais tarde Arcebispo de Évora.

Orientado na sua educação para a vida eclesiástica, pois a essa carreira o destinava seu padrinho, abandonou os estudos a que era obrigado e que, por antagonismo de ideias, lhe constrangiam as aspirações da sua alma sonhadora de poeta, preferindo à severidade e disciplina dos métodos escolares a liberdade incondicional do pensamento.

Exercendo a sua acção, como poeta, no maior auge do período romântico da literatura portuguesa, não se divorciou, todavia, por completo, dos processos da escola clássica. Os seus versos além de perderem, em grande parte, o vigor da expontâneidade, pela demasiada sujeição à forma poética, tornam-se também algumas vezes enfadonhos e monótonos, por excessivamente nostálgicos. Mas este último defeito, só pode e deve atribuir-se ao temperamento acentuadamente melancólico do próprio poeta.

Ao lado, porém, de tais prejuízos, que até nos grandes e consagrados mestres se apontam, quantas e quantas inspiradas belezas não encontramos ao percorrer toda a obra de Lourenço Vaz!

biblRIA

Além de muitas poesias que deixou dispersas por vários periódicos, e outras inéditas, escreveu um poema sob o título «Fases do Progresso» que é, por certo, a sua obra capital.

Esse poema foi editado por António José da Costa Valbom (Porto, 1881) e por ele oferecido ao Dr. José Moreira da Fonseca, homem de grande probidade e ilustração, que exerceu o cargo de Governador Civil do distrito do Porto por diversas vezes, e que se notabilizou como honradíssimo político.

As «Fases do Progresso», como muito bem diz o seu editor, representam um trabalho que «*leva em mira a vulgarização e derramamento das grandes verdades sociais*».

O poema divide-se em três partes, a saber: I — *«A Fada Agonizante — Desvarios do Progresso Material»;* II — *«Poema do Coração — Aspirações do Progresso Moral»;* — III — *«Ashaverus — Tormento do Progresso Intelectual»*.

Cada uma destas partes é antecedida por um pequeno prólogo em que o seu autor, sem deixar de ser claro, ligeiramente explica os motivos que o levaram a publicação do seu poema.

Assim, no prólogo da primeira parte, sob o título *«Justificação antecipada»*, diz-nos o poeta que pretende conciliar a liberdade com o progresso, entendendo que nessa conciliação reside a solução de um dos mais importantes problemas sociais. Ama o progresso, mas quere que ele não mate a liberdade, porque esta a tudo é preferível. E passa a desenvolver a sua ideia, apresentando a Liberdade cativa e esmagada pelo falso progresso.

Aos que desejam saber o nome do monstro que tortura a Liberdade, pedindo-lhe insistentemente que o diga, responde por esta forma precisamente no final de *«A Fada Agonizante»*

. . . . . Direi. Depois ... calai-vos.
O monstro que a tortura é... *o Progresso!*
mas falso, mas ilúcido progresso,
que nos deslumbra e arrasta, e é só... vertigem!

O prólogo do *«Poema do Coração»* a que Lourenço Vaz deu o já referido título de *«Confissão ingénua»*, não resistimos à tentação de o transcrever na íntegra, pois nele se reflecte a alma nobilíssima e boa do nosso poeta.

Eis o que ele nos diz, num rasgo da mais tocante sinceridade:

«Era justo que o *povo,* que tanto trabalha e sofre, tivesse também um dia o seu poema.

Aí vai, pois o — *Poema do Coração* —, que os pobres podem chamar seu; porque para os lastimar foi quase exclusivamente escrito por quem se honra em ter nascido filho do povo, e quem, se como ele não tem suportado todas as fadigas e arrostado as intempéries de todas as estações e climas, nem por isso tem sido jamais ocioso, e, sobretudo, tem como ele — e não é raro por ele e com ele — de toda a maneira sofrido!

Brotou do coração à vista de males que descreve, ao som de gemidos da miséria que lamenta: é, portanto singelo como a verdade, sentido às vezes como a própria dor!

Dirão também que é rude a linguagem, defeituosa a composição...

Concordo. Não podia deixar de ser assim. Foi uma das primeiras produções de uma inteligência vulgaríssima, à qual escassearam, pouco menos que inteiramente, mestres e livros, estímulos e convivência neste género ilustrada, socego de espírito, saúde vigorosa, e brilhantes esperanças no horizonte.

Não há confissão mais leal e ingénua.

Baptizada foi esta humílima obra com o nome de «Poema do Coração», porque dele é que a ternura dimana, é nele que tem a sua augusta sede, imprime-lhe os seus mais nobres impulsos, domina-o com o seu benéfico influxo, edulçora-o com a sua mais mimosa suavidade, excita-o com a sua mais nervosa eloquência, dá-lhe a santificação em paga da sua origem, por ele opera, com ele se consubstancia. Conhece-se claramente na veemência das pulsações que o agitam, e no ardor com que afogueia o sangue

aviventando-lhe a circulação, cujo orgão precípuo a fisiologia o proclama. Tudo quanto for concernente à *ternura* refere-se, desde logo e por natureza, ao *coração.*

E os meus versos pouco mais são do que alguns gritos sinceros e compassivos; são a voz íntima da ternura a pró da máxima porção da humanidade angustiosa. Eis por consequência justificado o título desta obscura parte do volume.

Se também pudesse ser absolvida a audácia deste empreendimento!...

E porque não!?...

Desculpar as faltas com benevolência a quem nem de leve ostenta vaidades — era talvez um dever que eu poderia exigir, mas que antes prefiro com submissão implorar.

A intenção e o assunto são respeitáveis. À sombra deles me acolho. O povo cuja causa advogo, me defenderá à sua vez. Confio na sua gratidão. Ele, que labuta como se vê... e não se rebela contra os que o amesquinham, tomará o partido de quem por ele padeceu e velou. Isso me basta.

Em remate: o povo, na sua imensa maioria não é ainda, por infelicidade, convenientemente esclarecido para que possa condenar-me os erros, é em compensação assaz generoso, na sua totalidade, para que se digne aceitar uma oferenda, apesar de que a censura lhe apregoe o demérito.

Com isso conto. Isso me anima. Por isso o meu poema lhe dedico, e o favor que me liberalizar... com o mais extremo afecto lhe agradeço.»

Lourenço Vaz extremamente sensibilizado com os sofrimentos e amarguras do povo seu irmão, dirigia-lhe estas sentidas palavras, num assomo do mais

biblRIA

puro e convicto amor fraterno; mas o povo não o compreendeu, simplesmente porque ...não sabia ler.

E foi certamente por isso que a obra do sincero e bondoso poeta ficou quase de todo ignorada, e a *máxima porção da humanidade angustiosa* continuou, como ainda infelizmente continua, a caminhar para o seu calvário de martírio e dor.

Deixando, porém, estas considerações, que, pela sua complexidade, alongariam demasiado o nosso trabalho, prossigamos na simples apreciação do poema de Lourenço Vaz.

O assunto do «Ashaverus», que é a última parte das «Fases do Progresso» está claramente expresso na *Elucidação Prévia* que o precede: «*É a luta porfiada entre o talento consciencioso, e a espada sanguinária, e o ouro corruptor, tendo por fim e alvo — a conquista da glória.*»

«*Ashaverus*» é uma produção alegórica, filosófica e altamente moralizadora, que nos parece a mais bem tratada de todo o poema. Nela figuram diversas personagens alegóricas, às quais o poeta atribue qualidades de carácter perfeitamente definidas. Assim, *Ashaverus* personifica o talento; *Sertório,* representa o predomínio militar que tiraniza o mundo; *Brazílio,* figura o ouro, *quase sempre mal adquirido, que seduz e perverte, mais do que nunca, as gerações hodiernas; Mundana,* que em si incorpora vários desregramentos da humanidade e, finalmente, a *Glória,* que aspira à suprema e sublime conquista do talento consciencioso.

O poeta, num indignado grito de revolta, protesta enérgicamente, pela boca de «Ashaverus», contra o obscurantismo social que tem pretendido conferir a glória ao espírito guerreiro e ao predomínio

do oiro. Para bem se avaliar da energia desse protesto, transcrevemos entre outras, e quase ao acaso, esta passagem do poema:

.....

— «Porque te arrogas tu, ladrão desvanecido,
Os dotes que não tens? Quem mais que tu, bandido,
tens vítimas causado? a fome e desfortuna
disseminado a esmo? o inextiguível choro
dos olhos arrancado? a dor mais importuna
nos seios entalhado?! É teu indigno foro: —
fanar, e destruir! — Que venham, que me impugnem,
aqui, perante nós, milhões de desgraçados
que foram da penúria ao pego arremessados,
por ti, por ninguém mais! Escuta! Não descores.
O vício não se altera. Eu vou cauterizar-te
a chaga da ignomínia. Em pé! Não te apavores.
É feia a impostura. Eu vou desmascarar-te,
homem sem fé!... sem brio!... Eu vou no teu sudário,
imundo como ele é, com nauseas e arrepio
mexer... amortalhar-te, algoz sem poderio
nas almas de eleição! Brazílio! toda a gente
vai da opulência tua a negregada história,
de sobra, em um resumo... altiloquo... estridente,
de um lance conhecer. Ó minha pura Glória!
atende! exulta, amor! é vinda a tua vingança.»

Não respirou ninguém. Com dupla autoridade,
sisudo, prossegui... torcendo-o sem piedade:

— «Da tua malvadez mil provas inegáveis
aos séculos proclama a tua biografia

Brazílio famulento! Em culpas inarráveis
ninguém te sobrepuja: indiscrição seria,
qual delas mais atroz, seu número infalível
supor e descrever! Quem mais que tu, nefando,
tem deprimido o mundo... as leis atropelando?
Que míseros sem conta expulsas do casebre,
ganhado com suor?... e os deixas sem abrigo?
A quantos, deixas tu, ardidos pela febre,
sem manta nem enxerga, expostos ao perigo
de horrível perecer? A quantos, pelas ruas
às portas mendigando, aflitos arremessas?
A quantos, em covis, por burgos e travessas,
sorvendo exalações malignas, encurralas?
A quantos deixas tu, sem a andrajosa veste?
sem fétida camisa? — as únicas das galas
havidas do trabalho, angustioso, agreste? —
A quantos, mirras tu a sorte de seus filhos?
A quantas virgens pões na senda conspurcada
da atríssima desonra, infrene e descarada?
Quantos, soterras tu nas minas pedregosas?...
nos imos do oceano?... em regiões alheias?
Quantos, defecas tu em lidas pressurosas?
A quantos, de arcabuz pelos sertões semeias?
A quantos, na espelunca, horrível, aglomeras?
Que lírios virginais tu ceifas... e desbotas!
Que leitos conjugais inquinas... e amarrotas!
Que lindos himeneus estorvas... e desfazes!
Que amigos, desde a escola, azedas... e separas!
Que belas propensões tu frustras, em rapazes
de exímio pundonor! Que espelhos não preparas
de luto... e de tristeza... à roda das famílias!
És tu... que este universo aviltas... e degradas!...
carregas os canhões! afias as espadas!
Quem, mais que tu, na terra, assola... e prejudica?

biblRIA

Quem mais que tu, sem dó, inquieta... e assassina?
Quem, mais que tu, desgosta... assanha... e prevarica?
Quem, mais mortais, que tu, sufoca... e extermina?
Quem é, senão, só tu, Brazílio celerado!
que os cárceres povoas?... enfia nas grilhetas
bondosos cidadãos? Virtude, a que arremetas,
em crime degenera! Os códigos quebrantas!
Subornas tribunais! Enervas os juízes!
Ofuscas o fulgor de consciências santas!
Arrastas ao perjúrio! Ás levas — infelizes!!! —
milhões de teus irmãos atiras ao mercado!...
Tu és um ente vil!... São teus brazões — a usura! —
— a corrupção! — o ardil! — o roubo! — a escravatura!!!» —

.....

A indignação de *Ashaverus* perante a sanguinária tirania das armas, o inexorável predomínio do ouro e os dissolventes prejuízos da imoralidade, atinge, por vezes, as proporções de uma luta verdadeiramente titânica. Ele vai, certamente triunfar dos seus inimigos e conquistar, enfim, a sempre apetecida e ardentemente ambicionada glória que há tanto tempo buscava, no seu constante peregrinar...

Mas tal conquista — oh! dôr suprema e suprema desventura! — é mais uma triste e amarga desilusão para *Ashaverus* que, precisamente no maior auge da grande luta que travara, e quando, como ele próprio diz, já *de todo ao peito comprimia* a ideal virgem dos seus dourados sonhos, vê que os seus cruéis e barbados inimigos violentamente lha arrebatam, deixando mais uma vez a justiça e a consciência suplantadas pelo direito da força!

O denodado campeão, como que fulminado, vacila, cai, desfalece; e quando desperta do terrível e doloroso pesadêlo, ainda ouve ao longe, por entre o cínico gargalhar dos seus desumanos antagonistas, estas palavras de pugentíssimo escárneo:

«Caminha! Pensa! Estuda! Esforça-te! Trabalha!
«Caminha! que o teu prémio... é loisa sem mortalha!»

Que importa, porém o sarcástico insulto tão crua e vilmente arremessado à face de *Ashaverus,* se nele não pode morrer a fé jurada pelo sublime ideal de toda a sua vida de heroica e martirizante luta?

A esperança ainda subsiste; a coragem parece reanimá-lo; e assim é que de cabeça erguida continua caminhando...

«... Lá foi por auge de tortura
para cumprir talvez a imorredoira jura,
seu giro amargurado afoito percorrer
em busca do seu anjo — o anjo que a memória
e o peito lhe domina!... seu fanal!... a Glória!...»

Lá foi... mas dessa hora em diante bem curta se tornou a sua peregrinação. Se é certo que o espírito e a vontade do apóstolo estavam prontos para sofrer as mais fundas agonias no seu Gethsemani de martírio e dor em prol dos seus irmãos oprimidos e desgraçados, não menos certo é que o frágil invólucro desse alto espírito dessa férrea e indomável vontade sentiu a natural fraqueza precursora do aniquilamento, que é a eterna condenação de todo o ser humano.

A glória de *Ashaverus,* que outro não era senão o desventurado poeta, toda se resumiu, alfim, nuns

tristes e mesquinhos sete palmos de terra, da cabeça aos pés...

Lourenço Vaz morreu. A ingratidão dos homens aniquilou-o, talvez prematuramente. Que muito é que o seu nome seja hoje lembrado, para que inteira justiça seja feita à sua obra de verdadeira fraternidade humana?

Deixando aqui ligeiramente esboçada a história das «*Fases do Progresso*» cremos ter dado simultâneamente uma ideia, tanto quanto possível exacta, do caracter do seu autor.

Era Lourenço Vaz demasiado sentimental? anacrónico em parte das suas produções? muitas vezes monótono até à melancolia? Sim, concordamos que esses defeitos lhe possam e mesmo devam ser apontados; mas connosco hão-de certamente concordar todos aqueles que já leram ou venham ainda a ler a sua obra, que ele era, que ele indubitàvelmente foi uma alma de eleição, sempre aberta a todos os bons e nobres sentimentos de humanidade e, no fundo, um verdadeiro poeta.

DIÁRIA

Esquece-lo, pois, entre o número dos nossos conterrâneos que se dedicaram às letras e à cruzada do bem seria, senão um crime voluntário, pelo menos uma condenável ingratidão.

* * *

Lourenço Vaz, antes de fazer editar as «*Fases do Progresso*» (1881), já havia iniciado a publicação do «*Ashaverus*» no semanário de literatura, ciências e recreio «A Voz do Douro» (1871) de que era colaborador, juntamente com outros homens de letras de reconhecido merecimento, como o Dr. Pedro Augusto

Ferreira, Dr. Adriano Antero de Sousa Pinto, A. S. d'Azevedo de Pinho Leal, João Penha, etc.

A referida publicação não foi, porém, até final, porque aquele instrutivo semanário teve, infelizmente, curta duração, conforme já o dissemos na nota da pág. 127 relativa a biografia do Dr. João Frederico Teixeira de Pinho.

As poesias inéditas de Lourenço Vaz, ou ainda as publicadas em diversos periódicos, são numerosas, mas tão dispersas andam que, com bem pesar nosso, não temos podido coligi-las.

Algumas que possuímos, como sejam os «*Espinhos da minha coroa*» recitada pelo autor no antigo Teatro Ovarense na noite de 25 de Maio de 1865; «*O artista*», recitado no mesmo teatro e no de Vila da Feira em 1866; «*Quem viva?*» oferecida a Francisco Baptista d'Almeida Pereira Zagalo; «Reflexões de um crente» e «Pureza com máculas», esta última oferecida a João Oliveira Ramos e ambas publicadas em folhetim no jornal portuense «*Primeiro de Janeiro*» com as datas, respectivamente, de Março de 1874 e Novembro de 1878, são outros tantos documentos reveladores do talento poético e dos nobres e humanitários sentimentos de Lourenço Vaz.

Destas poesias que citamos, não podemos, contudo, deixar de transcrever a penúltima, que já no seu tempo foi considerada como uma das suas melhores produções.

Ei-la:

biblRIA

REFLEXÕES DUM CRENTE

Sic luceat lux vestra coram hominibus, ut videant opera vestra bona, et glorificent Patrem vestrum, qui in cælis est.

S. Mateus — Cap. V.

Como era augusta e bendita
rica de paz e de amor,
tua missão, ó Levita,
ministro do Redentor!
Divina voz que não erra
não te chamou sal da terra,
foco incessante de luz?...
Não és tu, pelo Evangelho,
sucessor do exímio Velho,
nobre herdeiro de Jesus?...

Partindo à sombra da igreja
os doces bens eternais,
sorrindo após a peleja
contra os ímpios vendavais,
lançando ao mundo as doutrinas
como feixes de boninas
do olor mais grato e subtil...
eras símb'lo da ventura
cingido de aureola pura,
aurora em manhã de abril!

Pastor de fido rebanho,
por filhos tendo os cristãos,

biblRIA

pondo no Céu todo o ganho,
toda a mira em teus irmãos,
à pobreza dando esmola
ao ignaro abrindo a escola
vestindo os nus com prazer...
eras lírio em campo rude,
bela imagem da virtude,
safira a resplandecer!

A virgem frágil sustendo
junto ao abismo fatal,
nos cirros d'alma vertendo
o filtro celestial,
levando ao *horto* alegrias,
o consolar às enxovias,
refreando vis paixões...
eras o Arcanjo na essência,
a efígie da Providência
o paladio das nações!
Aqui... orando no ermo
do vivo e morto por bem,
velando por triste enfermo
no fraco tugúrio... além,
escudo oposto aos vexames,
seguindo em tudo os ditames
da consciência boa e sã...
eras da glória o exemplo
forte coluna do templo,
da Fé palmeira louçã!

Guiando o cego ao arroio,
o jovem à candidez,
sendo ao inválido o apoio,
confortando a viuvez,

biblRIA

protegendo a orfandade,
embebida em caridade,
da moral zelando a lei...
eras o Apostolo santo,
dos homens o pio encanto,
maior que o mais grande rei!

Como era augusta e bendita,
rica de paz e de amor,
tua missão ó Levita,
ministro do Salvador!
Combatendo a iniquidade,
impelindo a Liberdade,
em nome do Trino-Deus...
eras da pátria o esteio,
da família o mago enleio...
todos nós soldados teus!

---

bibRIA

Não te comove, ó padre! a bela perspectiva
dos gozos imortais que desparzir puderas?...
Não quererás ser, pois, essa figura altiva
que no ideal rebrilha?... Ó padre! porque esperas?!

Deixa a volúpia indigna, essa ambição do ouro,
teu doido carnaval, tua perpétua orgia:
inspirem-te, o mandato, os bens de que és tesouro;
e serve-nos de amparo, incitador, e guia.

Esqueces, porventura, a estola que envergaste?...
O que ela significa?... o que ela pode e alcança?...
Retira-a, duma vez, do lodo a que a arrojaste;
na via afectuosa eleva a Cruz e... avança!

Não permaneças mais na torva impudicícia,
no apego mundanal que te deslustra a c'roa...
Que a Hostia Consagrada — a angélica delícia! —
nos regenere a vida... Oh, padre!... o tempo vôa!

Reerga-se este Lázaro da tumba,
aonde o vício, a perversão o chumba;
resurja com fulgor!
O grave sacerdócio é-nos preciso!
Cristãos! ele conduz ao paraíso!...
Roguemos ao Senhor!

Ressuscite, abraçado ao ministério
que lhe outorgou o Espírito-Mistério!
e ocultem-se-lhe as mãos!
Pratique o padre os sólidos preceitos,
e votem-se-lhe os máximos respeitos,
De joelhos, Cristãos!...

biblRIA

Clareza na exposição, harmonia e ritmo na forma, dedução rigorosa na contextura e verdade no conceito, tudo isso se encontra nesta bela poesia que o acaso, pode assim dizer-se, nos trouxe às mãos. Ela é ao mesmo tempo bálsamo consolador e látego pungente; profissão de fé de um verdadeiro crente e grito de revolta de uma consciência impoluta; condenação do mal e incitamento ao bem: — ela é, enfim, uma lição da mais pura e sã moral.

E como as «*Reflexões dum crente*» quantas outras poesias de Lourenço Vaz existirão dispersas e abandonadas, ou se poderão considerar como totalmente perdidas!

Chega a causar a mais profunda mágoa a indiferença a que se votou a sua obra!

De resto, que muito é que essa indiferença ainda hoje exista, se ela infelizmente já se havia feito sentir em vida do próprio poeta, e de tal forma, que o feriu de morte em pleno coração?

Lourenço Vaz, animado e mesmo instigado pelo nosso imortal Castilho (1) a prosseguir nos seus trabalhos literários, era desprezado e até acerbamente criticado por quem deveria constituir-se na obrigação moral de lhe incutir coragem para maiores empreendimentos, auxiliando-o na cruzada do bem que tão generosamente iniciara.

É doloroso constatar este facto, mas ele chega a ser vulgar em circunstâncias idênticas, pois escrito está que *ninguém é profeta na sua terra...*

A 24 de Maio de 1883, exalava Lourenço Vaz o último alento, quase inteiramente abandonado de tudo e de todos, para dentro em pouco ser também de todos esquecido.

Ele vira caír por terra, desfeita no pó da cruel indiferença dos homens, toda a sua obra de paz e de amor em defeza dos humildes; e foi nessa hora terrível de profundíssimo desânimo que o seu grande coração, tantas vezes agitado pelos mais nobres sentimentos de humanidade, deixou de pulsar para sempre.

---

(1) Lourenço Maria de Oliveira Vaz, desejando sujeitar as suas produções à apreciação de um dos maiores vultos literários do seu tempo, foi propositadamente a Lisboa apresentar-se a António Feliciano de Castilho, que amàvelmente o recebeu e o incitou a prosseguir nos seus trabalhos poéticos. Não podemos precisar com exactidão a época em que este facto se deu, mas absolutamente garantimos a sua veracidade.

Pobre e desventurado poeta! Que estas sinceras palavras que o coração nos ditou e aí ficam para relembrar o teu nome e a tua obra, sejam como que um lenitivo, não já para ti, que sucumbiste ao peso do mais cruciante martírio, mas para a ingratidão daqueles que tão impiedosamente te olvidaram.

Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa

Se um dia houver de ser feita, como justo é que se faça, a história política da nossa terra, sem que a parcialidade ou o facciosismo possam manchar as suas páginas, alterando a verdade dos factos, verificar-se-á que entre os vultos políticos de Ovar, de todos os tempos e de todas as facções, apenas um até hoje conseguiu, como tal, e de um modo assaz invulgar, impor-se à consideração pública. E esse foi — cremos poder afirmá-lo sem receio de desmentido — o Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa.

Conquistando inúmeros e apaixonados admiradores, que sempre dedicada e lealmente o acompanharam durante toda a sua carreira política, pode bem dizer-se que ele era um chefe político como raros o sabem ser. E porque realmente o foi, não se afastando jamais, por conveniência ou interesse próprio, do seu caminho de honra firmemente traçado e conscientemente percorrido, contra si viu arvorar-se a inveja, que muitas vezes se transformou em fundos ódios e lamentáveis calúnias.

Que importam, porém, as amarguras sofridas, quando se tem a consciência do dever cumprido?

«Quão grande é o número dos que te admiram, tão grande é o número dos que te invejam» — já o dizia Séneca.

Vamos, pois, falar de um homem de quem com toda a verdade e justiça se pode dizer que, tendo nascido para a política, na política longos anos viveu e ainda nela e por amor dela morreu, já em nossos dias, honrando-a sempre e deixando de honrada memória.

E como foi possível — porque o foi! — que esse homem não conspurcasse o seu caracter, não atraiçoasse os seus princípios, nem tão pouco se arredasse do caminho da rectidão e do dever que a si próprio se traçou?

Como conseguiu esse homem — porque o conseguiu! — aliar sempre à sua grande e famosa intransigência política a prática das mais generosas, altruístas e valiosas acções que tanto enalteceram e nobilitaram o seu nome?

Dum modo bem simples, mas que sòmente é apanágio de raros políticos: — sendo um homem de bem, na mais lata e verdadeira acepção da palavra!

«Eu para mim não quero nada;» — quantas vezes ele o dizia! E essa pequena mas bem significativa frase, que tantas vezes lhe ouvimos, resumia, por assim dizer, todas as virtudes que exornavam o seu carácter e que tornavam grande e respeitada a sua personalidade não só entre os seus conterrâneos, como em todo o distrito de Aveiro, e ainda em outros pontos do país aonde chegava a sua notável influência.

Sim, era bem certo que ele não queria, não pretendia nada para si, mas tão sòmente para a sua

biblRIA

terra natal e para os conterrâneos seus amigos, sendo ainda certo que todo o bem que para estes apetecia, não o regateava para os seus próprios inimigos políticos, *contanto que fossem filhos de Ovar.*

É que o Dr. Manuel Arala era um político bem diferente dos muitos que já no seu tempo se conheciam como pouco escrupulosos, e dos que ainda hoje infelizmente os imitam, sacrificando o bem colectivo ao interesse próprio.

Albano de Mello, um dos maiores, mais dedicados e generosos filhos de Águeda, pela sua boca nobremente o declarou na sessão da Câmara dos Deputados de 30 de Abril de 1901, em que se comemorava o passamento do Dr. Manuel Arala, de quem era adversário político. Ouçamos o seu insuspeito testemunho:

> «..... Arala e Costa foi um partidário ardente mas leal. Pertenceu sempre ao partido regenerador. A sua terra deve-lhe importantes serviços. Foi um adversário; defrontou-se sempre com ele nas lutas políticas em Ovar; mas encontrou-o sempre um carácter desinteressado e leal. Quer como deputado, quer como presidente do município de Ovar, prestou àquela terra, que era a sua, importantíssimos serviços, e ele, orador, apesar de seu adversário político, é muito sentidamente que, em seu nome e da minoria progressista, se associa ao voto de sentimento proposto pelo sr. Albino Moreira.» (1)

(1) Então deputado por Ovar.

«*Encontrara-o sempre um carácter desinteressado e leal*» — eis tudo.

O Dr. Albano de Mello, honrando-se com a declaração que expontâneamente fizera no parlamento, ditada pela sua consciência de homem superior e espírito ilustrado, altamente honrava o Dr. Manuel Arala, seu adversário político, a cuja memória tributava a mais sincera e leal homenagem.

Albano de Mello, homem de consciência e de honra, reconhecendo os altos méritos daquele a quem rendia os mais insuspeitos elogios, sentia que do Além vinham tocar o seu generoso coração aquelas sentenciosas palavras dum célebre prelado francês: (1)

> Laissons aux enemis le soin de notre gloire
> il faudra que pour leur honneur
> ils fassent dans leur propre histoire
> l'éloge de notre valeur.

biblRIA

O Dr. Jaime de Magalhães Lima, distinto publicista, antigo deputado da Nação e chefe do partido regenerador de Aveiro, comemorando a morte do ilustre filho de Ovar, escrevia as seguintes palavras ditadas pelo seu diamantino coração e pela sua consciência sempre aberta à luz da justiça e da verdade:

> « ..... Porque, em verdade, dele podemos afirmar, sem a menor cegueira partidária, que foi realmente um político; conheceu a arte de governar os

(1) Nicolas Pavillon (1597-1677).

homens e administrar as coisas publicas, e praticou-a com um ressaltado que é o melhor testemunho da sua capacidade e com uma isenção e uma honradês que é e será sempre a melhor coroa de quem serve a sua terra e o seu país.» (1)

Palavras profundamente verdadeiras e justas são essas que aí ficam transcritas! O Dr. Manuel Arala foi, incontestàvelmente, um chefe político como raros se encontram, e um administrador do seu município que de si e dos seus actos deixou memória imperecível.

O extremado zêlo, sacrifícios e constantes cuidados que generosamente dispensava à administração dos bens municipais da terra que lhe foi berço, chegaram a atingir as proporções do fanatismo e a firmar-se na maior e mais irredutível intransigência que, todavia, nunca deixou de ser digna e respeitável. E os seus conterrâneos e administrados não só não lhe levavam a mal essa intransigência, como, pelo contrário, lha louvavam e aplaudiam porque bem certos estavam de que *ele para si não queria nada* e sòmente trabalhava para o bem da sua querida Ovar.

É, pois, bem certo que a «*isenção e a honradez são, realmente, a melhor coroa de quem serve a sua terra e o seu país*».

Mas a sua inconcussa honestidade não ressaltava ùnicamente dessa frase bem característica e intencional — «*eu para mim não quero nada*». Como que

(1) Do semanário de Ovar A DISCUSSÃO de 5 de Maio de 1901.

ampliando-a, o Dr. Manuel Arala nunca permitiu que outros quizessem para si o que de direito e legalmente lhes não pertencia. Foi, sobretudo, esta rara qualidade de dirigente político e administrador, que o colocou num plano superior ao de alguns homens políticos do seu tempo que, embora se não locupletassem à custa das receitas públicas, deixaram, contudo, que outros o fizessem. Esses políticos ficavam em paz com a sua consciência, desde que o produto das imoralidades não fosse para si...

Ora toda a vida pública do Dr. Manuel Arala foi, pode bem dizer-se, um contínuo e enérgico protesto contra maus e dissolventes processos de administração capciosamente acobertados pela *conveniência* política, pois jamais consentiu que outros explorassem, à sua sombra, os réditos do município que tão zelosamente administrava. E foi esse um dos seus mais altos merecimentos.

Se alguns defeitos teve como político, porque os teve, arredados andaram sempre dos deveres da honra que dão ao homem o melhor, o mais nobre e o mais elogioso título que se pode conquistar: — o de homem de bem. Pois esse título o conquistou ele ainda hoje não há, nem haverá jamais quem, conscientemente, o possa regatear à sua memória.

Mas liguemos, tanto quanto possível, e sempre com a maior verdade e imparcialidade, os factos que devem constituir a biografia do Dr. Manuel Arala, para que deles possa ressaltar em toda a sua plenitude e clara evidência a grande e nobre figura de um dos mais notáveis filhos de Ovar que até hoje conhecemos.

Filho de Manuel de Oliveira Arala, major de milícias, e de D. Ana Caetana do Bom Sucesso, nasceu o Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa na vila de Ovar aos 25 de Março de 1829.

Tendo cursado preparatórios na cidade de Coimbra, entrou aos 15 anos na Universidade, onde se matriculou na Faculdade de Direito, que cursou com distinção. Forçado, porém, a interromper os seus estudos no 4.º ano, por motivo de grave doença, só em 1851 concluiu a formatura, contando então 22 anos de idade.

Regressando a Ovar, desde logo começou a interessar-se pelos negócios da política local, com o firme e louvável propósito de poder ser útil à sua terra pugnando pelo seu desenvolvimento.

Para atingir, porém, o seu objectivo, faltava-lhe, a esse tempo, a necessária influência, como ele próprio franca e lealmente o confessava. Se era certo que já então podia contar com a simpatia pessoal de muitos dos seus conterrâneos, não menos certo foi ter a sua ponderação evitado que essa circunstância precipitadamente o arrastasse para o campo da política, ordinàriamente ingrato e até prejudicial para aqueles que desacauteladamente o trilham, na insofrida ambição de uma prematura glória.

Pondo de parte loucos entusiasmos e vaidosos assomos de fictício valor, o Dr. Manuel Arala bem antevia que a influência é, em política, condição indispensável para o seguro êxito de todos os empreendimentos que dela dependam; e essa ainda não a tinha ele conquistado de forma a poder servir-lhe de sólida base para os seus largos planos de futuro.

Por isso mesmo é que ainda em 1859 se conservava estranho a qualquer partido político, não

deixando, contudo, de prestar o seu esforço e valimento meramente pessoais e dos seus amigos a diversos assuntos que com a política local se relacionavam; e assim foi que no referido ano trabalhou denodadamente pela candidatura de seu primo Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do Visconde de Ovar, que depois veio a ser, durante longos anos par do reino e Conselheiro-Director Geral do Ministério da Marinha e Ultramar. Era então administrador do concelho de Ovar o Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa.

Novo ainda, mas já bastante conhecedor do meio em que vivia, e praticando actos em que o desprendimento pessoal, a honradez e a independência de carácter se davam as mãos, estava naturalmente indicado para chefe dum partido. A sua individualidade deixara de ser indiferente ao meio, e tanto assim que, apesar do seu afastamento de qualquer grupo partidário, já em 1862 se derimiam questões e feriam lutas de carácter político, em que o seu nome figurava, e cuja importância e gravidade faziam prever, de futuro, violentos embates na vida política local. Para comprovar a exaltação de ânimos que já nesse tempo existia, bastará citar, entre outros, o seguinte facto:

A Câmara Municipal de então difamara em *papéis públicos* os Doutores Aralas (1) e estes, em legítima defesa, desfazendo a acusação, por sua vez

(1) O Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa tinha três irmãos que, como ele, eram formados em Direito pela Universidade de Coimbra, a saber: — Dr. Francisco de Oliveira Arala, formado em 1840-1841 e falecido em 1850; Dr. José Maria de Oliveira Arala, formado em 1841-1842 e falecido em 1847 e Dr. Domingos Manuel de Oliveira

acusaram pùblicamente a mesma Câmara de várias irregularidades, o que deu lugar a que todos os seus membros fossem julgados em polícia correccional perante o juiz de direito da Comarca de Aveiro e condenados em seis dias de prisão, que vieram cumprir para as cadeias da vila de Ovar. O julgamento realizou-se em 10 de Dezembro do referido ano de 1862 e a sentença condenatória começou a ser cumprida no dia imediato. Tudo isto consta dum curioso manuscrito que possuímos e no qual se mencionam vários factos passados em Ovar em diferentes épocas.

Estes e outros acontecimentos obrigaram o Dr. Manuel Arala a definir, polìticamente a sua situação.

Filiando-se no partido *reformista,* de que era chefe o célebre bispo de Viseu, D. António Alves Martins, nele se conservou até ao pacto da Granja (1875) que deu lugar à fusão daquele partido com o *histórico,* chefiado pelo Duque de Loulé. Entendendo, porém, como muitos outros políticos que pertenciam ao *partido reformista* que não devia aderir àquele pacto, filiou-se no partido *regenerador,* de que era

biblRIA

Arala, formado em 1843-1844, que veio a falecer em 23 de Agosto de 1898. Eram, portanto, vivos à data do acontecimento que acima relatamos, apenas o Dr. Manuel e o Dr. Domingos. Este último, venerando e benquisto cidadão, a todos os respeitos digno e altamente considerado, desempenhou um papel importante na política de Ovar, já pela grande influência de que dispunha, já pelos cargos públicos que serviu. Acompanhando sempre seu irmão no partido regenerador, exerceu por diversas vezes o lugar de administrador do concelho; e foi tal o seu modo de proceder tanto na vida pública como na particular, que a todos, incluindo os seus próprios inimigos políticos, a sua rigidez de carácter, frisantemente se impunha. Foi, enfim, um grande homem de bem, que de si e dos seus actos deixou honrada e saudosa memória.

chefe o notável estadista António Maria de Fontes Pereira de Melo, de quem foi grande e dedicado amigo, e nesse partido se conservou e por ele sincera e intransigentemente combateu, sempre com a maior lealdade e dedicação até ao fim da vida, não obstante as grandes decepções e desalentos que sentiu nos derradeiros anos da sua existência, em virtude da dissolvente orientação seguida pelos últimos governos da monarquia.

Mas retrocedamos um pouco, afim de não nos afastarmos demasiado da sequência dos factos.

O advento do Dr. Manuel Arala na política, a sua verdadeira entrada nas pugnas partidárias que lhe abriram as portas da popularidade e da influência que, mais tarde, haviam de atingir extraordinárias proporções, data de 1865.

Um dos homens de maior preponderância política em Ovar era, nesse tempo, o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, que se filiara no partido *histórico* e a quem já largamente nos referimos. A sua posição social e o seu talento tinham-lhe criado uma situação de destaque entre os seus correligionários, a ponto de nada se fazer, polìticamente, sem que o seu conselho fosse ouvido; mas uma simples deliberação de carácter administrativo, que o povo julgou, além de inoportuna, prejudicial às suas regalias, fez com que, à maneira das mutações cénicas de teatro, tudo se transformasse, quase repentinamente, na política local.

A Câmara Municipal de Ovar de então, presidida por João de Castro Corte Real (1) lembrou-se de vender a Mata Municipal, logradouro comum, vul-

(1) João de Castro Corte Real, descendente de uma família

garmente denominado «*Estrumada*», sem atentar na ofensa directa aos legítimos direitos do povo e às disposições legais que a essa resolução se opunham por uma forma terminante. Tal deliberação, por isso, foi recebida pelo povo de um modo assaz ostensivo, logo que dela teve conhecimento.

Com efeito, a venda da «*Estrumada*», embora houvesse de ser feita por diversas vezes e em grandes *talhões*, segundo a Câmara afirmava, era, pois, uma medida que ia de encontro não só à vontade popular, ciosa das suas regalias, como ainda às leis existentes sobre a arborização das dunas e regime florestal; e o facto daquela corporação insistir no seu propósito, sem atentar na viva oposição que lhe era feita, ainda mais irritou os ânimos.

Ora foi precisamente nesta conjuntura que o Dr. Manuel Arala, colocando-se à frente do povo, se apresentou na própria Mata protestando contra a alienação projectada que, por esse motivo, não foi por diante. O povo aclamou-o, considerando-o como seu defensor, e daí data a sua popularidade.

Deu-se este facto em 27 de Julho de 1865.

---

ilustre, não era natural de Ovar, bem como os seus progenitores, mas aqui residiu talvez a maior parte da sua vida, constituindo família e falecendo aos 13 de Novembro de 1865. Como presidente da Câmara prestou vários benefícios ao município de Ovar, concorrendo para a realização de alguns melhoramentos locais. As amarguras que sofreu durante a sua vida pública, talvez erradamente se tenham atribuído apenas aos seus adversários políticos, porquanto a nosso ver, e segundo opiniões mais autorizadas do que a nossa, antes as deveu, na maior parte, a um certo número de indivíduos que o rodeavam, e que imprudentemente o incitaram a persistir na ideia da alienação da Mata Municipal, o que, politicamente, o despopularizou.

Nesse mesmo ano, com o acesso ao poder do partido *histórico,* que depois se denominou *progressista,* foi demitido o Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa do lugar de administrador do concelho e nomeado, para o substituir, o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, que já então polìticamente perdera bastante no conceito público, sòmente por não contrariar, como bem o poderia ter feito, a resolução da Câmara, dada a preponderância que, como dirigente político, sobre esta exercia. Se assim procedesse teria, sem dúvida, evitado a sua própria queda política e poupado João de Castro, de quem era amigo devotado, a um dos maiores desgostos da sua vida.

O Dr. Francisco Cunha, após a sua demissão, uniu-se ao Dr. Manuel Arala com todos os elementos políticos de que dispunha, aumentando-lhe assim o prestígio e concorrendo para que, da luta camarária que então se feriu, ele saísse plenamente vitorioso.

Assumindo pela primeira vez a presidência da Câmara em Janeiro de 1866, nela se conservou ininterruptamente o Dr. Manuel Arala até 1887, prestando a Ovar os mais altos benefícios.

A administração municipal, durante esse longo período de tempo, foi verdadeiramente exemplar, pois a par dos constantes e importantíssimos melhoramentos a que se procedia, cuidadosamente se olhava pela economia dos réditos municipais.

Por isso, a essa administração inteligente, honestíssima e zelosa em extremo, que pode ser igualada, mas nunca excedida, há-de ficar eterna a honradamente vinculado o nome do Dr. Manuel Oliveira Arala e Costa.

A sua acção como deputado começou em 1868. Em Março desse ano, quando o círculo eleitoral

de Ovar era formado por este concelho e pelo de Estarreja, foi eleito pela primeira vez deputado às cortes, como *reformista,* e em oposição ao candidato governamental João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que depois foi general, cuja candidatura era apoiada por José da Costa Sousa Pinto Basto, natural de Oliveira de Azeméis, grande e honrado liberal com larga folha de serviços à causa do constitucionalismo, e mais tarde par do reino, que chegou a dispor de uma notável influência no distrito de Aveiro.

Em 1870 voltou a ser eleito também pela oposição, e na legislatura seguinte, ainda como *reformista,* apoiou a candidatura por aquele círculo do Dr. Manuel Marques Pires, abade de Válega.

Já filiado no partido regenerador, fez eleger por duas vezes pelo referido círculo seu primo, José Frederico Pereira da Costa (1), sendo daí em diante ele próprio nosso representante em cortes em todas as legislaturas, quer como governamental quer como oposicionista, até 15 de Fevereiro de 1886, data em que o ministério regenerador, presidido por Fontes Pereira de Melo, pedindo a demissão, deu lugar à chamada aos conselhos da coroa do primeiro ministério presidido por José Luciano de Castro.

biblRIA

(1) Era filho do Visconde de Ovar e irmão do Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva a quem já nos referimos. Nasceu na cidade de Faro, quando seu pai aí se encontrava no desempenho duma missão militar. Foi comandante da Escola Prática do artilharia em Vendas Novas, Chefe de Estado Maior, Comandante da Escola do Exército, Director Geral da Secretaria da Guerra, General de Divisão, Ajudante de Campo honorário de El-Rei e, finalmente, Presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, lugar que desempenhou até ao fim de sua vida, apesar de reformado, em harmonia com a disposição do respectivo Código de 13 de Maio de 1896.

Ora uma das maiores preocupações desse ministério foi o derrubar a todo o transe a influência do Dr. Manuel Arala, que em Ovar e no distrito de Aveiro tinha atingido o máximo do valor político. Traçado o plano do deslealíssimo ataque, de todos os processos se lançou mão para, fosse como fosse, se conseguir o almejado fim, embora para isso houvessem de sancionar-se as maiores e mais escandalosas violências.

Tendo sido publicado em ditadura o Código Administrativo (17 de Julho de 1886) e dissolvidas as Câmaras Municipais, começaram então as perseguições políticas, que tão tristemente celebrizaram Ovar.

Os poderes emanados do governo para combater o predomínio político do Dr. Manuel Arala, foram ilimitados. Pôs-se de parte a legalidade e o próprio pundunor, sòmente para prevalecer, na sua mais flagrante nudez, a violência e o escândalo.

biblRIA

Ovar ofereceu, durante alguns anos a todo o país, o tristíssimo espectáculo de uma terra verdadeiramente esmagada pela anarquia, aonde a lei era constantemente desrespeitada, chegando a perigar a vida dos próprios cidadãos.

Desde a coacção dos legítimos representantes do povo até ao ataque individual, à mão armada e em pleno dia, na presença da própria autoridade, tudo em Ovar se praticou, sem que repetidas e enérgicas reclamações por parte dos perseguidos fossem ouvidos pelo governo, que a tudo tinha fechado os olhos e cerrado os ouvidos. A questão limitava-se tão sòmente à completa e formal execução deste plano: — *derrubar a influência política do Dr. Manuel Arala.*

Daí um certo e natural movimento de reacção

por parte dos perseguidos, embora contra vontade do seu chefe local, que desde sempre primou por evitar qualquer luta fora da lei e pesados sacrifícios aos seus amigos pessoais e políticos. Era muito dele esta frase que repetidas vezes lhe ouvimos: «*Suceda o que suceder, eu sou pela ordem e não quero que se comprometam os meus amigos*».

E porque foi que tão acintosa e cruelmente se combateu e perseguiu o Dr. Manuel Arala?

Acaso não era ele um exemplaríssimo administrador dos bens do seu município? Não foi a ele que a sua terra deveu importantíssimos melhoramentos e serviços? Não foi à sua protecção que muitos dos seus conterrâneos deveram a sua posição social, pertencendo ao número desses alguns que o combatiam? Não foi ele, enfim, como nobremente o afirmou Albano de Melo, seu adversário político, no próprio parlamento, um «*carácter desinteressado e leal, quer como deputado quer como presidente do município de Ovar?*»

bibRIA

Seria, sim, por tudo isso que ele foi tão deslealmente combatido, porque esse procedimento incoerente da alma humana, fàcilmente sujeita aos embates das mais obsecantes paixões, não é caso novo na história dos povos, desde as mais remotas eras.

O próprio Cristo, que em Jerusalém foi recebido entre palmas e ao som de entusiásticos *hosanas*, nessa mesma cidade, e a curto prazo dessas aclamações, ouviu a plebe furiosa que aos gritos de «*crucifige eum*» o arremessou crudelíssimamente para o patíbulo infamante da cruz...

Evitemos, porém, neste lugar a reprodução dos anormalíssimos acontecimentos que constituem as mais vergonhosas páginas da história política da

nossa terra, e a esta deixemos encargo de friamente os relatar, fazendo-os passar pelo cadinho da mais imparcial e justa crítica.

A sua enumeração, aqui, seria longa e, por certo, dolorosa para todos os filhos de Ovar que hoje, sem distinção de cor política, e pondo de parte mesquinhas e ruins paixões, sinceramente os lamentam e condenam. E dizemos sinceramente, porque não podemos admitir que espíritos bem formados, livres da cegueira que porventura um dia lhes houvesse turbado o ânimo possam justificar um certo número de actos que chegam a aviltar não só quem os pratica, como ainda todos aqueles que os sancionam com a sua aprovação.

Convictos como estamos da razão que nos assiste para condenarmos as injustas perseguições de que foi vítima o Dr. Manuel Arala, aqui afirmamos bem alta e francamente que somos adversos a semelhantes processos de combate *usados seja contra quem for*, sem distinção de política ou de crenças, porque a violência nunca de nome e a justiça não deve estar sujeita a grosseiros sofismas.

Em 1890, caindo o ministério progressista com o célebre *ultimatum* da Inglaterra, e sendo chamado ao poder o conselheiro António de Serpa Pimentel, então chefe do partido regenerador, ainda o Dr. Manuel Arala, a reiteradas instâncias dos seus amigos, aceitou a candidatura pelo círculo de Ovar.

Com a queda do ministério Serpa entrara, porém, a política portuguesa numa nova e estranha fase, que bem pode considerar-se o princípio da sua decadência: — referimo-nos ao período dos *acordos*.

O Dr. Arala, adverso a esses processos políticos, afastou-se tanto quanto possível da vida activa par-

tidária, sem contudo abdicar das suas ideias que estavam fundamente ligadas a todo o seu longo passado de político desinteressado e leal.

Mas ainda em 1894 os seus amigos mais uma vez insistiram para que ele consentisse que o seu nome fosse lançado ao sufrágio popular em oposição ao candidato progressista Dr. Barbosa de Magalhães, natural de Aveiro, que durante o período das maiores violências levadas a efeito em Ovar, mais agravou esta terra, defendendo-a facciosamente quer na imprensa, quer no próprio tribunal judicial.

O Dr. Manuel Arala, embora contrariado, acedeu ao convite que lhe era feito pelos seus amigos, e foi tal a confiança e influência que o seu nome despertou no povo que, apesar de indignamente abandonado pelo governo que se tinha bandeado com a oposição no distrito de Aveiro, mercê dos famigerados *acordos*, bem mostrou de quanta força e simpatia ainda dispunha.

bibRIA

Essa eleição (Maio de 1894) que na decisão final lhe foi adversa, devido aos processos violentos de que se lançou mão e principalmente à vergonhosa atitude do governo regenerador que então se achava no poder, representou, todavia, uma vitória moral perante a sua consciência e a de todos aqueles que dedicada e lealmente o acompanharam.

De facto, a eleição de deputado em Ovar no ano de 1894, foi tudo quanto se pode imaginar de mais lastimàvelmente curioso! Bastará dizer que ela constituiu uma renhida e constante luta durante seis dias e que, nesse espaço de tempo, foram nomeados e sucessivamente demitidos quatro administradores do concelho!

Tendo os amigos políticos do Dr. Manuel Arala e, portanto, o partido regenerador local, lançado o seu nome ao sufrágio popular, foi o próprio governo regenerador ou, mais concretamente, o seu ministro do reino João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, quem levantou os maiores obstáculos aos seus correligionários de Ovar, favorecendo de uma forma verdadeiramente escandalosa os seus adversários políticos.

E tudo isso se fez em obediência aos famigerados *acordos* que colocavam no parlamento falsos representantes do povo, que este directamente não elegia nem sequer, a maior parte das vezes, conhecia.

João Franco comprometera-se a dar ao partido progressista um certo número de deputados no distrito de Aveiro, e assim obrigava o chefe do governo, Hintze Ribeiro a pedir, embora contrariado, ao seu velho amigo Dr. Manuel Arala, *por telegrama,* o especial favor de não protelar por mais tempo a eleição em Ovar, para evitar maiores complicações políticas, muito embora reconhecesse que lhe assistia todo o direito, em face da razão e da justiça, de fazer vingar o seu nome como deputado pela sua terra natal, que já tanto lhe devia.

Era, enfim, o governo regenerador, o *próprio governo regenerador* que, para satisfazer compromissos particularmente tomados, cruelmente votava ao sacrifício um dos seus mais dedicados correligionários, que nunca praticara a mais pequena deslealdade para com o seu partido!

É bem certo que a política tem extraordinárias e amargas surpresas, mas esta de ser o próprio governo a perseguir os seus partidários, estava reservada para Ovar!

Desanimado com a forma por que via decorrer a política e com a atitude pouco edificante dos políticos de todas as facções, exclamava por vezes o Dr. Arala, desalentado e triste: «*isto é um país perdido! salve-se quem puder!*» E de quando em quando, num arranco de esperança que ainda ao longe parecia descortinar melhores dias para a sua terra e para o seu país, dizia aos que o rodeavam: «*ah! meus amigos, com o Rodrigues de Freitas não se me dava de ser ainda republicano... mas só com esse!*»

Consumado o sacrifício, afastou-se o Dr. Manuel Arala tanto quanto possível da vida activa partidária, conservando-se alheio a qualquer entendimento com as estâncias políticas superiores, sem contudo se arredar do seu posto de chefe político local, pois jamais capitulou em questões que directamente se prendiam com a sua e nossa querida terra. O seu passado impunha-lhe esse dever e ele fielmente o cumpriu até à hora da sua morte.

Decorridos quase seis anos sobre os factos que ligeiramente deixamos relatados, tomava novamente conta do poder o governo regenerador em Julho de 1900 e procedia a eleições de deputados em 25 de Novembro desse mesmo ano.

Os amigos do Dr. Manuel Arala mais uma vez insistiram pela sua candidatura, que ele certamente de bom grado aceitaria, apenas com o firme propósito de ainda poder ser útil à sua terra, se não fora um pedido que então lhe fez o seu velho amigo conselheiro António de Azevedo Castelo Branco, para consentir e patrocinar a eleição por Ovar do seu conterrâneo Dr. Albino Maria de Carvalho Moreira.

Depois de prèviamente consultar os seus amigos e principais influentes políticos sobre o caso da pro-

vável candidatura do Dr. Albino Moreira, partiu o Dr. Manuel Arala para Lisboa poucos dias antes da eleição (14 de Novembro), a fim de tratar desse assunto com o conselheiro António de Azevedo e outros, que a Ovar interessavam, com diversas personalidades políticas.

Durante a sua curta permanência na capital, aonde tivemos a honra de o acompanhar — e foi essa a sua última viagem a Lisboa — plenamente se capacitou o Dr. Arala de que tudo, política e políticos, estava mudado. Não havia a antiga rigidez de carácter, eram outros os processos seguidos no mundo da política, cuja orientação se desviava por completo da velha escola em que ele bebera os ensinamentos da mais nobre e leal intransigência.

Era verdade que Hintze Ribeiro ainda o recebia de braços abertos, testemunhando-lhe a sua admiração e reconhecendo o alto valor da sua personalidade; era certo que alguns vultos do seu tempo — últimos abecerragens das hostes regeneradoras sob o comando de Fontes Pereira de Melo — o abraçavam respeitosamente, apelidando-o de *seu velho marechal;* sim, tudo isso era certo, mas no coração do Dr. Manuel Arala entrara uma grande tristeza, um enorme desalento, porque através de todas essas lisonjeiras manifestações de que ainda era alvo, reconhecia que a política monárquica portuguesa entrara no seu período de esfacelamento, de decomposição.

Apesar de tudo, porém, foi cedida a candidatura em favor de Albino Moreira; e depois de pactuados os solenes compromissos a que o novo candidato deveria dar cabal solução em benefício dos seus eleitores, regressou o Dr. Arala a Ovar para cumprir a

biblRIA

sua palavra, como honradamente a cumpriu. Em 25 de Novembro do já referido ano de 1900, devido à sua grande influência e ao generoso esforço dos seus amigos, saía vitorioso das urnas o nome do Dr. Albino Maria de Carvalho Moreira.

E depois? que se seguiu depois?

«*Verba et voces praetereaque nihil*», como no verso do Ovídio.

As promessas feitas e os compromissos tomados pelo deputado eleito depressa foram esquecidos, provando-se assim mais uma vez que os negócios de casa não se devem entregar nas mãos de estranhos.

E foi este um dos últimos desgostos de carácter político que o Dr. Manuel Arala resignadamente sofreu pouco tempo antes da sua morte, convicto como estava de que a dementada orientação da política portuguesa levaria o país a uma derrocada inevitável.

Assim sucedeu. E tão inevitável foi o desastre, que consigo arrastou as próprias instituições.

Com efeito, nove anos depois da morte do Dr. Manuel Arala, e em consequência duma revolução, era implantado o sistema republicano em Portugal.

A monarquia deixara de existir devido à lamentável imprudência dos homens públicos, que se diziam seus defensores, quando é certo que eles, salvo raríssimas excepções, foram os próprios que, com os seus erros e desmandos, lhe determinaram a queda.

Tais acontecimentos, que são hoje do domínio da História, vieram confirmar, iniludìvelmente e mais depressa do que se poderia supor, as previsões do Dr. Arala, que bem conhecia as coisas e os homens do seu tempo.

Pena foi que alguns dos seus conterrâneos o não

conhecessem a ele, levando a sua obcecação até ao ponto de injustíssimamente o combaterem.

Então, como ainda hoje, infelizmente provada ficou a letra da velha máxima que nos diz que « *verdadeira pedra de toque do merecimento, é a perseguição da inveja*», e que «*quando alguém brilha por algum verdadeiro merecimento, a maledicência não tarda a elevar nuvens espessas para o obscurecer.*»

Mas assim como para todos os venenos há o conveniente antídoto, também outra máxima nos diz que «*a verdade é companheira eterna da justiça; e tão unida a ela, que não pode atacar-se uma, sem se ofender a outra.*»

Diga-se, pois, toda a verdade; faça-se, assim, toda a justiça.

* * *

Como dito fica, durante o período de 22 anos, que tantos foram os que decorreram de 1866 a 1887, prestou o Dr. Manuel Arala numerosos e valiosíssimos serviços à sua terra, quer como presidente da Câmara Municipal, quer como deputado e ainda como Procurador à Junta Geral do Distrito, cargo para que foi eleito por diversas vezes.

Com efeito, todos os melhoramentos realizados não só na vila de Ovar como em todo o concelho durante aquele período de tempo, ao seu esforço e valimento exclusivamente se devem.

Dessa longa série de benefícios que nunca poderão ser esquecidos pelos filhos de Ovar que verdadeiramente prezam a sua terra e a honrada memória daqueles que por ela de boa vontade e desinteressadamente se sacrificaram, relembremos neste lugar alguns dos mais importantes.

Em primeiro lugar, referir-nos-emos ao alarga-

mento do Concelho. A sua área que até 1874 abrangia apenas as freguesias de Arada, Ovar, São Vicente e Válega, foi consideràvelmente aumentada com as de Maceda, Cortegaça e Esmoriz que pretenciam ao concelho da Vila da Feira e foram anexadas à comarca e concelho de Ovar, judicialmente por decreto de 23 de Dezembro de 1875, e administrativamente por carta de lei de 2 de Julho de 1879.

Este melhoramento de capital importância, começara a Câmara Municipal a tratá-lo já em sua sessão de 8 de Agosto de 1867, pedindo a incorporação no concelho de Ovar não só daquelas três freguesias, como ainda da de Souto, também pertencente à Vila da Feira, e das de Avanca e Pardilhó, pertencentes ao concelho de Estarreja, reivindicando igualmente a posse da praia da Torreira, que tinha sido desanexada do concelho de Ovar por decreto de 1 de Dezembro de 1835 (1). A Câmara na sua bem elaborada acta, apresentou os mais convincentes argumentos em favor da sua pretensão. Baseando-se nas instruções da lei de 26 de Julho de 1867, provou a necessidade do aumento do concelho com as freguesias cuja anexação pedia, referindo-se à sua situação

biblRIA

(1) Vidé a acta da sessão da Câmara Municipal de Ovar de 29 de Julho de 1840, em que foi presente uma representação firmada com 355 assinaturas de habitantes de Ovar, dirigida à Rainha D. Maria II, pedindo que ao seu concelho fosse restituída a praia da Torreira. — Em Outubro desse mesmo ano o Secretário da Câmara Pedro Alexandrino Chaves fazia por escrito uma enérgica reclamação sobre o mesmo objecto, para que em todo o tempo constasse «não fora ele o culpado de se não tratar deste importante negócio, que poderia ser fatal». («Vidé» Conferência da Câmara de Ovar» de 10 de Outubro de 1840).

topográfica, facilidade de comunicações e relações comerciais com a vila de Ovar.

Mais tarde, em sua sessão de 15 de Março de 1872, devido às representações dos povos das freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz em que terminantemente pediam para que estas fizessem parte do concelho de Ovar, defendia calorosamente a sua anexação, repelindo as insinuações que lhe eram feitas pela Câmara da Feira; e ainda na sua sessão de 25 de Agosto de 1873 em que foi presente o processo da anexação com o acordão que a mandava ouvir sobre tal assunto, respondeu concisa, mas energicamente, sustentando toda a doutrina anteriormente expendida.

Finalmente em sua sessão de 29 de Maio de 1874, para dar cumprimento à Portaria de 1 desse mês e ano, que ao assunto dizia respeito, informava a Câmara que a transferência das três citadas freguesias para o concelho de Ovar se impunha por todos os motivos já anteriormente expostos e por outros que nessa mesma acta voltava a expor, cuja conveniência e justiça se lhe afiguravam indiscutíveis, como realmente o eram.

biblioteca

Na mesma informação ainda se referia a Câmara à anexação da freguesia de Pardilhó, do concelho de Estarreja, apresentando razões idênticas.

Aproximava-se o fim da luta, e não se sabia ainda para que lado se inclinaria a vitória.

A contenda, que afinal se limitava à anexação das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda e que desde o seu início se apresentou eriçada das maiores dificuldades chegara, sem dúvida, à sua última fase, mas o certo é que até à hora da sua resolução defini-

tiva, não deixaram as partes litigantes de queimar os últimos cartuchos.

Ovar podia, porém, contar com a grande dedicação e valimento do patrono que ardentemente advogava a sua causa. O Dr. Manuel Arala, sempre cioso no desenvolvimento e progresso da sua terra, jamais descurara tão importante questão e, por isso, Ovar venceu.

Mas era preciso mais, muito mais. Ovar necessitava de seguir o exemplo de muitas outras terras do país que, devido às exigências da época, procuravam melhorar a sua situação.

Sobretudo a viação pública, que além de urgentes reformas reclamava a construção de novas artérias que facilitassem as comunicações dos povos de todo o concelho, e a exploração de águas potáveis para o regular abastecimento da vila, tornavam-se duma necessidade inadiável.

A Câmara, compreendendo e avaliando bem o alcance de tais melhoramentos, a eles se abalançou com toda a boa vontade, realizando-os metòdicamente, sem nunca se desviar do caminho da economia firmemente traçado em todos os seus empreendimentos.

O incremento dado à viação pública foi, com efeito, verdadeiramente extraordinário durante os anos em que o município de Ovar teve a felicidade de ser administrado pela Câmara da presidência do Dr. Manuel Arala.

Dos caminhos, pontes, calçadas e estradas pròpriamente municipais que então se levaram a efeito, não podemos deixar de referir-nos em especial à formosa e bem lançada estrada que ligou a vila à praia do Furadouro, para a construção da qual, logo

de princípio, o Dr. Manuel Arala conseguiu o subsídio de 6 000 rs. por intermédio do ilustre par do reino José da Costa Sousa Pinto Basto, a quem já fizemos uma curta referência. Esse facto ficou constado na sessão camarária de 2 de Dezembro de 1867, cujos termos são os seguintes:

«Nesta, reunida a Câmara extraordinàriamente, foi pelo Presidente apresentada uma carta do Ex.mo Sr. José da Costa Sousa Pinto Basto, em que participava a esta Câmara ter conseguido, de acordo com o deputado por este círculo António José da Rocha, o adiantamento de 6 000 rs. feito pelo Governo para a estrada desta vila ao Furadouro, sendo assim atendida a representação feita por esta Câmara e entregue à valiosíssima protecção de Sua excelência, o que ouvido por todos os presentes com geral satisfação, deliberaram se agradecesse ao digno par e ilustre deputado o grande e valiosíssimo serviço feito a esta Vila, devedora de há muito ao Ex.mo Sr. José da Costa de muitos benefícios, fazendo-se-lhe saber que este melhoramento o torna credor da maior gratidão por parte dos habitantes desta Vila, e que o seu nome ficará para sempre ligado a tão importante obra; mandando que se remetessem cópias ao Ex.mo par e deputado.

a) M. de O. Aralla e Costa — José N. de Morais Ferreira — José da Silva Figueiredo — José Ferreira de Araújo — Francisco Ferreira da Silva — Manuel Fernandes Leite».

Orlada de eucaliptos desde o extremo poente da vila até ao Carregal, é a estrada do Furadouro uma das mais pitorescas do concelho. A sua construção valorizou dum modo incalculável a indústria da pesca,

biblRIA

que para Ovar representa uma das suas mais importantes fontes de receita.

Evidentemente, a Câmara da presidência do Dr. Manuel Arala foi incansável no desenvolvimento da viação pública. As diversas estradas que se achavam concluídas em 1881 para ligar a sede do concelho às freguesias e estas aos concelhos limítrofes, já então contavam trinta quilómetros de extensão, devendo, porém, notar-se que neste número não se achavam incluídas as demais artérias municipais construídas adentro dos limites de todas as freguesias do concelho, para comodidade dos seus respectivos habitantes.

Quem percorrer as actas das sessões dessa Câmara durante o período da sua gerência, verificará com admiração o incremento por ela dado à viação pública, sem todavia onerar os munícipes com quaisquer encargos, mesmo de carácter provisório.

A exploração de águas potáveis para o abastecimento da vila que, como já dissemos, era de urgente necessidade, foi também objecto dos maiores e mais constantes cuidados da Câmara. Para a sua realização empregou o Dr. Manuel Arala todos os seus esforços e valimentos, muito embora tivesse de sofrer algumas injustiças a que as paixões políticas deram lugar.

Com efeito, todos aqueles que polìticamente lhe eram adversos, levianamente punham de parte a alta conveniência de um melhoramento que a própria higiene reclamava, como era a exploração e canalização das águas na vila de Ovar, para sòmente prevalecer a exploração política que então, como ainda hoje, desgraçadamente malsina as melhores e mais devotadas intenções.

Os inimigos políticos do Dr. Manuel Arala, à falta de outros argumentos, aproveitavam o ensejo para classificarem de violência a simples e necessária expropriação por utilidade pública de uma velha casa, que pejava o ponto mais central da vila, e que naturalmente se impunha para a efectivação daquele grande e utilíssimo melhoramento. E assim foi que antes e mesmo depois dessa expropriação, pretenderam os adversários do Dr. Manuel Arala lançar sobre o seu nome as responsabilidades de uma suposta perseguição.

Para que, porém, se avalie da *sinceridade* de tais acusações e ao mesmo tempo da razão e justiça que assistiam a quem sinceramente pugnava pelos melhoramentos locais, bastará reproduzir na íntegra o seguinte documento, que é a resposta dada pela Câmara Municipal de Ovar, em sua sessão de 2 de Maio de 1876, ao requerimento dos possuidores da casa expropriada.

biblRIA

«A falta absoluta no centro da vila de Ovar dum único chafariz com as condições, que a higiene, salubridade e comodidade pública aconselham, levou este município a empreender o abastecimento geral de águas potáveis com aquelas precauções, perfeição e desenvolvimento compatíveis com os recursos da municipalidade e em harmonia com os preceitos estabelecidos pela ciência e pela arte no estado actual da nossa civilização. Existem, é verdade, na periferia desta vila algumas fontes, quase na totalidade intermitentes, sem condições algumas de limpeza natural, soterradas e quase todas inundadas pelas cheias dos dois rios que passam nesta vila, e secas completamente na estiagem. A água que alimenta quase todas estas fontes, durante só uma parte de cada ano, é

proveniente da infiltração das chuvas. Salta imediatamente à vista que tais fontes fornecem água em péssimas condições. A água que as alimenta, sendo proveniente das chuvas infiltradas nos terrenos circunvizinhos que a e m b e b e m durante o inverno, acarreta no seu curto trajecto matérias estranhas cujo prejuízo, no organismo dos consumidores, é evidentíssimo. É facílimo provar que durante a estiagem, e ainda durante o inverno, uma grande parte do abastecimento da vila é feito por meio de poços ao ar livre, geralmente mal limpos, pouco abundantes e sempre com princípios vegetais em putrefacção, devidos quer à parte inferior das bombas mergulhadas, quer aos fragmentos de vegetais que naturalmente são impelidos pelos ventos ou lançados inconscientemente. Por falta absoluta, dentro da vila pròpriamente dita, de fontes ou chafarizes, veem-se os habitantes na dura necessidade de abrir poços para deste modo poderem acorrer a uma necessidade de primeira ordem. Nestas críticas circunstâncias este município arrostando com as dificuldades que fizeram tolher as iniciativas doutras Câmaras transactas, que tentaram obstar a tão graves inconvenientes, atendeu a um princípio público consignado em todos os códigos dos povos civilizados. Sem água é impossível viver. Cada indivíduo vê-se forçado por lei que não é possível preterir, a consumir durante o dia uma porção maior ou menor deste precioso veículo de alimentação. Da pureza da água introduzida no organismo depende em grande parte a salubridade duma população qualquer. Seria ocioso citar localidades do nosso país onde o uso de más águas ocasiona gravíssimas enfermidades. Não é só para alimentação que é necessária a abundância de água. O asseio e a limpeza,

biblRIA

condições essenciais da higiene pública, demandam um consumo espantoso. A precaução indispensável para ocorrer de pronto a qualquer incêndio nunca deve ser dispensada. Sabe-se que pelo menos cada indivíduo consome diàriamente para alimentação e limpeza 20 litros de água, supondo a média. Tendo a vila de Ovar uma população de 10 374 almas, necessita vinte vezes este número ou 207 480 litros por dia. Basta este número para justificar tão grandioso empreendimento. No traçado e projecto do abastecimento que está quase realizado teve o distinto engenheiro, autor do projecto, em vista todas as condições económicas. Encontrados os vestígios dum manancial de água pura à distância de 2 300 metros do centro da vila, junto do lugar do Sobral, ao lado da estrada n.º 27 de Ovar a Carvoeiro, tratou-se logo de proceder às respectivas pesquisas. Às suspeitas correspondeu a realidade. Para que nada faltasse mandou o município fazer pelos seus facultativos de partido o exame às águas. Reconheceu-se que eram puras e potáveis. Dados estes passos indispensáveis procedeu o engenheiro respectivo aos estudos necessários para a organização do projecto que em tempo competente foi entregue a esta Câmara. Seguidas e cumpridas as praxes legais mandou a Câmara proceder à construção da artéria principal do encanamento, bem como à exploração de águas e edificação do respectivo depósito origem ou caixa principal. Todas estas obras estão concluídas desde a origem até à Praça principal, centro da vila. Trata-se actualmente dos chafarizes e suas pequenas ramificações. Dois estão prontos de cantaria aparelhada e vão ser assentes; e outros 2 estão em vias de execução. Todas estas obras foram devidamente arrematadas. Estão

biblRIA

em projecto outros chafarizes que necessàriamente serão levados à realidade consoante o andamento dos trabalhos. Todo o projecto do abastecimento está subordinado a um plano único. De entre os chafarizes há um que pela sua posição central, aproximação das repartições públicas e funções que tem a exercer, merece menção especial. Com efeito, este chafariz tem de ser não só o centro da distribuição com os respectivos registos, mas também o registo geral para a distribuição de águas para os incêndios. Está esta obra projectada de modo que no momento dado toda a água do abastecimento converge ao chafariz mais próximo do sinistro. É de primeira intuição a importância de tal obra, mas é igualmente intuitivo que para exercer tais funções é necessário que este chafariz tenha um desenvolvimento compatível com elas. Atentando bem no projecto reconhece-se claramente que as suas dimensões estão limitadas ao mínimo. Ainda assim fica uma obra desenvolvida e requer local apropriado. Sujeito às leis das proporções foi necessário procurar local que preencha os fins convenientes. Dos actuais largos perto da casa dos tribunais e Paços Municipais, nenhum preenche o fim. A praça, única que poderia corresponder às proporções, não tem capacidade suficiente para o movimento do mercado, e por isso pior ficaria se se lhe roubasse o espaço para o chafariz. É fácil de prever o inconveniente para o livre uso das águas. Além disso tinha o chafariz de ficar desviado da Estrada para a estação e aproximava-se do chafariz dos Campos não prestando bom serviço. Na colisão de todas as dificuldades, e perante uma planta geral de todas as ruas largas em volta da casa dos tribunais e Paços municipais, foi escolhido o ponto onde actual-

biblRIA

mente está uma casa pertencente a D. Rita Rosa Teixeira de Pinho, sua filha D. Maria Lúcia Fonseca e seu marido Manuel Alvares Martins Fonseca. Esta escolha foi feita pelo respectivo engenheiro distrital e aprovada pela Câmara. Como se vê pela planta, o desaparecimento desta casa, dá origem a um magnífico largo para a colocação do chafariz principal. Fica assim optimamente situado tendo nada menos de cinco ruas convergentes. O prédio é pouco importante limitando-se a uma casa, parte dum andar parte térrea e um pátio. Note-se que não é nova a ideia da expropriação daquela casa. Mais do que um município transacto intentou fazer desaparecer aquela espécie de ilha. Quando uma obra tão importante não reclamasse a expropriação, o simples aformoseamento local devia reclamá-lo. É uma das expropriações por utilidade pública que tem a sua justificação feita à face da planta, independentemente da obra especial que a isso obriga. Não é um bairro que se tenta expropriar nem tão pouco um prédio ligado a outros sem interrupção. É uma casa construída no meio da rua, no centro dum largo, onde a utilidade pública, absolutamente falando, a não pode consentir. Perante a necessidade de muitos acua a utilidade de uma só. É sob este ponto de vista que foram ditados vários decretos relativos a expropriações por utilidade pública. É princípio estabelecido na colisão dos deveres se prefira o mais forte ao mais fraco. Se a empresas particulares puramente lucrativas, a lei faculta a expropriação por utilidade pública, como sucede nas empresas de minas, e de caminhos de ferro americanos etc., com mais razão a deve facultar às corporações públicas promotoras dos melhoramentos de estabilidade geral. Não é pelo prisma das nossas con-

biblRIA

veniências particulares que devemos encarar estas e outras questiúnculas, mas sim pelo prisma da utilidade pública e da civilização dos nossos dias. Onde impera o dever tudo o mais se cala. Se a iniciativa pública ou particular fosse sufocada pelos gritos daqueles que se julgam prejudicados por qualquer melhoramento público, não teríamos actualmente a facilidade dos transportes, a transmissão do pensamento, e ainda o nosso bem estar. Se há casos em que uma expropriação por utilidade pública, aparentemente é taxada de dura pelos resultados momentâneamente desvantajosos para os prejudicados, como sucedeu com a expropriação de dezenas de casas para a abertura da rua da Alfândega do Porto, outros há, como aquele de que nos ocupamos, que só merecem a irrisão pública para a sua impugnação.»

Se pretendessemos fazer realçar, em termos elogiosos, um dos principais melhoramentos introduzidos na vila de Ovar, como foi a exploração e canalização de águas, e destruir ao mesmo tempo uma calúnia que só a desorientação política poderia ter provocado em deploráveis momentos de insensatez, não diríamos mais, nem melhor, do que o documento que aí fica transcrito. A sua clareza e precisão, que dispensam quaisquer comentários, são garantia suficiente da nobre independência com que foi ditado, e afirmam a inquebrantável vontade de quem pôs acima de veleidades humanas o desenvolvimento progressivo de um povo.

Mas a poderosa iniciativa do Dr. Manuel Arala, quer como presidente da Câmara, quer como deputado, não se limitou sòmente aos importantíssimos melhoramentos que deixamos referidos, pois muitos outros se deveram à sua acção notàvelmente profícua.

Assim, a montagem da primeira iluminação pública que em Ovar existiu e o seu desenvolvimento progressivo; a criação de escolas e da estação telégrafo-postal; os constantes cuidados com a arborização pública; a fixação das areias, sobretudo ao norte e poente da vila, para defesa desta, por meio de novas e sucessivas sementeiras de pinhal, que aumentaram sensìvelmente a Mata Municipal — logradouro comum, denominado «Estrumada» que era a maior riqueza do município e da qual hoje nada resta como regalia popular; o vencimento no Brasil, da causa que tornou efectivo para o Hospital de Ovar o importante legado do nosso benemérito conterrâneo Padre Ferrer — causa dificílima de vencer, desde que se sabe que as leis brasileiras não permitiam, como ainda hoje não permitem, que sejam legados bens imóveis aos estrangeiros; a remodelação dos serviços do mesmo Hospital; a reedificação de uma grande parte da praia do Furadouro após o pavoroso incêndio de 31 de Julho de 1881; a obtenção de valiosos subsídios do Ministério das Obras Públicas para ocorrer às despesas feitas com diversas obras que a Ovar directamente interessavam, entre as quais avulta a estrada distrital que ligou a sede do concelho às suas freguesias do norte e, enfim, um sem número de medidas de carácter administrativo e exemplarmente económico, cuja exposição se tornaria tão longa, quanto o seria a transcrição do maior número das deliberações camarárias desde 1866 até 1887 — tudo isso faz parte da larga série de melhoramentos a lançar no activo da vida pública do Dr. Manuel Arala.

Eis aí ficam relatados, ainda que sucintamente, os principais benefícios e melhoramentos com que

biblRIA

Ovar foi dotada por um dos seus mais dedicados filhos.

Admirado e respeitado não só pela grande maioria dos seus conterrâneos, como por todo o distrito de Aveiro aonde chegou a ser famoso o predomínio da sua influência, e ainda por quantos, através do país, tinham verdadeiro conhecimento do seu carácter e do seu valor, não deixou, todavia, o Dr. Manuel Arala, como já o dissemos, de ser violentamente perseguido e caluniado pelos seus adversários políticos, que na embriaguês das paixões partidárias abafavam os gritos da própria consciência.

Acusaram-no de ser demasiado zelozo pela conservação da Mata Municipal, quando é certo que ele, procedendo dessa forma, nada mais fez do que, em harmonia com o seu primeiro gesto político, garantir a única regalia popular, que era a maior riqueza do seu concelho, e respeitar a própria lei reguladora dos logradouros comuns e baldios. (1)

Acusaram-no de perseguidor da propriedade particular, quando ele apenas votou a simples e necessária expropriação de uma velha casa que pejava o coração da vila e que a utilidade pública urgentemente reclamava. As razões aduzidas na acta que a tal respeito deixamos transcrita e o aspecto que nos

(1) A questão dos «Logradouros comuns e Baldios» foi admiràvelmente tratada na imprensa, e por diversas vezes, pelo Ex.mo Sr. Dr. Lourenço de Almeida e Medeiros, ilustre homem de ciência e distintíssimo escritor e publicista, que de há longos anos em Ovar estabeleceu residência. Entre os seus notáveis escritos sobre tal assunto, que directamente se relaciona com a antiga Mata Municipal de Ovar, citaremos os artigos publicados no jornal aveirense «Vitalidade», nos números que decorrem de 26 de Outubro de 1902 a 26 de Julho de 1903.

oferece o actual largo «Serpa Pinto», hoje Largo Família Soares Pinto um dos mais formosos da vila, são a melhor e mais irrefutável prova da insensatez de tal acusação que foi, por assim dizer, um dos *cavalos de batalha* dos detractores do Dr. Manuel Arala.

Acusaram-no de causador dos célebres fuzilamentos de Arada (Março de 1870) por ocasião dos arrolamentos da propriedade ordenados pelo governo, quando a verdade é que foi ele próprio quem os acusou no parlamento por intermédio dos deputados Bandeira Coelho e Francisco de Albuquerque, sendo chefe do governo o duque de Loulé. Fradesso da Silveira, inspector dos arrolamentos, acusava ao duque o então administrador do concelho João Ferreira da Silva Fragateiro como responsável pelos fuzilamentos; a imprensa, por sua vez, acusava o governo e José Luciano de Castro dizia que «*o governo estava apoplético e caíria, se não fosse a sangria de Arada*» — frase que se tornou histórica.

DIGRIA

Apesar, porém, de não ser o Dr. Manuel Arala a causa directa ou indirecta desses lamentáveis acontecimentos de origem puramente *oficial*, só alguns dos seus conterrâneos, por inimizade política, se lembraram de atribuir-lhe as culpas e responsabilidades desses mesmos acontecimentos contra os quais, de resto, ele tanto se insurgiu que, como dito fica, os fez acusar no parlamento!

Acusaram-no da prática de violências políticas, quando pode infelizmente afirmar-se que em todo o país não houve quem, como ele, fosse vítima dos mais cruéis insultos e das mais ferozes violências desse género!

Acusaram-no de inimigo do progresso, quando a terra que lhe foi berço, e que ele tão entranhadamente

amava, lhe deveu e ainda hoje deve à sua memória os mais importantes melhoramentos!

Acusaram-no, enfim, (e foi esse o cúmulo das injustas acusações que lhe foram feitas) de mau administrador dos réditos camarários, quando é absolutamente certo que um dos seus melhores predicados, como homem público, foi justamente a honesta, inteligente e escrupulosíssima administração dos bens municipais que, mais uma vez o repetimos, poderá ser igualada mas nunca excedida!

Bem se diz que a calúnia é como o verme: este compraz-se, geralmente em atacar o mais belo fruto; aquela dirige-se com preferência ao merecimento mais brilhante.

Não se conclua, porém, de tudo quanto deixamos dito, que pretendemos isentar em absoluto o nosso biografado de qualquer falta que possa ser apontada na sua vida política, e que à história desta pertence.

Quandoque bonus dormitat Homerus — já o dizia Horácio.

O erro é próprio dos homens, por mais meticulosos e honrados que sejam, sobretudo quando, durante uma longa vida pública, eles se vêm assoberbados com a solução de importantes e sérios problemas que do seu critério mais ou menos directamente dependem.

Ora defeitos teve-os, por certo, o Dr. Manuel Arala, como homem político; mas esses que, de resto, foram mais de ordem particular, adentro do seu próprio partido, do que de interesse geral, e que nunca lhe estorvaram o passo no caminho da honra e do dever, ficaram, sem dúvida, enormemente suplantados pelo grande peso das suas virtudes.

Diz-se, e é certo, que não há homem que não tenha deveres a cumprir, nem que se possa lisongear

de os haver cumprido todos: o que, porém, mais se avizinha do fim, é o mais virtuoso.

Quem, pois, de consciência tranquila e ânimo sereno, poderá contestar que o Dr. Manuel Arala conseguiu entre nós, e mais do que ninguém atingir o almejado *fim* que era o seu constante ideal — o bem da sua terra?

«Ele era demasiado autoritário e egoísta» — diziam os seus adversários.

E porque não havemos nós de dizê-lo também, se convictos estamos de que foi essa uma das únicas acusações, embora contraproducente, que com verdade lhe fizeram?

Ele possuía com efeito, aquela autoridade que é fundada na justiça e que nunca é perigosa quando exercida por quem dela sabe fazer bom uso — a autoridade dos verdadeiros chefes políticos ciosos da ordem e disciplina do partido que dirigem e que, uma vez perdida, dá lugar à irremediável desagregação das mais fortes organizações políticas, como sucedeu pouco depois da sua morte com o partido regenerador de Ovar.

DIGRIA

E egoísta era-o também, lealmente o confessamos. No dizer de um articulista que dele se ocupou logo após o seu falecimento, «cegava-o apenas um *egoísmo* e esse egoísmo era de generosidade, era de altruismo para os seus conterrâneos. Para eles peticionou, para eles exigiu, para ele se fez mendigo; pediu o favor, pediu a esmola!» (1)

---

(1) «*Pediu a esmola*» — é a expressão da verdade. Após o incêndio da Praia do Furadouro em 1881, era o Dr. Manuel Arala quem, depois de promover diversas subscrições e angariar importantes donativos, percorria ainda as ruas da cidade do Porto, a pé e de cabeça descoberta,

E apesar de tudo isso, entre esses seus próprios conterrâneos alguém houve que o maldissesse, que o perseguisse e lhe deturpasse as mais sinceras e nobres intenções!

A quanto obrigam as paixões políticas, sempre invejosas do mérito alheio, cujo clarão nefasto e passageiro cega em vez de esclarecer!

Ah! bem se diz que a inveja é a mais cruel das Euménides. Ela persegue os homens de valor até à borda do seu túmulo: uma vez, porém, aí chegada, pára, e então a eterna justiça vem sentar-se em seu lugar, dizendo-nos que sendo a reputação um grande bem enquanto se vive, ela é, no fim da nossa carreira, o mais grandioso túmulo que se pode vir a ter.

E esse teve-o, por certo, o Dr. Manuel Arala, carinhosamente levantado pela gratidão dos seus amigos e sobre o qual, cremo-lo bem, não se envergonhariam hoje de verter uma lágrima de saudade e de arrependimento os seus próprios adversários, antepondo assim ao ruim predomínio das paixões políticas os sãos ditames de uma recta consciência.

biblRIA

* * *

O Dr. Manuel Arala e Costa deixou de existir aos 28 de Abril de 1901, sendo a sua morte sentidíssima não só no concelho de Ovar, como em todo o distrito de Aveiro e ainda em muitos pontos do país aonde chegara a fama do seu nome e dos seus méritos.

---

ao lado de alguns membros da Câmara e da corporação da benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários Portuenses, implorando a caridade pública em favor dos pobres pescadores, seus conterrâneos, cujas habitações tinham sido devoradas pelas chamas.

Hintze Ribeiro, então presidente do conselho de ministros, logo que teve notícia do lutuoso acontecimento, dirigiu ao governador civil de Aveiro, Dr. Ernesto da Costa Pinto Basto, o seguinte telegrama:

«Acabo de receber agora a dolorosa notícia do falecimento do nosso bom e dedicado amigo Dr. Arala e Costa que tantos, tão bons e relevantes serviços prestou ao país e ao partido regenerador. Peço a V. Ex.ª que seja para com a família dele e para com os devotados amigos que tanto o prezaram, o intérprete do meu mais sincero e profundo sentimento pela perda que todos sofremos — Hintze Ribeiro.»

E foi ainda ele quem na sessão da Câmara dos Deputados de 30 de Abril, calorosamente apoiado por todos os seus membros, sem distinção de cor política, pronunciava, entre outros, as seguintes palavras:

«Arala e Costa foi um dos mais dedicados e prestimosos amigos do partido regenerador. Velho parlamentar, de uma lealdade inquebrantável, de um carácter em que há muito a aprender, porque era daqueles que dão exemplo duma dedicação e lealdade sem limites, o partido regenerador lamenta profundamente a sua perda. Era um homem de antes quebrar que torcer. Ardente nas lutas políticas, levou a sua dedicação pelo partido regenerador ao máximo extremo, mas era ao mesmo tempo um bom, no melhor sentido da palavra.»

Albano de Melo, deputado oposicionista, nas palavras que também então pronunciou a respeito do seu adversário político, e que já transcrevemos, revelou que possuía todas as nobres qualidades de um alto espírito, colocando a honra do seu nome e a sua dignidade muito acima das mesquinhas paixões hu-

bibRIA

manas; e o Dr. Artur da Costa Sousa Pinto Basto, (1) deputado governamental, profundamente conhecedor das belas qualidades de carácter daquele que em vida fora seu grande amigo, fazia na sessão de 14 de Maio o seu mais caloroso elogio.

A Câmara Municipal de Ovar, em sua sessão de 1 do referido mês, por proposta do seu presidente, lançava na acta um voto de profundo sentimento e gratidão à memória do seu ilustre conterrâneo; e, enfim, a imprensa de uma grande parte do país, salientando-se a dos mais importantes diários de Lisboa e Porto, de todas as facções políticas, não deixou de frizar as altas qualidades de carácter e os grandes serviços prestados pelo Dr. Arala, especialmente à sua terra, em sentidos artigos de sincera homenagem.

Os funerais do Dr. Manuel Arala, que se realizaram no dia imediato ao do seu falecimento, cons-

bibRIA

(1) O Ex.mo Sr. Dr. Artur da Costa Souza Pinto Basto, que durante longos anos foi chefe do partido regenerador em Oliveira de Azeméis, terra da sua naturalidade, e deputado às cortes em muitas legislaturas, ainda hoje é um dos mais preponderantes e honrados vultos do seu concelho, devendo este à sua extraordinária abnegação e grande valor político os mais importantes melhoramentos e serviços. Filho do ilustre e antigo par do reino José da Costa Souza Pinto Basto, que a alguns melhoramentos de Ovar e à política geral do distrito deixou ligado o seu nome, conquistou o Ex.mo Sr. Dr. Artur as mais profundas e justas simpatias dos seus conterrâneos, que sinceramente admiram o seu carácter impoluto e a sua dedicação e lealdade sem limites. Indigitado algumas vezes para desempenhar o alto cargo de Governador Civil do seu distrito declinou sempre essa honra que, de resto, não lhe era necessária para mais fazer realçar as suas nobres qualidades de perfeito homem de bem.

tituiram a mais sentida manifestação de respeito e profundo pezar tributada pelos seus numerosíssimos amigos de todas as classes sociais, notando-se, entre eles, muitas individualidades de destaque estranhas ao concelho de Ovar. É que em verdade tinha desaparecido a mais preponderante e notável figura política da nossa terra, o homem que mais e maiores serviços lhe prestou e cuja memória — triste é lembrá-lo — até hoje bem pouco tem merecido, publicamente, dos seus conterrâneos.

Apenas em 1910 a Comissão Municipal Administrativa de Ovar, em sua sessão de 24 de Outubro, resolveu dar à antiga rua dos Campos o nome do Dr. Manuel Arala, resolução que apesar de ser justa e digna de todo o louvor, não é, a nossa ver, recompensa condigna dos altos merecimentos de quem tanto e tão bem mereceu da sua terra.

Ovar, pois, ainda não saldou por completo a sua dívida de gratidão para com um dos seus mais ilustres e devotados filhos. E justo é que o faça.

Tanto mais, quanto é certo que o perpetuar a memória de alguém que, durante a vida, se devotou à prática das mais beneméritas acções, não representa apenas a satisfação dum sentimento íntimo, imposto pela gratidão; simultâneamente, outro fim deverá ter em vista, como seja o de proporcionar um salutar exemplo e vivo incitamento às gerações futuras para a prática de novas benemerências.

biblRIA

João de Oliveira Ramos

Ao caír da tarde do dia 1 de Abril de 1909, na cidade do Porto, exalava o último alento um homem cuja vida foi, em resumo, um grande e verdadeiro exemplo de tenacidade, inteligência e nobreza de carácter, ininterruptamente iluminada pelo espiritual clarão da bondade: esse homem foi João de Oliveira Ramos.

A sua morte abalou profundamente o meio portuense aonde viveu durante longos anos, porque em verdade ele era um bom, em toda a extensão da palavra, e a sua bondade fundamente se radicou nos corações de quantos o conheciam.

Mas além da enternecida saudade que esse doloroso acontecimento despertou no grande número dos seus amigos que sinceramente choravam o seu querido *Pai Ramos*, como carinhosamente o apelidavam, um outro sentimento de carácter colectivo ecoou através de todo o país, pondo bem em evidência a profunda mágoa que no meio jornalístico português deixara a morte de um dos seus mais ilustres e leais camaradas.

Modesto como poucos, ele primou sempre por esquivar-se aos títulos de glória a que, de resto, tinha jus o seu robusto talento; mas adentro dessa modéstia, desse natural recato que o tornava ainda mais simpático e querido por quantos dele se abeiravam, como era grande a sua nobre alma e iluminado o seu alto e cintilante espírito!

O Porto foi a sua pátria adoptiva, o baluarte dos seus triunfos e, porventura, a terra a que o seu cora-

ção mais se devotou, porque aí viu decorrer, certamente, os mais felizes dias da sua vida; mas a Ovar pertence a glória de o contar no número dos seus mais notáveis filhos. Por isso é bem grande e justo o orgulho que sentimos ao enfileirar o seu nome na pleiade dos vultos de maior destaque que, pelos seus merecimentos, ilustraram a sua e nossa querida terra.

A biografia de João de Oliveira Ramos é deveras singular e digna de ser meditada por todos quantos avaliam o esforço humano constantemente norteado pelo cumprimento do dever. Toda a sua vida foi a mais pura e cabal demonstração de quanto esse esforço é capaz para, admiràvelmente conjugado com a bondade e a energia, servir com honra ao mesmo tempo a pátria e a família.

Filho de Manuel de Oliveira Ramos e Rosa de Pinho, da antiga rua dos «Ferradores», actualmente rua «Visconde de Ovar», pessoas que, embora humildes, e sem meios de fortuna, eram de reconhecida honestidade e mereceram, pelos seus actos, as simpatias do meio em que viviam, nasceu João de Oliveira Ramos na vila de Ovar aos 30 de Maio de 1835.

Na sua terra natal, a par dos carinhosos ensinamentos da família, que sempre lhe apontou o caminho da honra e do dever, aprendeu as primeiras letras e obteve o necessário desenvolvimento intelectual para frequentar mais tarde o liceu do Porto. Concluindo aí os preparatórios, conquistou o diploma de farmaceutico, cuja profissão, depois de curta prática na farmácia de Manuel Augusto da Silva, da freguesia de Válega, concelho de Ovar, passou a exercer em Vila Real, aonde com maior competência dirigiu a farmácia do hospital da Misericórdia. Decorrido al-

biblRIA

gum tempo, estabeleceu-se com farmácia no Porto mas, profundamente abalado com um erro, embora involuntàriamente praticado, por um seu ajudante, abandonou para sempre a carreira a que se dedicara.

Ardentemente apaixonado pelo estudo das boas letras e sentindo uma irresistível inclinação para o jornalismo, já de Vila Real escrevera as suas primeiras correspondências para o *Jornal do Porto*. Algum tempo depois, e nesse mesmo jornal, publicou um artigo doutrinário, que adquiriu foros de celebridade tanto mais que nele refutava a opinião de Alexandre Herculano, a propósito de uma polémica que o grande e inegualável historiador português sustentava sobre o casamento civil.

Foi tão grande a sensação produzida por esse artigo, que Cruz Coutinho, proprietário e director do *Jornal do Porto,* que era, ao tempo, o mais notável periódico da cidade, convidou João Ramos para fazer parte da sua redacção, preenchendo ao mesmo tempo a vaga que Ramalho Ortigão nela deixara. Aí ao lado do célebre jornalista e literato padre Francisco de Paula Mendes, deu João Ramos as mais concludentes provas de quanto era capaz o seu privilegiado talento.

Entrando nas lutas da imprensa sem se sujeitar ao habitual período de noviciado a que, em regra, e até por necessidade profissional, se subordinam todos aqueles que enveredam pelo árduo caminho da vida jornalística, foi desde logo um batalhador experimentado e seguro, defrontando-se com os mais temíveis adversários.

Passado algum tempo e a convite de um grupo de banqueiros portuenses, era director do *Progresso Comercial,* defensor dos interesses da classe e ao

mesmo tempo jornal de carácter combativo, cujo programa fez com brilho e conhecimento de causa. No entretanto como colaborador da *Luta,* enfileirava também a par de homens que foram verdadeiros atletas da imprensa, como Borges de Avelar, Urbano Loureiro, Agostinho Albano e José Pereira de Sampaio (Bruno).

No *Progresso Comercial* sustentou ardentes polémicas com António Rodrigues de Sampaio e Alexandre Herculano, que reconheceram, no mais aceso do combate, o valor do seu adversário como jornalista. Se outros merecimentos João Ramos não tivera, como teve, bastaria esse de medir as suas forças com o fogoso Sampaio da *Revolução de Setembro* e Alexandre Herculano, o mais extraordinário historiador e literato que ainda houve em Portugal, para que ninguém lhe pudesse regatear os melhores e mais justos títulos de glória.

Chegara, porém, o ano de 1875, em que o já famoso jornalista, a convite de Gaspar Ferreira Baltar, havia de fixar-se, de uma vez para sempre na redacção de um dos mais acreditados jornais do norte do país — *O Primeiro de Janeiro.*

Com efeito, as salas da redacção do seu querido Janeiro foram como que uma ampliação do seu lar doméstico: aí criou as mais arreigadas amizades e íntimas dedicações; aí se expandiu por completo o seu grande talento e a sua alma se abriu em estos de inexcedível lealdade e franqueza; aí sem que mesmo o pressentisse ou desejasse, se arvorou em dedicado mestre de muitos *novos* que com ele sempre, e muito, tiveram que aprender; aí, enfim, devido à sua extrema bondade, conquistou o afectuoso cognome de

Pai Ramos, que tão bem definiu o seu bondoso carácter.

Durante quase 34 anos consecutivos, foi o *Janeiro* o fiel depositário dos seus extraordinários labores de jornalista.

Os célebres «*Boletins políticos do estrangeiro*» em que, a par de uma nitidíssima compreensão dos mais importantes acontecimentos mundiais, revelou uma assombrosa perspicácia e um espírito crítico de verdadeiro clarividente; os artigos de interesse local e de política geral em que punha todo o seu ardor e toda a sua fé, sem nunca se desviar do caminho da correcção e da lealdade; os conscienciosos e eruditos trabalhos de crítica literária e artística em que as suas apreciações, mesmo quando desfavoráveis, jamais foram desprimorosas e, finalmente, as crónicas de teatro que tão famosas se tornaram no meio portuense, sobretudo as que se referiam às óperas cantadas no extinto teatro de *S. João,* tudo isso foi obra sua, e obra de alto valor, que deveras honrou o jornalismo português.

biblRIA

O desaparecimento do célebre e histórico teatro lírico do Porto, que foi totalmente devorado pelas chamas em 25 de Março de 1908, produziu no espírito de João Oliveira Ramos uma infinita mágoa. Todas as vezes que ele tinha de relembrar esse facto, não podia ser superior a uma grande tristeza, que logo se traduzia em palavras da mais enternecida saudade.

E como poderia ser de outro modo, se o teatro de *S. João* fora para ele um verdadeiro templo de arte, dessa divina arte que fundamente lhe emocionou a alma e cujos segredos tão bem conheceu?

A cultura do espírito enobrecera-lhe o coração; a cultura da arte elevara-lhe a alma até às regiões do

máximo prazer espiritual. Por isso ele sofria ao ver desaparecer, envolto em chamas, o amado relicário das suas mais gratas recordações.

Mas nem por isso o desalento lhe entibiou o ânimo ou enfraqueceu a actividade. Espírito forte e persistente no trabalho, João Ramos nunca foi um vencido nas lutas da vida.

Já com a neve nos cabelos que lhe emolduravam a fronte tão simpática e atraente, nunca os seus lábios deixaram de esboçar um bondoso sorriso, nem o tempo conseguiu envelhecer-lhe o espírito. Era um velho sempre novo, enérgico e firme nos seus ideais e intransigente na sua conduta de rigorosa honestidade e correcção.

Liberal convicto, de coração sempre aberto a todas as iniciativas de generosidade e altruismo, ele foi um pioneiro seguro e vigilante da liberdade e do progresso, que jamais atraiçoou os seus princípios.

Da sua pena que era o forte montante com que sempre entrou nos mais ardorosos combates, fez ao mesmo tempo um lábaro de amor e de fé viva e ardente; por isso, nas horas das mais renhidas lutas, de que raríssimas vezes deixou de sair vitorioso, poude reconhecer com verdadeira e íntima satisfação, que nem sequer havia despertado sentimentos de ódio no coração dos seus próprios inimigos.

A lealíssima camaradagem que sempre manteve com os seus companheiros de trabalho, de inexcedível que era, tornou-se proverbial. Sobretudo na redacção do *Janeiro,* ele foi bem o querido *Pai Ramos,* cujos excelentes predicados de bondade, inteligência, ponderação e fino trato, o mantinham numa suave atmosfera de irresistível carinho e de sincero respeito.

Os direitos de paternal ascendência que lhe fo-

ram concedidos pelos seus próprios camaradas, eram por ele exercidos com uma benevolência e modéstia tão acentuadamente cativantes, que nunca o seu rigor de mestre se fez sentir, ainda mesmo nos mais difíceis lances em que tinha de recorrer a meios enérgicos e fundamente persuasivos.

Entre esses dedicados camaradas que recolheram da sua alma generosa e boa os melhores ensinamentos, citaremos alguns que já também seguiram o caminho da eterna viagem, como foram o Dr. Germano Vieira de Meireles, notabilíssimo polemista; Luís Botelho, literato e jornalista de grande valor; Oliveira Alvarenga, o infatigável cultor das boas letras, cujas faculdades de trabalho e correcção de estilo tanto fizeram salientar a sua individualidade; e, de entre os que aindam vivem, especializaremos João Chagas, distinto e vigoroso jornalista, cronista e panfletário que é, indiscutìvelmente, um dos melhores ornamentos da imprensa contemporânea. Os triunfos de João Chagas eram outros tantos motivos de satisfação e até de legítimo orgulho para o seu bondoso e velho amigo, que o vira a seu lado, e pela primeira vez, entrar na liça dos mais denodados combatentes que valorosamente se erguiam em defesa das liberdades públicas.

Os serviços prestados por João de Oliveira Ramos a toda a boa imprensa portuguesa, foram inúmeros e dignos do maior apreço; os que prestou à imprensa portuense e nomeadamente ao *Primeiro de Janeiro,* são valiosíssimos e inolvidáveis.

Como chefe de família, foi um homem verdadeiramente exemplar, tendo rasgos de extrema dedi-

cação, até ao sacrifício, para conseguir com honra toda a felicidade possível do seu querido lar, sendo a primorosa educação que deu a seus filhos o principal objecto dos seus constantes cuidados. (1)

Morreu aos 74 anos de idade, vitimado por uma congestão hepática.

O lutuoso acontecimento produziu a mais viva e dolorosa impressão quer no meio portuense, aonde o ilustre morto contava um grande número de amigos e admiradores, quer na imprensa de todo o país, especializando a do Porto e Lisboa que em expressivos artigos de sincera condolência relembrava os grandes serviços que devia ao seu inolvidável camarada e fazia salientar todas as belas qualidades de espírito e de coração que exornavam o seu diamantino carácter.

Os funerais do bondosíssimo *Pai Ramos*, que se realizaram no dia imediato ao da sua morte, atingiram as proporções de uma verdadeira consagração, tal foi a expontâneidade e imponência das manifestações de pezar tributadas ao ínclito cidadão que deixara nos arraiais do jornalismo português uma lacuna bem difícil de preencher.

biblRIA

---

(1) Os filhos de João de Oliveira Ramos que ainda vivem e que, pelos seus finos dotes de inteligência e de carácter nobremente honram o nome impoluto de seu bondoso pai, são os Ex.^{mos} Srs. Manuel de Oliveira Ramos e João Crisóstomo de Oliveira Ramos, aquele, coronel do Estado Maior do Exército e lente do Curso Superior de Letras, e este Engenheiro Civil e distinto professor de matemática e ciências no liceu «Alexandre Herculano» da cidade do Porto.

João de Oliveira Ramos foi o primeiro vice-presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, de cuja direcção também foi presidente e, mais tarde, em homenagem aos relevantes serviços que lhe prestou, seu presidente honorário.

Era membro do Instituto de Coimbra e sócio honorário da Associação da Imprensa de Lisboa. Com diversos jornalistas de valor, fundou em 1880 a Sociedade de Geografia Comercial, que celebrou o tricentenário de Camões.

Foi o presidente da grande comissão constituída para angariar donativos em favor das vítimas sobreviventes da horrorosa catástrofe do teatro Baquet do Porto, completamente destruído por um pavoroso incêndio no ano de 1888, e representou a Associação dos Jornalistas do Porto nos congressos de Lisboa em 1898, e de Liège em 1905.

biblRIA

Quando nomeado presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, foi solenemente inaugurado na sede da mesma associação o seu retrato em tamanho natural, primoroso trabalho do distinto pintor Júlio Costa, seu dedicado amigo, realizando-se também por essa ocasião um banquete no Palácio de Cristal, em sua honra, que foi uma verdadeira apoteose.

Os restos mortais de tão ilustre, quanto honrado cidadão, acham-se depositados no cemitério de Agramonte na cidade do Porto, em jazígo especial da Irmandade do Terço, instituição de beneficência a que João de Oliveira Ramos de há muitos anos pertencia.

Dr. Francisco Baptista d'Almeida Pereira Zagalo

De todos os vultos que a História regista nas suas páginas, um há que a todos sobreleva, que a todos suplanta e cujo nome fica, através dos tempos, indelévelmente gravado na memória das gerações futuras: — é aquele que consubstanciou todos os seus pensamentos, toda a sua inteligência, todos os seus esforços na prática do Bem, na desvelada protecção do seu semelhante e, consequentemente, no progresso e libertação da Humanidade; é aquele que dispendeu toda a sua energia em favor do povo escravizado, a fim de concorrer para o levantamento do seu nível moral; é, enfim, todo aquele que, iluminado pelo clarão da verdadeira democracia, desejou ver esse mesmo povo de mãos dadas, para sempre livre de peso esmagador dos privilegiados, caminhando conscienciosa e firmemente pela estrada da Paz, da Liberdade e do Amor, cujo terminus é o sonhado Eden da fraternidade humana.

Todo o homem que activa e honestamente trabalha nesse sentido, obedecendo a uma orientação certa e segura, sem desfitar os olhos do objectivo dos seus pensamentos e cuidados, é o verdadeiro herói que bem e melhor merece das sociedades e o obreiro que mais sòlidamente edifica para os vindouros. É possível (e quase sempre assim acontece) que as estátuas nos seus vôos de génio artístico e nas suas espaventosas inscrições deixem de proclamar as virtudes desses beneméritos vultos, mas muito mais duradouro

que o bronze dessas estátuas e a contextura dos seus artifícios, são os sentimentos de gratidão, de amor, de respeito e de justiça tributados ao mérito por todos aqueles que bem compreendem a melhor e mais alta missão do homem sobre a terra, fielmente traduzida na célebre frase do velho Apóstolo: — «*Per transit benefaciendo*». As estátuas, em boa verdade, não passam de documentos inertes e mudos, que fàcilmente se derrubam ou que a acção do tempo consome; mas as diversas manifestações íntimas do sentimento humano, arquivadas nas páginas da História, ou transmitidas de geração em geração, prevalecem para todo o sempre e atestam imorredoiramente o valor dos que se tornaram grandes pela virtude.

É de um desses vultos que ora nos vamos ocupar ainda que perfuntòriamente, com a íntima e arreigada convicção de que as nossas despretenciosas, mas sinceras palavras, se poderão juntar às de quem mais alto possa levantar o nome do biografado, para que também maior seja a homenagem de gratidão e o preito de justiça a que ele tem incontestável direito.

Referimo-nos ao ilustre e benemérito democrata Doutor Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, que, sem arrogâncias e vaidades pessoais ou políticas, sem ódios, sem más vontades que na sua generosa alma não cabiam, soube inteligente e honestamente compreender e pôr em prática as ideias que desde sempre e desinteressadamente perfilhou.

Prefaciando os «Escritores Humorísticos» de José de Sousa Bandeira (1874), que foi um dos homens a quem, no jornalismo, a Liberdade tanto deveu, dizia o célebre e talentosíssimo advogado Custódio José Vieira que *a biografia é a representação quase viva, a lição quase animada. Por meio dela o escritor evoca*

do túmulo o homem ilustre e coloca-o no teatro em que representou, aonde o conserva mudo, mas dando com a sua presença, se assim se pode dizer, quase corpo e alma à narração.

Assim deve ser. Mas porque é reconhecidamente apoucada a nossa competência no assunto, e ainda porque o nobre e simpático vulto daquele que nos propomos biografar se conserva bem nítido e indelével na retina dos que em vida o conheceram, desnecessário se torna que ele nos apareça, *post mortem*, qual visão shakespeareana: — o curto espaço de tempo que nos separa do seu túmulo e o eco ainda hoje, entre nós, claramente repercutido, dos seus altos méritos, suprirão bem a nossa deficiência na exaltação condigna das suas grandes virtudes.

O Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo nasceu na vila de Ovar no dia 23 de Maio de 1850 e era filho de António Baptista de Almeida Pereira e de D. Margarida Baptista de Almeida Zagalo. Iniciou na cidade do Porto os seus estudos e daí seguiu para Coimbra, onde brilhantemente cursou medicina, formando-se em 1876. Neste ano, achando-se aberto concurso para o partido médico municipal de Alcobaça, a ele concorreu, e foi provido em 4 de Setembro. Uma vez instalado na sua pátria adoptiva, aí exerceu a clínica durante mais de vinte anos sob um trabalho por demais árduo e persistente, por isso que nem uma só vez fugiu ao cumprimento dos seus espinhosos deveres de médico trabalhador, estudioso e inteligente, conseguindo assim a simpatia de todos os povos que nele tinham não só um médico distinto, como um verdadeiro e dedicado amigo. Uma dispepsia, porém, que o atormentou até à morte, obrigou-o a abandonar a clínica, mas ainda

biblioteca digital

assim se prontificou a servir gratuitamente o seu lugar enquanto o partido não fosse preenchido. Desempenhando já a este tempo diversos cargos em várias corporações e comissões públicas e particulares, nunca deixou, apesar da doença, de cumprir os seus deveres, tornando-se pela sua inteligência, pelo seu saber e pela segurança das suas resoluções, indispensável na colaboração de tudo quanto concorresse para o bem e progresso social.

Metódico e previdente em todos os actos da sua vida, calculado no seu proceder, atento no cumprimento de todos os seus deveres sociais e familiares, guiado pela mais segura e cuidada orientação dos actos que tinha a praticar, foi um cidadão completo, porque foi um frisante exemplo de todas as virtudes e de todas as qualidades que devem ornar o homem. Não descansava um momento; e todos os momentos eram aproveitados em produzir alguma coisa donde resultasse o bem geral.

Inteligência lúcida, era sempre seguro o seu conselho, porquanto via pronta e claramente todas as faces de qualquer assunto que lhe fosse apresentado, sem receio de fàcilmente errar ou de ser acusado de menos cuidadoso e previdente.

Assombrando pela sua extrema dedicação e perseverança, ligou a sua existência ao Hospital da Misericórdia de Alcobaça, benemérita instituição que ele geriu com tanto tino administrativo e que procurou elevar com tanta força de vontade, que é hoje considerado como um dos primeiros hospitais do país, merecidamente elogiado por todos quantos o visitam, tanto nacionais como estrangeiros. Desta benemérita instituição foi o Dr. Zagalo provedor desde Setembro de 1900 a Junho de 1906, cargo que exer-

ceu com toda a proficiência e arreigado devotamento.

Sendo em 1879, eleito presidente do Montepio Alcobacense, que nessa época não se achava muito próspero, reformou os seus estatutos, elaborou regulamentos, procurou elevar o número de sócios e conseguiu realizar melhoramentos que lhe insuflaram vida e deram melhor futuro.

Ao Asilo de Infância Desvalida do Distrito de Leiria, ao Clube, à Fanfarra, à Orquestra, à Confraria do Santíssimo, ao Teatro e à Liga Nacional de Instrução, prestou os mais relevantes serviços, que assinalaram valiosamente a sua passagem.

Quando a vereação municipal de 1880 tentou levar avante o grandioso projecto, infelizmente gorado, do estabelecimento de banhos da Piedade em Alcobaça, empresa essa que se achava relacionada com a construção de um hotel de primeira ordem, abertura de avenidas, iluminação da vila a luz eléctrica, construção de chafarizes, etc., tomou ele a parte mais activa nesse grande empreendimento e foi um dos primeiros e mais importantes subscritores.

bibRIA

De 1 a 13 de Maio de 1906 realizou no Claustro de D. Diniz uma exposição de produtos alcobacenses, que pela sua importância e brilhantismo constituiu o maior acontecimento dos últimos tempos.

No 1.º de Maio de 1907 toda Alcobaça, querendo testemunhar-lhe não só a sua admiração como todo o seu grande e sincero reconhecimento por tantos e tão valiosos serviços prestados, fez-lhe a mais delirante e a mais comovente apoteose. Descerrando primeiro, com toda a solenidade, uma placa colocada no princípio da rua que do Rossio conduz à casa de tão prestante cidadão, seguiu depois em massa compacta até à sua residência, onde lhe fez entrega de

um valiosíssimo e artístico album que encerrava uma mensagem coberta por milhares de assinaturas; e num verdadeiro delírio de saudações e palmas, todos passaram em frente desse honrado e ilustre cidadão que, de pé, aparentemente sereno, mas pálido de comoção, agradecia, sob uma chuva de flores, tão imponente manifestação de simpatia e apreço. À noite, no Teatro, repetiu-se a mesma apoteose, havendo discursos e poesias, e sendo coroado no palco o seu retrato ao som do «Hino do Dr. Zagalo» expressamente escrito para esse fim.

Alcobaça dava assim um público testemunho do seu entranhado afecto e saldava uma dívida de gratidão e respeito para com o ilustre homem de bem que, alheio ao espírito do interesse e das vaidades humanas, a enchera de altos benefícios e a fizera enveredar pelo amplo caminho do progresso, quer moral, quer material.

Mas tantos benefícios prodigalizados à sua terra adoptiva nunca puderam fazer varrer da sua memória o torrão que lhe foi berço, a sua querida Ovar que ele sempre tanto amou, e à qual tinha de deixar, como deixou para sempre vinculado o seu nome. O Dr. Zagalo quiz fazer repercutir em Ovar a obra de benemerência que a sua poderosa iniciativa tão generosamente realizara em Alcobaça, e a breve trecho conseguiu o seu almejado fim.

Depois de vários trabalhos preparatórios de ordem meramente particular, dos quais, todavia, sempre deu conhecimento a alguns dos seus conterrâneos, que, como ele, devotadamente se interessavam pela causa da beneficência pública, lançava o Dr. Zagalo no meio ovarense, a 25 de Setembro de 1908, uma entusiástica e sentida circular, que firmava com o

seu nome, e que foi, por assim dizer, o primeiro grito de alarme para a fundação da Misericórdia. Nesse notável documento, onde transparece bem nítido e claro todo o afecto do seu grande coração pela terra que o viu nascer e aonde passou os dias felizes da maior parte da sua mocidade, não deixa, contudo, de revelar-se, a par duma grande modéstia, a mais decidida energia e a profunda convicção do homem que está perfeitamente seguro de si e da causa que advoga.

Transcrevemos dessa circular apenas os primeiros períodos, que revelam bem a pureza de sentimentos e a força de vontade do seu signatário:

«Ovarenses: — Deveis antever que só motivo muito ponderoso me poderia determinar a quebrar o silêncio que para convosco tenho mantido há mais de 32 anos. Efectivamente o é e não pode ser mais. Interessando a todos vós, se não adoptardes resolução enérgica, instante e inadiável, maculareis o vosso nome e prejudicareis irremediàvelmente o futuro engrandecimento de Ovar. Não venho aventar-vos ideia nova e original; já vos foi expendida por mais dum dos nossos conterrâneos, embora talvez com menos publicidade e em ocasião que tão urgente não fosse a sua adopção. Estou certo que a vossa consciência vos terá segredado que da sua execução podem e devem provir incontestáveis e valiosos benefícios, e, se ainda não foi levada a efeito, é talvez por não estardes completamente convencidos da sua viabilidade e plena eficácia.

Se, apesar disso, ergo a minha voz, sem nada que me recomende à vossa benevolência, é porque vós não necessitais de ser arrastados pelo prestígio dum homem, mas sòmente impelidos pela voz da vossa

consciência elucidada e convicta de que é esse o vosso dever. Sòmente é necessário que entendais ser indispensável pô-los em exercício.

Proponho-me demonstrar-vos que é agora essa oportunidade.

Se me falece a autoridade que me imponha à vossa consideração, não devo ser-vos suspeito. Com as minhas convicções àcerca do que entendo ser o melhor regimen social, nunca me intrometi nas vossas pugnas políticas, e por isso, se não logro as afeições dedicadas, também não devo ser alvo dos ódios e rancores delas derivados.

E para que vos convençais de que os interesses de todos vós são também os meus, basta recordar-vos que nascemos na mesma terra, que nela vi decorrer a infância e parte da mocidade, e que nela tenho vivos ou sepultados no vosso campo santo os entes que mais tenho estremecido.»

. . . . . .

bibRIA

Fazendo em seguida, a apologia da Beneficência Pública e do regimen hospitalar, com argumentos convincentes e profundo conhecimento de causa, o Dr. Zagalo termina a circular por um entusiástico apelo a todo o povo de Ovar, afim de comparecer a uma reunião no Teatro Ovarense, que deveria realizar-se, como se realizou, no dia 22 de Outubro de 1908, e ao seu chamamento acorreu tudo o que havia de melhor na sociedade ovarense, para sancionar com a sua aprovação a mais útil e grandiosa iniciativa que em breve se tornaria um facto incontestável.

Nessa reunião discursou eloquentemente o Dr. Zagalo, e no meio de expontâneos e calorosos aplausos foi votada a grande comissão iniciadora da fun-

dação da Misericórdia de Ovar, composta de 27 membros, por ele apresentada e que por sua vez elegeu a comissão executiva, que nessa mesma ocasião ficou instalada.

O semanário ovarense *A Pátria*, daquela data, publicou na íntegra o notável discurso do benemérito cidadão, antecedendo-o destas justas palavras: *O acordar duma terra. Imponente comprovação de carácter cívico: — uma reunião histórica, marcante de novos tempos. Enfim: um Homem!* . . . . . .

. . . . . .

. . . . *Entre nós realiza-se agora o facto: um povo marasmático surgindo forte, surgindo belo, à voz cheia de autoridade dada a exemplo dum nobre locomotor social. Éramos o trem na charneca, sem movimento, e à vibração electrica de ALGUÊM, eis-nos em marcha — a caminho de nos unirmos aos povos nossos irmãos que seguem já alto e longe. Honra ao homem factor da obra justa, progressiva, utilitária, altruísta! Honra aos cooperadores que lhe prestaram força, trabalho, inteligência!*

Sempre incansável, sempre vigilante e sem arredar um só instante o pensamento da obra que se propusera impulsionar tão activa e enèrgicamente, iniciou o Dr. Zagalo no referido semanário em 5 de Novembro de 1908 uma série de artigos sob o título *Ovar e a Beneficência*, que são outros tantos documentos da mais profunda erudição e do mais entranhado devotamento à sua terra natal.

E como a mulher é, foi e será sempre um elemento de preponderância na sociedade, sobretudo quando se trata de beneficência e caridade, não se esqueceu o Dr. Zagalo de a incluir no seu apelo, mar-

cando-lhe gentilmente um lugar de destaque. Por isso, a comissão executiva, em sua sessão de 14 de Março de 1909 nomeava uma comissão de senhoras para uma acção futura e conjunta, a qual por forma altamente nobre e generosa se desempenhou da sua altruísta missão.

Estava, pois, preparado o terreno para nele se lançar a bendita semente de tão grande quão utilitária obra antesonhada pelo benemérito filho de Ovar e assim foi que no já citado semanário começou a publicar-se a lista dos primeiros subscritores para a fundação da Misericórdia, que o Dr. Zagalo abriu com a quantia de 500 escudos.

Mas — triste é dizê-lo — quando parecia terem-se congregado todas as vontades e irmanado todos os pensamentos para a realização da mais útil, humanitária e simpática instituição que vinha preencher uma grande lacuna na vila de Ovar, não deixou de aparecer a tarântula da contrariedade e do descrédito, com todo o seu cortejo de ódios ressabiados e mal reprimidos, tentando levar por diante uma campanha de desalento.

biblRIA

Sempre assim foi. Nunca houve ideia generosa e boa que não fosse vilipendiada; jamais se viu concepção altruísta e nobre que não fosse contrariada e perseguida. Mas também é certo que dessa luta do Bem e do Mal, desse entrechocar de paixões honestas e ruins, quase sempre se viu sair incólume e vitoriosa a justiça e a verdade. As campanhas de descrédito em tais circunstâncias são, a maior parte das vezes, senão sempre, a verdadeira pedra de toque das grandes iniciativas. Lemos algures que *quanto mais os adversários nos molestam, mais abonam a nossa fé e mais aquilatam a nossa importância indi-*

vidual. Foi o que sucedeu com o Dr. Zagalo. Em 23 de Agosto de 1909, sem a mais leve sombra de animosidade ou desfalecimento, encetou a publicação de uma nova série de artigos sob a epígrafe *Misericórdia,* que tiveram por único fim o levantamento de energias. O povo leu, compreendeu, e enveredou afinal corajosa e definitivamente pelo caminho cheio de luz e de verdade que o seu benemérito conterrâneo lhe apontava.

Em 10 de Fevereiro de 1910 eram presentes à Comissão executiva os Estatutos da Misericórdia, elaborados pelo Dr. Francisco Baptista Zagalo, os quais, sofrendo apenas algumas alterações na parte em que se não coadunariam com o meio a que se destinavam, foram submetidos à discussão da Assembleia Geral que os aprovou. Procedeu-se em seguida à eleição da primeira mesa administrativa, que, em consequência da triste campanha já referida, não chegou a empossar-se, e por isso em nova Assembleia Geral (3 de Março de 1910) foi eleita segunda mesa, que imediatamente tomou posse e entrou em exercício. Organizaram-se então comissões angariadoras de donativos, e pode bem dizer-se que os resultados que obtiveram foram além de toda a expectativa.

Estava, pois, fundada a Misericórdia!

O Dr. Francisco Zagalo via, enfim, coroados do melhor êxito todos os seus generosos esforços e satisfeitas todas as suas nobres aspirações! Vencera, não com a autoridade e violência emanadas da força e do egoísmo, da vaidade e do renome, mas tão sòmente com a persistência pacífica dos que lutam pelo bem colectivo, alumiados pelo facho da razão e guiados pelos ditames da mais impoluta e recta consciência.

O benemérito filho de Ovar podia, enfim, morrer

descansado, pois que a nobre missão que de boa vontade se impusera estava fielmente cumprida. Podia morrer tranquilo, como só sabem morrer os homens de bem, podia morrer em paz, como só podem morrer os justos. E assim morreu.

Em 25 de Maio de 1910 exalava o Dr. Zagalo o último alento na vila de Alcobaça, assaltado por uma traiçoeira pneumonia que em poucos dias o vitimou. Do grande e profundo pesar causado pela sua morte, que a todos surpreendeu, dirão mais e melhor do que nós o poderíamos fazer, as sinceras e eloquentes manifestações de sentimento que passamos a registar. O então vice-provedor da Misericórdia, Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, escrevia no semanário A Pátria, de 24 de Junho de 1910, comemorativo do lutuoso acontecimento, um belo artigo que põe em destaque a nobre figura do saudoso extinto e do qual extratamos as seguintes passagens:

. . . . . .

Quanto lhe devem Ovar e Alcobaça, o seu berço e a sua terra adoptiva!

. . . . . .

O Dr. Zagalo, tantos anos afastado de Ovar que parecia só a ela estar ligado pelos laços de família, veio nos dois últimos anos da sua vida consagrar o melhor da sua actividade à sua terra natal, fazendo nascer a Misericórdia, lançando-lhe os seus alicerces, impulsionando-a tão vigorosamente que, apesar de fundamente abalada pela morte do seu iniciador e melhor protector, ela não morrerá, antes irá levada por esse generoso impulso, até poder marchar por si só.

bibRIA

É cedo ainda para apreciar a obra do morto ilustre; não se pode ainda serenamente examinar, porque a dor viva e funda saudade nos tolda a clareza do entendimento; mas já é muito constatar-se que o seu falecimento foi considerado, nas duas vilas, como uma desgraça que as feriu fundamente.

Quando a opinião pública exalça unânimemente as virtudes de um homem constatado está o seu alto valor.

Parece-me, diz Stäel, que o único modo de julgar com equidade o carácter dum homem, é examinando se há ou não cálculo pessoal em seu procedimento.

Adoptemos esse critério tão justo: que cada um escute a voz da sua consciência, e estará feita a consagração do Dr. Francisco Zagalo.

. . . . . .

A mesa administrativa da Misericórdia de Ovar, reunida em sessão extraordinária no próprio dia do falecimento do seu iniciador e protector, manifestava o seu grande e sincero pesar no documento que passamos a transcrever:

«Lida e aprovada a acta da sessão anterior, pelo presidente foi dito que, tendo recebido notícia do falecimento, em Alcobaça, do benemérito iniciador desta Misericórdia, Doutor Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, entendera dever reunir extraordinàriamente a mesa para resolver sobre se devia prestar-se homenagem à sua memória, e assim convidava a mesa a pronunciar-se sobre o assunto, proposta que submetia à apreciação da mesma mesa. E esta logo por unanimidade resolveu telegrafar à Excelentíssima Viúva do saudoso extinto, expressando-lhe

o seu pesar por tão infausto acontecimento, fazer-se representar nos funerais, expor uma coroa sobre o ataúde e que esta resolução fosse comunicada à mesma Excelentíssima Viúva, enviando-lhe cópia desta acta.»

Na mesma data, a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça fazia incluir na sua acta de sessão os seguintes períodos que, só por si, definem um homem:

. . . . . .

«Terminado assim o expediente, impende sobre a mesa o indeclinável e bem doloroso dever de exarar nesta acta o voto intimamente sentido do mais profundo compungimento pela morte, hoje ocorrida, do que em vida foi o mais dedicado Provedor que tem dirigido as mesas administrativas desta Santa Casa: — O Ex.mo Sr. Dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, alma lavada, carácter impoluto, consciência sã e generosa abnegação, foram os predicados dessa criatura, que toda a vida trabalhou em prol da humanidade enferma e proletária, dispensando-lhe a sua mais desvelada protecção. Nunca o egoísmo do seu bem-estar ou a tranquilidade do seu ser físico foram entrave para a realização dum empreendimento seu ou de outrem que lhe fosse simpático e tendesse ao bem geral. Secundava todas as ideias generosas e altruistas e constantemente cogitava inovações de que resultasse o auxílio e o bem-estar do seu semelhante. Honesto, inteligente e activo, foi enfim um homem de bem na mais ampla acepção da palavra. Mas se a humanidade e especialmente os habitantes do concelho de Alcobaça tiveram nele um protector desvelado de dedicação inexcedível por tudo o que fosse de interesse comum, o que lhe não

biblRIA

deve esta instituição de caridade — a Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça? Tudo. Pode dizer-se com desassombro. Porque dos seus esforços como honesto, zeloso e incansável dirigente, resultou o estado, se não de próspero desafogo, pelo menos avantajado e de confiança para esta associação humanitária. Nos momentos de maior crise, foi ele sempre que com a sua palavra fluente e criteriosa, a sua pena prestigiosa e larga propaganda das suas ideias altruistas e benéficas, veio como benemérito salvador da situação. A seus esforços e donativos se devem grandes melhoramentos no Hospital, o início e construção do Pavilhão, a perfeita regulamentação dos serviços hospitalares e de secretaria, que com a sua proficiência tornou de mais fácil e de completa execução, e tantos outros benefícios; que documentos frisantes e as actas das sessões desta Misericórdia, que dirigiu, firmadas com a sua assinatura e ainda mais com o seu afecto dedicadíssimo, atestam. A par do compungimento que o doloroso transe trouxe a esta mesa administrativa, deve existir o reconhecimento profundo do bem como o ilustre e saudoso extinto a levantou com um seu gesto amplamente humanitário. Não pode assim a mesa deixar de proceder de forma a salientar a sua mágoa pelo falecimento de tão benemérito Provedor.»

. . . . . .

E assim procedeu, deliberando que as manifestações e cerimónias fúnebres em honra e memória do Dr. Zagalo assumissem proporções extraordinárias, além das estatuídas no Regulamento. Era justa e merecida a saliência com quem tanto e por tantíssimas vezes se salientara em prol de uma das mais úteis

e beneméritas instituições de Alcobaça. A Câmara Municipal desta vila já em 1907 resolvera dar à antiga rua da Assunção o nome do Dr. Francisco Zagalo, e a mesa administrativa da Misericórdia dava-o também a uma das enfermarias do seu Hospital e inaugurava solenemente o retrato do prestantíssimo cidadão na sala de honra desse edifício de caridade, para cuja construção ele tinha concorrido com um avultado donativo.

O funeral do Dr. Zagalo, realizado em Alcobaça, no dia 27 de Maio de 1910, constituiu a mais imponente e significativa manifestação de pesar, de gratidão e de afecto, que a um homem pode ser tributada. Nele se incorporaram, além de tudo que Alcobaça possuía de melhor nos seus elementos de representação individual, toda a corporação judicial, autoridade administrativa, elemento militar, Câmara Municipal, Liga Nacional, advogados, médicos municipais, direcção do Asilo da Infância Desvalida, regente e asiladas, funcionários da Fazenda, bombeiros voluntários, empregados e bombeiros da Fábrica de Fiação e Tecidos, o comércio e indústria, diversas irmandades, o Montepio, pessoal do Hospital, Fanfarra, Orquestra e Tuna, comissão republicanas, Centro Democrático, etc. Todo o comércio da vila, em sinal de sentimento, encerrou nesse dia as suas portas.

À beira da sepultura do extinto foram pronunciados os mais sentidos discursos, cujas palavras eram outras tantas afirmações expontâneamente sinceras das suas nobres qualidades, e o seu cadáver desceu enfim à morada eterna coberto de bençãos e de flores e orvalhado pelas lágrimas da mais profunda saudade.

Do periódico *Semana Alcobacence,* de 29 de Maio

biblRIA

de 1910, especialmente dedicado à memória do Dr. Francisco Zagalo, recortamos as seguintes passagens dum belo e enternecido artigo firmado por M. Vieira Natividade, notável investigador histórico e poeta, de Alcobaça:

. . . . . .

«Terra da minha pátria! Luz do meu sonho! Ouço os teus soluços e vejo as tuas lágrimas. E as lágrimas que hoje verto por esse amparo do espírito, que se foi, por esse amigo sincero que desapareceu, também são por ti, cada vez mais desamparada e mais só; também são por ti, que eu vejo debater-se numa luta da mais doentia e decadente intransigência. E ao ver tombar na sepultura esse quebra-mar que tantas vezes te equilibrou, vejo desaparecer o teu mais poderoso esteio.

Terra da minha pátria, que vais envolver para sempre os despojos desse filho querido, segredar-lhe carinhos nos teus abraços, paga-lhe em afagos o muito que ele te amou; e quando tu, terra abençoada e querida, tocares o seu grande coração, observarás uma coisa não vista: — hás-de senti-lo estremecer de júbilo, hás-de ouvi-lo murmurar o teu nome.»

. . . . . .

Sim! mas por ele também não seria decerto esquecido o nome da sua querida Ovar, pois sua pátria foi e objecto dos seus últimos pensamentos, dos seus derradeiros afectos. Como que adivinhando o seu próximo fim, nela um dia apareceu, qual outro Apóstolo, evangelizando a Verdade e o Bem, e das suas convincentes palavras brotou a maior e mais

utilitária instituição que hoje aí vemos erguida a atestar imorredoiramente o seu nome. E ao auxílio moral, que é indispensável, não deixou o Dr. Zagalo de ajuntar o auxílio material, que é imprescindível. Assim foi que, além da verba de 500 escudos com que já subscrevera para a fundação da Misericórdia de Ovar, deixava em seu testamento, alterado especialmente para esse fim em 12 de Fevereiro de 1909, a quantia de 1 000 escudos para fundo permanente dessa instituição.

Pois bem! Ovar também não o esqueceu; Ovar também não o esquecerá jámais. O seu nome está por demais vinculado ao rincão que o viu nascer, e a sua abençoada memória perdurará em nós e nos filhos dos nossos filhos, sempre acariciada pelos sentimentos do mais arreigado afecto e da mais indelével gratidão. O Dr. Francisco Zagalo para nós não morreu, porque em nós vive, dando-nos com o seu exemplo força e coragem para novos empreendimentos; o seu nome não passará porque a sua grande e generosa Obra claramente o atesta. Qual outro Fernando de Bulhões, foi Alcobaça a sua Pádua, mas é Ovar a sua Pátria. Guarde Alcobaça o seu corpo e o brilho imperecível da sua alma, mas deixe que nós lhe guardemos o coração. De resto a sua memória para todos é grata e o seu nobre e generoso exemplo a todos aproveita.

Um ano depois do falecimento do Dr. Francisco Zagalo, ainda Ovar quiz dar público testemunho da sua gratidão para com o ilustre e benemérito conterrâneo: — a Câmara Municipal deliberava que ao antigo Largo do Hospital fosse dado o nome de tão prestigioso cidadão, como que para ligá-lo à velha instituição de caridade que ele fez ressurgir para um

biblRIA

futuro de mais largos horizontes; e a mesa administrativa da Misericórdia, em sua sessão extraordinária de 25 de Maio de 1911, lavrava a seguinte acta:

. . . . . .

«Lida e aprovada a acta da sessão anterior, foi declarado que convocava esta sessão extraordinária da mesa administrativa da Misericórdia para, comemorando o primeiro aniversário fúnebre do irmão fundador Dr. Francisco Zagalo, grande benemérito desta pia instituição, de que foi o verdadeiro iniciador, a mesa resolva sobre se entendia de justiça consagrar àquele extinto alguma afirmação de homenagem. Como todos os vogais presentes se pronunciassem unânimemente a favor da proposta da presidência, por esta foi então alvitrado que, na impossibilidade de se realizar outra comemoração mais solene do Doutor Francisco Zagalo, se desse à enfermaria geral das mulheres o título honorífico de *Enfermaria Doutor Francisco Zagalo*, se tirasse uma reprodução da fotografia do extinto, destinada à sala nobre das sessões, e na data aniversária de hoje se franqueasse a livre visita ao público das enfermarias e edifício da Misericórdia, estando em sinal de luto todo o dia hasteada a bandeira no edifício; de todas estas demonstrações dando-se conhecimento à família do ilustre extinto.»

. . . . . .

Resta-nos dizer, para finalizar, que a extraordinária actividade do Dr. Zagalo também se manifestou em valiosos escritos, reveladores duma sábia orientação e dum espírito investigador e altamente eru-

biblRIA

dito. Como já dissemos não descansava um momento; e todos os momentos eram aproveitados em produzir alguma coisa donde resultasse o bem geral. Foi esse o lema da sua vida.

Da sua bagagem literária citaremos as seguintes obras, que foram impressas e publicadas:

— Subsídio para a história de Alcobaça.

— Relatório da Exposição-Kermesse realizada em 1 de Maio de 1906.

— Relatório e mapas do censo da população de Alcobaça (Agosto e Setembro de 1909).

— Estatutos e regulamento da Misericórdia de Alcobaça.

— E as seguintes que deixou em manuscrito:

— Apontamentos para a história de Alcobaça — Homens notáveis.

— História da Misericórdia de Alcobaça — Esboço histórico desta Misericórdia desde a sua fundação até à actualidade.

— Breve memória histórica da Misericórdia de Alcobaça.

— Desamortização dos bens das corporações de beneficência.

— Imposto do rendimento das inscrições das corporações de beneficência.

— Alocução proferida em resposta à mensagem que no dia 1 de Maio de 1907 me foi entregue em nome de Alcobaça.

— Discurso proferido na noite de 1 de Maio de 1907 no Teatro Alcobacense no sarau aí realizado em benefício do Hospital.

— Conferência proferida no Centro Democrático de Alcobaça em 15 de Agosto de 1907.

— Discurso proferido no Asilo de Infância Des-

biblRIA

valida do Distrito de Leiria no dia 1 de Maio de 1909.

— Discurso proferido em Maio de 1877 no tribunal de Alcobaça, numa audiência geral em que se julgava uma infanticida e em que havia sido nomeado defensor pelo juiz Dr. Joaquim Germano de Sequeira, sendo Delegado do Ministério Público o Dr. José Fortunato Freire Temudo e Vera.

— Discurso recitado no dia 18 de Abril de 1888 na cerimónia do assentamento da primeira pedra do Hospital da Misericórdia de Alcobaça.

— Águas cloro-sulfo-litinadas da Fervença — Trabalho publicado na *Coimbra Médica* e na *Semana Alcobacense* em 7 de Dezembro de 1890 (n.os 29, 30, 31 e 32).

— Brinde feito no jantar oferecido em Alcobaça em 26 de Novembro de 1898 a meu irmão José Baptista de Almeida Pereira Zagalo, por ocasião da sua promoção de Delegado que era nesta vila a Juiz.

— Discurso proferido na noite de 15 de Julho de 1900 na qualidade de Vice-Prevedor da Misericórdia de Alcobaça, no Teatro de Alcobaça, por ocasião da récita dada por amadores e senhoras em benefício do Hospital.

— Discurso proferido no dia 1 de Novembro de 1902, na qualidade de Provedor da Misericórdia de Alcobaça, na sessão solene realizada na sala do Hospital *Bernardino Lopes de Oliveira*, para o assentamento da pedra fundamental do Pavilhão para tratamento de doentes de moléstias infecciosas.

— Discurso proferido na reunião dos republicanos de Alcobaça, efectuada em 25 de Dezembro de 1906, para se proceder à eleição da Comissão Municipal e organização do partido.

— Brinde feito no jantar de casamento de Olím-

biblRIA

pio da Trindade Jorge com D. Maria José Leão de Almeida e Silva, realizado em 5 de Maio de 1902 na Quinta de Santa Teresa.

Além destes trabalhos, deixou muitos artigos literários e científicos em diversos jornais do país, de que foi colaborador.

Eis a traços largos, a resenha dos principais factos que constituem a biografia do ilustre e benemérito cidadão que em vida se chamou Doutor Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo.

A grande honra que nos foi dispensada em sermos o escolhido para o desempenho desta missão, transforma-se em verdadeira mágoa por não podermos corresponder condignamente ao apelo que nos foi feito, deixando assim, porventura, de levantar mais alto, como merecia, o grandioso vulto daquele que nos propusemos biografar. (1)

Embora! *Rien n'est beau que le vrai, le vrai seul est aimable,* disse-o Boileau. A verdade e a sinceridade das nossas palavras suprirão todas as nossas deficiências, e uma consolação nos resta — qual é a de que ninguém poderá contestar o que deixamos dito.

E tanto basta.

biblRIA

(1) Esta biografia acha-se já impressa com a data de Dezembro de 1914 num livro que o Dr. Francisco Zagalo não chegou a publicar, mas que a sua família resolveu mandar imprimir pouco depois da sua morte, como homenagem à sua memória. Este livro é a «História da Misericórdia de Alcobaça» cuja impressão, todavia, ainda até hoje se não concluíu.

Breves referências àcerca de outras individualidades de Ovar, cuja memória é digna de registo

Já depois de concluídas, e até impressas, as biografias que antecedem, resolvemos ampliar o presente opúsculo com as notas biográficas que em seguida publicamos.

Rebuscando velhos manuscritos, documentos e citações de autenticidade não duvidosa, pudemos coligir pouco a pouco essas breves referências ácerca de mais alguns filhos da nossa terra, cujos merecimentos não devem ser esquecidos.

Tais referências ou notas biográficas, são como seguem:

biblRIA

D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente

Desconhecemos a data precisa do seu nascimento. Sabemos, todavia, que casou em 20 de Abril de 1793 com António José Pereira Chaves, na capela particular da Casa de S. Tomé, e que faleceu em 11 de Janeiro de 1845. Era filha de Francisco Pereira Moreira, que foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de D. Joana Baptista Ferreira Valente. (1)

D. Antónia era, segundo se afirma, em um manuscrito de família, muito versada em retórica, latim e francês, deixando de si a fama de inteligente escritora e poetisa de mérito. Até nós, porém, não chegou

qualquer produção literária que lhe seja atribuída, nem nos consta que exista.

Por ocasião da revolução de 1820, qual outra Filipa de Vilhena, ofereceu à Junta Revolucionária o seu único filho varão, Pedro Alexandrino, (2) para o serviço da Pátria.

A honrosíssima resposta que a Junta deu a esse patriótico oferecimento, é a seguinte:

«Levei ao conhecimento da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino a carta que V. Mercê me dirigiu em 7 do corrente, e a mesma me in-

(1) «Moreiras ou Índios» — Esta família era assim conhecida pelo facto de Francisco Pereira Moreira ter ido à Índia na companhia do respectivo Governador, numa nau do Estado, na qualidade de ajudante do cirurgião-mor, para o que tinha andado à prática num dos hospitais de Lisboa. Morrendo o dito cirurgião-mor, e havendo aquele Moreira curado o Governador de certa moléstia, este o arvorou em cirurgião-mór, obtendo-lhe o hábito de Cristo. Os «Valentes» eram descendentes do «Valente do Rio», assim chamado por ser senhor das casas onde moravam os «Brandões» e que depois foram do Dr. António Bernardino de Carvalho, junto à ponte do Rio da Graça. «Valente do Rio» dedicou-se ao comércio, em que «ganhou seus dinheiros com que comprou várias fazendas.»
Estas notas foram por nós colhidas num antiquíssimo e interessante documento manuscrito, cujo título é o seguinte: «Memórias curiosas sobre a origem de algumas famílias de Ovar extraídas dos manuscritos do Bacharel José Manuel de Sousa Paulino».

(2) Além de Pedro Alexandrino tinha D. Antónia mais quatro filhas, a saber: Catarina de Rici, Maria Damascena, Filipe Maria e Maria Petronilha.

bibRIA

cumbe de significar a V. Mercê o alto apreço que dá às expressões da patriótica oferta que lhe faz de seu filho para o serviço da Pátria. Ainda que a conjuntura torne tanto mais apreciável este procedimento, quanto se prova ser esta uma manifestação sincera de adesão à Causa Pública, contudo a Junta não aceita tão preciosa oferta, porque as circunstâncias não exigem semelhante sacrifício. Deus guarde a V. Mercê. Porto, Secretaria do Governo, 8 de Setembro de 1820. José Ferreira Borges. Senhora D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente.»

* * *

D. Ana Angélica Pereira Valente

bibRIA

Sem dados absolutamente seguros àcerca da ascedência desta senhora que, segundo a tradição, foi muito distinta no seu meio e no seu tempo, sobretudo na arte musical, cremos todavia poder afirmar que ela era irmã de D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente, porquanto do manuscrito a que já nos referimos, verificámos que os filhos de Francisco Pereira Moreira e D. Joana Baptista Pereira Valente eram, além de D. Antónia, um frade que foi da Ordem de S. Jerónimo, cujo nome ignoramos, D. Joana, D. Ana e D. Filipa. Além disso D. Ana viveu, como D. Antónia, nos fins do século XVII e princípios do século XIX. Tudo isto conjugado com a semelhança de nomes de família, leva-nos a crer que não é errada a nossa afirmativa.

O Dr. João Frederico Teixeira de Pinho, nas suas «Memórias e datas» transmite-nos, pela boca de um antigo noticiador, que D. Ana Angélica Pereira Valente «*era senhora das mais prendadas daquele tempo, sabendo muita solfa, tocando harpa muito bem*».

Esta ilustre senhora, cuja memória pena é que tão apagada fique, por carência de decumentos, retirou para Lisboa, após o falecimento do seu pai e aí morreu no estado de solteira.

***

Fr. João Ferraz de Abreu

Natural da vila de Ovar. Filho legítimo de António Ferraz de Abreu e de Maria Pinto. Devia ter nascido em 1803, pois é certo que faleceu em 22 de Setembro de 1871, com 68 anos de idade, na vila e freguesia de S. Tomé de Mira, onde foi vigário durante alguns anos e aí ficou sepultado em humilde e despretenciosa jazida.

Era religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, calçado, da Província de Portugal, mas, devido à extinção das ordens religiosas, regressou à casa paterna em 1834.

Nomeado capelão do Hospital de Ovar em 1837, deixou de exercer esse cargo, que a Câmara Municipal suprimira por motivos de ordem política em 1849, voltando, porém, a ser nele reintegrado, a requerimento seu, em 1851. Mas logo em 1852, por virtude de uma resolução do Conselho do Distrito, foi extinto o lugar de capelão do Hospital.

Fr. João Ferraz protestou enérgicamente contra tal resolução, mas justiça não lhe foi feita. A sua qualidade de *frade* serviu aos seus inimigos pessoais e políticos para injustíssimamente o perseguirem.

Tendo sido em 1845 um dos 15 eleitores setembristas que concorreu ao colégio eleitoral do Porto, negaram-lhe 8 meses das suas prestações, porque o *Periódico dos Pobres*, daquela cidade, o denunciou como egresso!

Apesar, porém, dessas e doutras vinganças mesquinhas de que foi vítima, nunca deixou de ser um liberal ardente e sincero, e tanto, que pela causa da liberdade sofreu os tormentos do cárcere e comeu o amargo pão do exílio — o que, certamente, não teria sucedido a grande parte dos seus acusadores, que liberais se diziam.

Foi um orador sagrado dos mais famosos do seu tempo. Os seus discursos não só impressionavam pela forma, como ainda, e principalmente, pela perfeita dicção e grande sentimentalidade que lhes sabia imprimir, como consumado artista, que era, da palavra.

A sua figura respeitável e deveras insinuante a todos se impunha, quer na tribuna sagrada subjugando os auditórios, quer no meio social em que viveu, destacando-se pela correcta elegância do seu porte.

Sustentou várias lutas na imprensa, revelando sempre nos seus escritos notável aprumo, nobreza de carácter e elevação de etilo. (1)

---

(1) Lemos algumas correspondências de Fr. João Ferraz em «O Campeão do Vouga», jornal político literário e comercial, que se publicou em Aveiro, e de que era redactor Manuel Firmino de Almeida Maia e administrador António Pedro Nolasco Prieto. Essas correspondências vêm insertas nos seus números 181 a 200 do ano de 1854.

Entre o grande número dos seus trabalhos literários, de que possuímos alguns originais, destaca-se um interessantíssimo estudo àcerca do pretenso cisma de 1833. Havendo uma corrente reaccionária afecta ao regime absoluto, que considerava cismático o clero liberal, insurgiu-se Fr. João Ferraz contra essa opinião, que julgou errónea, porquanto nem sequer tinha havido rotura de relações oficiais entre a Santa Sé e o governo português. (2)

Esse estudo, cujo original também possuímos, tem a seguinte denominação: «*Antídoto contra um opúsculo intitulado — Resposta a um discurso que se diz ter sido feito por Fr. Francisco Cigano de Ovar, (3) em que ele pretende mostrar que em Portugal não há cismáticos*».

Por ser demasiado longos esse importante trabalho de Fr. João Ferraz, tencionamos fazê-lo publicar em separata.

bibRIA

Fr. António de S. Jerónimo Ferreira

Foi contemporâneo e émulo de Fr. João Ferreira de Abreu. Muito erudito, segundo se afirma, não possuía, contudo, as qualidades de orador daquele seu colega e conterrâneo. Na tribuna sagrada impunha-se talvez mais como conferente, cuja argumentação e pureza de doutrina de certo modo o notabilizaram.

Quase absolutamente carecidos de elementos que

(2) Vide o «Almanaque de Ovar» para o ano de 1916, pág. 193.

(3) Fr. Francisco de Ovar de Oliveira Gomes, cuja biografia faz parte do presente volume.

nos fizessem alguma luz sobre a vida do ilustre frade e nos proporcionassem a ocasião de lhe traçarmos a biografia, nada mais de importante podemos até ao presente, e com segurança, dizer a seu respeito. Sòmente conseguimos constatar que ele era, em 1842, juiz da famosa e antiquíssima Irmandade dos Passos de Ovar e que, nessa qualidade, concorreu para que a Capela dessa corporação religiosa, na Igreja Matriz, fosse perpetuamente privilegiada por um Breve Apostólico de Sua Santidade Gregório XVI, passado em Roma aos 8 de Abril do referido ano de 1842.

Igualmente verificámos que já em 1825 havia reformado os estatutos da dita Irmandade, que prevaleceram até 1881.

Após a sua secularização, também, como Fr. João Ferraz, militou no partido liberal, mas, segundo afirma o Dr. João Frederico Teixeira de Pinho nas suas «Memórias e datas», dele desertou.

Nada mais nos foi possível saber; mas o certo é que a fama dos grandes merecimentos de Fr. António de S. Jerónimo Ferreira, como orador sagrado e teólogo distinto, até nós se transmitiu.

Alguns dos seus sermões ainda existem, manuscritos.

* * *

Dr. Francisco de Oliveira Pinto

Natural da vila de Ovar. Ignoramos as datas do seu nascimento e falecimento e bem assim a sua filiação. Não obstante, podemos asseverar que se matriculou no 1.º ano de Direito na Universidade de

Coimbra no ano lectivo de 1813-1814, completando a formatura em 1817-1818.

Escreveu um poema que não chegou a publicar, mas que existe em manuscrito de seu próprio punho, que possuímos, e cujo título e dizeres do frontispício são os seguintes:

PROVAS DA RAZÃO FINAL

POEMA LÍRICO

EM QUATRO CANTOS

POR O

BACHAREL FRANCISCO DE OLIVEIRA PINTO

AUDITOR

DA 6.ª DIVISÃO MILITAR

Cantabilis mihi erant justificationes tuæ: in loco perigrinationes meæ.

Vossos oraculos me servião de cânticos no lugar da minha peregrinação — S. J. 189 v. 22.

CASTELO BRANCO

1846

F. O. PINTO

bibRIA

Este poema, cujo valor literário se nos afigura de pouca monta, pois muito se ressente da falta de elegância e harmonia, limitando-se a um amontoado de simples quadras, abre por um longo prefácio, em prosa, e compõe-se de quatro cantos largamente anotados.

O assunto nele tratado é, em resumo, a defesa da verdade dos Evangelhos e dos livros sagrados do An-

tigo Testamento, insurgindo-se o seu autor contra as doutrinas de Leucipo, Demócrito e Epicuro, e ainda contra as ideias de todos os fatalistas adoptados por Espinhosa. E porque muitos filósofos do século XIX perfilharam e seguiram essas ideias, diz que foram eles que «*com seus maus escritos fizeram por toda a parte uma sementeira fecunda da incredulidade, e impiedade, causa principal da espantosa desmoralização existente.*»

«*O Evangelho* — continua — *foi esquecido e violado como a mesma Lei natural e hoje jaz sepultado debaixo das ruínas dos deveres e dos direitos; e é por isso que errados, tristes e desgraçados, andam os homens ao acaso, em justa punição de se crerem filhos do mesmo Acaso, a despeito de tantas luzes que brilham e reflectem naquele Livro sagrado, no qual só existe a salvação de todos, a semente fecunda dos bens que o Criador nos tem destinado. E para que a esperança consoladora, e a palavra profética dos antigos dias se cumpra plenamente em todos, é dever igualmente de todos, e de cada um, dar seu possível contingente para que se afastem os entulhos amontoados sobre aquele Livro divino.*»

Eis aqui — conclui — *os princípios e as ideias que motivaram as «Trovas da Razão Final», originàriamente concebidas e compiladas por seu autor, e ùnicamente para lhe servirem de abundante e sincera discussão das verdades mais importantes entre sua consciência e seu limitado espírito.*»

As *Trovas da Razão Final* são, em suma, um livro de crença e de moral cristã.

No entretanto (força é confessá-lo) parece que o seu autor, pelo menos polìticamente, não primou em seguir à risca a moral que aconselhava aos outros.

Tendo desempenhado com zêlo e proficiência o cargo de Delegado da Polícia, em que fora investido pela Junta Revolucionária do Porto em 1820, há razões para crer que o mesmo não teria sucedido quando em 1834 foi mandado para Angeja, como juiz ordinário. As graves alusões que, nesta qualidade, lhe foram feitas, são verdadeiros libelos acusatórios a que, todavia, e como circunstância atenuante, não eram estranhas as paixões políticas. (1)

Em 1846, como se vê no final do frontispício do poema já citado, era o Dr. Francisco de Oliveira Pinto Auditor da 6.ª Divisão Militar em Castelo Branco, e aí veio a falecer.

***

Padre Manuel Eliano Gomes Férrer

biblRIA

Um dos maiores beneméritos da vila de Ovar.

Nasceu na antiga rua dos «Lavradores» aos 25 de Março de 1825. Era filho legítimo de Leandro Gomes e Maria Rodrigues Gomes, também naturais e residentes na mesma vila.

Seguindo ainda moço para o Rio de Janeiro em busca de alguns meios de fortuna, pois era de família extremamente pobre e humilde, aí, por falta de colocação imediata, habituou-se a frequentar os conventos, revelando grande inclinação para a vida eclesiástica.

---

(1) Leia-se o que nas «Memórias e datas», pág. 103 se acha transcrito no opúsculo «A Dinastia e a Revolução de Setembro», e bem assim o que diz J. Barbosa Colen no cap. 6.º da sua notável obra histórica «Entre duas revoluções».

Auxiliado pelos frades do Convento do Carmo daquela cidade, que carinhosamente o protegeram, conseguiu a sua ordenação e tomou a hábito da Ordem dos Carmelitas, ficando a ser conhecido na religião pelo nome de Fr. Manuel de S. Vicente Ferrer.

Em 1859 ainda se achava no Rio de Janeiro e em 1860 era prior do Convento do Carmo da cidade de Santos, onde se conservou até meados do ano de 1866, data em que de novo regressou ao Convento daquela ordem no Rio de Janeiro. Daqui partiu para Portugal em 11 de Março de 1867, chegando a Lisboa em 5 de Abril imediato.

Depois de percorrer algumas terras do seu país, nomeadamente da província do Minho, voltou de novo ao Brasil, onde já se encontrava em 1869, (cidade de Santos) sendo certo que ainda em meados do ano de 1877 estava no Rio de Janeiro.

Desconhecendo a data do seu último regresso a Portugal, sabemos todavia que veio a falecer no Hospital da Ordem do Terço da cidade do Porto, pelas 4 horas da tarde do dia 21 de Novembro de 1878.

biblRIA

Durante a sua permanência no Brasil adquiriu uma avultada fortuna, que legou à Misericórdia de Ovar, impondo a esta a obrigação de cumprir os seguintes legados perpétuos: — Dotação anual para casamento de duas orfãs pobres, sendo o dote de cem escudos para cada uma; manutenção de duas escolas de ensino primário, uma para cada sexo, e criação dos engeitados a cargo da mesma Misericórdia.

O testamento do Padre Ferrer, feito no Rio de Janeiro, tem a data de 18 de Abril de 1877 e foi impugnado por um dos seus testamenteiros, Estevão José da Silva, na qualidade de inventariante dos

bens do falecido, com o fundamento de que aos tribunais brasileiros assistia a competência para anular tal testamento e para excluir de herdeira a Misericórdia de Ovar, considerando-a indevidamente com falta de capacidade para receber a herança, como se fosse convento, ordem religiosa ou corporação de mão morta.

O pleito, julgado em primeira instância pelo Juiz de Direito da Provedoria da Corte, foi, por sentença deste, resolvido a favor do já referido testamenteiro e inventariante; mas havendo apelação por parte da Misericórdia de Ovar, administrada pela Câmara Municipal e esta representada pelo seu presidente Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, foi revogada aquela sentença e dado provimento à apelante, que ficou com direito à herança do Padre Ferrer. (1)

Foi advogado desta causa por parte da Misericórdia, o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, do Rio de Janeiro.

Da liquidação dos bens que constituíam aquela herança, apesar de todas as irregularidades cometidas pelos liquidatários e a que se não pôde fàcilmente obstar, apurou-se o capital para produzir o valor nominal de 63 900$00 escudos em inscrições de assentamento da dívida interna portuguesa.

---

(1) Sob o título «Questão de Competência — Apelação Cível», foi publicado em 1879 no Rio de Janeiro, um opúsculo em que o advogado da Misericórdia de Ovar expõe as razões da apelação, fazendo-as acompanhar de 12 documentos comprovativos do direito que assistia à mesma Misericórdia como legítima herdeira do Padre Ferrer, e ainda do testamento deste. Um dos exemplares do referido opúsculo existe no arquivo da actual Misericórdia de Ovar.

Este legado, que foi administrado pela Câmara Municipal até ao fim do ano de 1910, passou para a posse e administração da nova e actual Irmandade da Misericórdia em 2 de Janeiro de 1911, por virtude de doação que a esta fez aquela Câmara.

Em sua sessão de 27 de Julho de 1883, resolveu a Câmara Municipal fazer a trasladação solene das ossadas do Padre Ferrer da cidade do Porto, onde fora sepultado, para o cemitério de Ovar, designando para esse fim o dia 4 de Agosto daquele ano.

Acompanharam os restos mortais do ilustre finado, no trajecto do Porto a Ovar, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, vice-presidente da Câmara Municipal, o Dr. José Baptista de Almeida Pereira Zagalo, vereador, o Dr. Eduardo Augusto Chaves, secretário, e o professor oficial de instrução primária Padre Francisco Marques da Silva.

Foram convidadas todas as autoridades locais e o povo de Ovar para assistirem às solenes exéquias que se realizaram na Igreja Matriz, bem como os párocos de todas as freguesias do concelho.

Tomou parte na fúnebre cerimónia a música de capela regida pelo célebre maestro António Maria Valério de Sousa Brandão, e o panegírico foi feito pelo padre José Joaquim Ferreira, actual cónego da Sé do Porto e pároco da freguesia do Bunheiro, concelho de Estarreja.

As ossadas do Padre Ferrer foram depositadas num jazigo por ele mandado erigir à memória de seus pais, o qual ainda se conserva em regular estado. Notamos, porém, que além das inscrições que o Padre Ferrer mandou carinhosamente esculpir em honra dos seus ascendentes, nenhuma outra lá se encontra que a ele próprio diga respeito.

Foi uma falta, certamente involuntária, da Câmara Municipal, mas digna de reparo, que ainda hoje pode e deve ser remediada.

* * *

Terminando por aqui estas ligeiras referências, que de futuro esperamos poder ainda ampliar, dando à publicidade, em novo volume, mais algumas biografias de outros nossos conterrâneos ilustres.

BIBLIOTECA MUNICIPAL
Nº de Entrada 26600
Data Entrada 98/12/14
Cota BIO-908/OV-COS/A

bibRIA

COMPOSTO E IMPRESSO NA
IMPRENSA PÁTRIA — OVAR

ANTÓNIO DIAS SIMÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR · BIBLIOTECA

OVAR

BIOGRAFIAS

(2.ª EDIÇÃO)

bibRIA

BIBLIOTECA MUNICIPAL
OVAR
LEITURA NA BIBLIOTECA

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
1970